

# Diário do Legislativo de 20/05/2006

## DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 36ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 11ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Luta contra as drogas"

1.3 - Evento Realizado na 33ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada ao Ciclo de Debates "Luta contra as drogas"

1.4 - 13ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Lions Clube de Nova Serrana, Pelo Transcurso de Seus 30 Anos de Fundação, e o Leo Clube Fas de Nova Serrana, Pelo Transcurso de Seus 10 Anos de Fundação

1.5 - 13ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.6 - 18ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.7 - 19ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.8 - 20ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.9 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 18/5/2006

Presidência dos Deputados Fábio Avelar e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.308 a 3.313/2006 - Projetos de Resolução nºs 3.314 e 3.315/2006 - Requerimentos nºs 6.608 a 6.612/2006 - Requerimentos do Deputado Miguel Martini (2) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Política Agropecuária, de Meio Ambiente e de Turismo e do Deputado Alencar da Silveira Jr. - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Leonídio Bouças, Fábio Avelar, Paulo Piau, Sargento Rodrigues e Edson Rezende - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições -

Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Miguel Martini (2); deferimento - Questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Célio Moreira - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elbe Brandão - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jésus Lima - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Neider Moreira - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### Correspondência

- O Deputado Domingos Sávio, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Eduardo Carone Costa, Presidente do Tribunal de Contas, parabenizando esta Casa pela homenagem que prestou à empresa Cadar Engenharia Construções Ltda.

Do Sr. Paulo Paiva, Secretário de Transportes e Obras Públicas (2), encaminhando informações em atenção aos Requerimentos nºs 6.182/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 6.152/2006, do Deputado Sebastião Helvécio.

Do Sr. Sérgio Luiz Resende, Prefeito Municipal de Mirai, encaminhando informações em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça referente ao Projeto de Lei nº 3.055/2006. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.055/2006.)

Do Sr. Arnaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, comunicando que essa Casa aprovou indicação da Vereadora Letícia da Penha em que solicita seja colocado em votação nesta Assembléia o Projeto de Lei nº 48/2003. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 48/2003.)

Do Sr. Paulo Antônio Soares, Presidente da Câmara Municipal de Caldas, solicitando seja rejeitada a proposta de extinção da Comarca de Caldas. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Lindomar Coelho, Presidente da 27ª Subseção da OAB-MG, solicitando seja realizada audiência pública a fim de se fazer um levantamento dos problemas por que passa o Judiciário local. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Aguinaldo Mascarenhas Diniz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.793/2005, da Comissão de Participação Popular, e 6.507/2006, do Deputado Djalma Diniz.

Do Sgt. PM José Luiz Barbosa, Presidente e Coordenador da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Comissão de Cidadania e Direitos Humanos - CCDH-, solicitando seja apresentada emenda ao Projeto de Lei nº 2.915/2006, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBBMG- e dá outras providências, a fim de que os militares reintegrados possam ter a aplicação do direito de computação do tempo de afastamento e todas garantias dele decorrentes. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.915/2006.)

Da Sra. Andréa Faria de Magalhães, Diretora de Programa da Gerência de Auditoria Assistencial da Secretaria de Saúde, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.929 e 5.930/2005, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Regina Cândida Anuniação, funcionária da E. E. Ernesto Santiago, em Botelhos, e outras, solicitando seja tomada uma atitude do governo no que se refere ao posicionamento dos servidores. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Marco Aurélio Baggio, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, encaminhando cópia de ofício enviado ao Presidente da Câmara dos Deputados, para conhecimento desta Casa. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 3.308/2006

Declara de utilidade pública a Fundação de Saúde de Montalvânia, com sede no Município de Montalvânia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Saúde de Montalvânia, com sede no Município de Montalvânia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Arlen Santiago

Justificação: A Fundação de Saúde de Montalvânia tem como finalidade prestar serviços médicos, hospitalares, ambulatoriais, odontológicos e assistenciais, dentro de suas possibilidades, a todos os que dela necessitam, sem distinção de nacionalidade, estado civil, profissão, sexo, cor, religião, posição social ou político-partidária.

A referida fundação se preocupa com a realização de medicina preventiva para elevar o padrão de saúde da comunidade, mediante cooperação com esta e com entidades que tenham o mesmo propósito.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.309/2006

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ritópolis o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ritópolis o imóvel situado na Rua João XXIII, esquina com a Rua Pio XII, com área total de 411,25m<sup>2</sup> (quatrocentos e onze metros e vinte e cinco décimos quadrados), confrontando, pela frente, numa extensão de 21m (vinte e um metros), com a Rua João XXIII; pelo lado direito, numa extensão de 21m (vinte e um metros), com a Rua Pio XII; pelo lado esquerdo, numa extensão de 14m (catorze metros), com Geraldo Amado de Sousa; e pelos fundos, numa extensão de 26m (vinte e seis metros), com herdeiros de Francisco de Almeida e Alzira Neves, havido pelo Estado através do Registro (transcrição) nº 9.708, feito em 13 de outubro de 1982, a fls. 30 do Livro 2-BC do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São João del-Rei.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo faz parte do patrimônio do Estado e será destinado ao Município de Ritópolis para construção de posto de saúde.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Domingos Sávio

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de um imóvel de propriedade do Estado ao Município de Ritópolis, para construção de posto de saúde, visando a dar à comunidade melhor condição de vida, já que essa unidade tratará com mais agilidade das questões de saúde.

Assim, atento ao grande alcance social da medida, que trará grandes benefícios para a população de Ritópolis, apresentamos este projeto de lei, contando com o apoio dos nobres pares desta Casa para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.310/2006

Declara de utilidade pública a Associação "O Senhor Justiça Nossa", com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação "O Senhor Justiça Nossa", com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Doutor Ronaldo

Justificação: A Associação "O Senhor Justiça Nossa", fundada em 1º/10/2001, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Antônio Alvim Diniz, 877 - Bairro Manoa, no Município de Sete Lagoas.

Desenvolve eficiente trabalho de proteção à saúde da família, da gestante, da criança e do idoso, prestando assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar.

A Associação auxilia na reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, incentiva e apóia a cultura, além de promover o desenvolvimento comunitário.

Seus Diretores são pessoas idôneas (declaração anexa) e não são remunerados pelo exercício de suas atividades, como dispõe o art. 26 do Estatuto. De acordo com o art. 30 do mesmo documento, em caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a instituição congênere.

O reconhecimento de utilidade pública representará um estímulo para a continuação de um trabalho meritório, pelo que peço aos meus ilustres pares aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 3.311/2006

Declara de utilidade pública a Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola - Capaja -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola - Capaja -, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola possui como objetivo essencial promover ações objetivando a melhoria da qualidade de vida da população local.

Dessa forma, desenvolve atividades educacionais, assistenciais e culturais. Dá proteção à saúde da família; oferece cursos de capacitação profissional; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação da natureza. Estabelece convênios com outras entidades afins visando angariar benefícios diretos e indiretos para os seus associados e moradores do Bairro Regina, onde está situada.

Pelos relevantes serviços prestados pela instituição, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que se lhe pretende outorgar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.312/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim das Oliveiras e Córrego das Flores - AMJO -, com sede no Município de Açucena.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim das Oliveiras e Córrego das Flores - AMJO -, com sede no Município de Açucena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Cecília Ferramenta

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro Jardim das Oliveiras e Córrego das Flores constitui-se em entidade civil sem fins lucrativos que se destina a representar a referida comunidade e auxiliá-la em seu desenvolvimento. A instituição tem por objetivos defender os assuntos de interesse da comunidade junto aos órgãos públicos, conscientizar o grupo sobre suas potencialidades, promover os direitos humanos, sobretudo através de políticas de assistência social e combate à pobreza e fomentar o crescimento sociocultural dos moradores. Por isso, julgamos mais que procedente que se lhe conceda o título de utilidade pública, pois, de fato, a entidade exerce esse papel.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.313/2006

Declara de utilidade pública o Comitê Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Comitê Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Cecília Ferramenta

Justificação: O Comitê Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, de Ipatinga, constitui-se em entidade civil sem fins lucrativos que se propõe sobretudo a combater a fome, a miséria e a pobreza. A instituição tem como principais finalidades a arrecadação de fundos e alimentos, a elaboração de campanhas e a administração de programas com vistas a angariar recursos para suprir as necessidades alimentícias de comunidades carentes. O Comitê também promove cursos nas áreas de saúde, nutrição e alimentação alternativa, além de desenvolver projetos para contornar o desemprego. Por isso, julgamos mais que procedente o título declaratório de utilidade pública estadual, pois, de fato, a entidade exerce com afinco este papel.

- Publicado, vai o projeto às Comissão de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.314/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 036/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 036/2006 à Empresa Gramado Abate de Aves Comércio de Carnes Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.315/2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 035/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 035/2006 à empresa Recanto do Sabiá Alimentos Ltda., após ser submetido à apreciação desta Casa, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2006.

Comissão de Fiscalização Financeira

- Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia.

#### REQUERIMENTOS

Nº 6.608/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria de Lourdes Dias, proprietária do Hotel Dias, de Pouso Alegre, pelo transcurso do 40º aniversário de fundação desse hotel. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.609/2006, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Marina Rodrigues, Editora-Chefe do telejornal "MG TV", pelo transcurso do 26º aniversário de criação desse programa.

Nº 6.610/2006, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Artur Almeida, Editor-Chefe do telejornal "Bom Dia Minas", pelo transcurso do 17º aniversário de criação desse programa. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 6.611/2006, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Edna Fagundes Veloso por sua posse no cargo de Diretora do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.612/2006, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, pleiteando sejam enviados ofícios ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico solicitando que intercedam junto ao Sr. Rinaldo Campos Soares, Diretor-Presidente da Usiminas,

para que a nova unidade dessa empresa seja construída neste Estado. (- À Comissão de Turismo.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos do Deputado Miguel Martini (2).

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Política Agropecuária, de Meio Ambiente e de Turismo e do Deputado Alencar da Silveira Jr.

#### Oradores Inscritos

- O Deputado Leonídio Bouças profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, o Deputado Fábio Avelar.

- Os Deputados Fábio Avelar, Paulo Piau, Sargento Rodrigues e Edson Rezende proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 17/5/2006, dos Requerimentos nºs 6.554/2006, do Deputado Antônio Andrade; 6.557/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.567/2006, do Deputado Leonardo Moreira; e 6.571/2006, dos Deputados Antônio Andrade, Elmiro Nascimento e Paulo Piau; de Política Agropecuária - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 16/5/2006, do Projeto de Lei nº 3.091/2006, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 6.486/2006, do Deputado Doutor Viana, e 6.524/2006, do Deputado Elmiro Nascimento; de Meio Ambiente - aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, realizada em 17/5/2006, do Projeto de Lei nº 2.261/2005, da Deputada Jô Moraes, e do Requerimento nº 6.584/2006, da Comissão de Direitos Humanos; e de Turismo - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 17/5/2006, do Requerimento nº 6.561/2006, do Deputado Doutor Viana. (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Miguel Martini (2), em que solicita a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 41 e 42/2003.

#### Questões de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tratarei de alguns assuntos de suma importância. Antes, porém, reforço as palavras de V. Exa., que fez elogios em relação à atividade da Vale do Rio Doce em todo o País e especialmente em nosso Estado, onde proporcionou emprego, renda e está ampliando investimentos. Parabeno-o pelo pronunciamento. Referendamos o trabalho importante da empresa nos setores desenvolvimentistas e sociais.

Ressalto a situação caótica por que passam a agricultura e o agronegócio no Brasil. No ano passado, mais de 3.000.000ha deixaram de ser cultivados pelo desestímulo para investimentos no setor. Neste ano, os agricultores estão, mais uma vez, sem perspectiva de melhoria na comercialização de seus produtos e deixam de plantar mais de 2.000.000ha. Como bem alertou o Deputado Paulo Piau, a situação é preocupante, pois sabemos da importância do produtor rural no abastecimento da cidade. O campo alimenta a cidade. Solidarizamo-nos com os produtores rurais de todo o País, dada a fase obscura e caótica por que passam a agricultura e o agronegócio.

Rendo minhas homenagens à nossa Carmen Lúcia Antunes Rocha, mineira e Procuradora. Com alegria, assistimos à aprovação de seu nome para ocupar a vaga deixada pelo Ministro Nelson Jobim, no Supremo Tribunal Federal, com louvor e unanimidade, por todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Para nós, isso é motivo de orgulho e satisfação, além de reconhecimento do exemplo de vida, trabalho, dedicação e do caráter de uma pessoa que tem mostrado, em sua trajetória, a grandeza da mulher mineira e sua competência como Procuradora e, agora, no STF.

Para terminar, lembro uma colocação do colunista Nairo Alméri, no jornal "Hoje em Dia", de 16 de abril, em que reclama da falta de segurança dos Bancos 24 Horas. Eles têm uma porta que deveria ser aberta com cartão magnético, mas a maioria está sempre estragada e aberta, expondo os clientes. Isso é um absurdo. Os bancos cobram tanto pela prestação de serviços, são os que têm mais lucro no País, mas não são capazes de dar segurança aos que usam o Banco 24 Horas, que ficam sujeitos à violência. Ainda com relação à segurança, há a questão da clonagem de cartões.

Além disso, os bancos não pagam o ISS às Prefeituras. Isso deve ser registrado, pois é um absurdo e prejudica o desenvolvimento, ao invés de colaborar com o progresso das cidades em que atuam. Isso demonstra como os bancos têm ganância de lucro. Faço essa reclamação em nome de todos os cidadãos dos Municípios mineiros em que os bancos não pagam o ISS. Obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, não tive a oportunidade de apartear o Deputado Edson Rezende nem o Deputado Sargento Rodrigues. Como membro da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, devo dar continuidade às preocupações apresentadas. Estamos vivendo um momento extremamente grave no País. Talvez as pessoas não percebam a dimensão do que está em curso, um atentado ao Estado como instituição. O que está em curso é um atentado às instituições democráticas e à existência da estrutura do Estado brasileiro. Nessa hora, é uma inconseqüência e uma irresponsabilidade introduzir qualquer elemento de polarização partidário-eleitoral.

Necessitamos criar uma mobilização nacional em defesa da segurança pública e apresentar à sociedade brasileira a integração, a união, a incorporação de todas as instituições nos âmbitos da União, do Estado, do Município e da sociedade civil.

É um absurdo que, nessa hora em que o cidadão se sente fragilizado quanto à possibilidade de caminhar pelas ruas - ontem, em São Paulo, e saberá Deus quando será em Minas, espero que nunca -, isso seja tratado como qualquer tipo de tentativa de culpar o governo federal, estadual ou municipal.

Precisamos criar esse sentimento de mobilização nacional. Mais do que sentimento, uma estruturação, para que possamos responder em toda linha. Não podemos deixar avançar o grau de organização da criminalidade no País. Não nos referimos ao crime gerado no ventre da miséria, nem aos pequenos furtos ou à utilização de crianças nessa situação. Referimo-nos ao crime organizado, que deve ser respondido com o aperfeiçoamento e o aparelhamento das instituições, com a criação de uma estrutura penitenciária e com a integração das diversas instituições policiais, para que o aparato repressivo do País seja dedicado, única e exclusivamente, com a veemência necessária, ao crime organizado.

Esse crime organizado se apóia nas fissuras, nas fragilidades institucionais, na prevaricação dos agentes públicos, e sai livremente usando telefone, passando recados e apropriando-se de depoimentos sigilosos, realizados numa CPI do Congresso.

Portanto, insisto com os Deputados integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública para tentarmos superar todas e quaisquer divergências, todas e quaisquer idéias para alternativas fantásticas e fantasiosas. Precisamos nos unir, sobretudo num encontro que se realizará em setembro, numa plataforma de mobilização estadual e nacional, para enfrentarmos os diferentes desafios. Esperamos que o Estado brasileiro, a democracia brasileira, o cidadão - homem e mulher -, tão sofrido, que caminha nas ruas deste nosso país, possa ter a certeza de que o Estado e a sociedade se unirão para defendê-lo e garantir-lhe a existência.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, cumprimento a companheira Deputada Jô Moraes por suas palavras. Aliás, ela é minha companheira, do Deputado Edson Rezende, da Deputada Maria Tereza Lara e de tantos outros Deputados que compõem a Frente Parlamentar da Segurança Pública aqui, em Minas Gerais.

Quero lembrar um dos episódios que muito me marcou durante a última década. Infelizmente as autoridades, os grandes mandatários do País só tomam providências mediante tragédias, e, mesmo assim, costumam não as tomar.

Concordo plenamente com a Deputada. Já disse isso aqui. Não devemos polarizar debates entre partido "a" ou "b" ou ideologia partidária. O problema é muito grave para que percamos tempo com essa questão. Temos de tirar exemplo do que ocorreu no Estado vizinho, onde tantas vidas foram sacrificadas. O problema está no Estado vizinho, mas não podemos nos esquecer de que está no País e que estamos sujeitos a tudo aquilo. Temos de nos precaver, de nos unir. Fiz esse apelo na reunião da manhã, cujo Presidente era o Deputado Rêmoló Aloise.

Para que as nossas memórias sejam reavivadas, esclareço que, em 2000, no Rio de Janeiro, ocorreram o seqüestro e o assalto no ônibus 174, em que uma professora morreu, vítima da ação desastrosa da PM carioca. Na tentativa de revidar ao marginal, a PM acabou errando.

Passados alguns dias, no calor das emoções, em que a grande mídia cobrava veementemente ações, o governo federal vai a público e anuncia o Plano Nacional de Segurança Pública. Esse plano continha 30 pontos, dos quais apenas um foi adiante: a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, que, até hoje, repassa migalhas aos Estados.

Quero chamar a atenção para não deixarmos a questão esfriar. É por isso que o Presidente considera que estou insistindo no tema. Realmente, nos últimos três dias, estou insistindo no tema e continuarei, porque o massacre em São Paulo não pode ser esquecido. Foram 41 servidores da área de segurança, agentes públicos, concursados, pais de família, que pagaram seu tributo com sangue.

Portanto, entendo que devemos olhar para São Paulo e lembrar esse massacre, para que realmente possamos unir forças - Deputados, governo do Estado, Judiciário, Ministério Público - e avançar.

É óbvio que não podemos deixar esfriar o assunto, pois, no momento em que a mídia deixá-lo de lado e diminuir sua divulgação, os governos tratarão a matéria na mesma proporção.

Ou seja, se a mobilização ficar latente, como ocorreu no Senado, onde se votou um pacote que já está sendo enviado à Câmara. O governo já está baixando medida provisória para proibir o uso de celulares. E podemos avançar mais: na Receita Federal, com maior aporte financeiro para a segurança pública; no Estado, com a criação do fundo e com a vinculação de receita. Devemos avançar tanto no Município quanto no Estado e na União. Bom seria, Deputado Fábio Avelar, se houvesse um percentual constitucional para que o Município, o Estado e a União pudessem contribuir, assim como há na saúde e na educação.

Não adianta mais empurrar o problema. A população não quer que percamos tempo com debates partidários e ideológicos; ela quer propostas. Por isso fiz um forte apelo pela manhã, para que o Deputado Mauri Torres pince alguns projetos de iniciativa de Deputados e possamos fazer um mutirão para contribuir de forma concreta. É isso que desejo do parlamento e que espero dos governos federal, estadual e municipal. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Talvez, nesta tarde, o Deputado Sargento Rodrigues tenha dado uma pista para esclarecer aquilo que não estamos entendendo. Não entendíamos o porquê da queda tão grande no repasse de recursos do Fundo Penitenciário para a construção de novas penitenciárias. O documento lido pelo Deputado Sargento Rodrigues talvez nos dê a pista do que pensa o governo federal.

Faltam mais coisas, mudanças constitucionais. Há a proposta da extinção da Justiça Militar Estadual. São várias propostas contidas em um documento do governo federal, mas, especialmente, a de dar outro tratamento à questão prisional, havendo mais cumprimento de pena em regime aberto do que em regime fechado. É isso que podemos ler nesse documento. Portanto, não há necessidade da construção de mais unidades penais. Talvez isso explique a diminuição de recursos.

Ontem, eu citava números, por exemplo, em 2003, o governo estadual investiu R\$30.000.000,00 na segurança, e o governo federal repassou a Minas Gerais R\$30.000.000,00; em 2004, o governo estadual investiu R\$51.000.000,00, e o governo federal repassou R\$17.000.000,00; em 2005, o governo estadual investiu R\$172.000.000,00 e o governo federal repassou R\$9.000.000,00; neste ano, temos previsão do investimento de R\$192.000.000,00 pelo governo estadual e o governo federal até agora nada repassou, nem um centavo.

E tentaram justificar, ontem, dizendo que ainda não houve a execução orçamentária. Mas temos também o corte, pelo governo federal, de R\$14.000.000.000,00 no orçamento para este ano. E não temos previsão para o repasse à segurança pública de Minas Gerais, para seu sistema penitenciário. Talvez esse seja o motivo pelo qual o governo federal não esteja repassando recursos para a construção de novas penitenciárias. Ele não quer construir novas penitenciárias e entende que, somente nos crimes violentos, os presos deverão cumprir pena em

regime fechado; quanto aos outros, deverão cumprir em liberdade. É isso o que está escrito no documento lido pelo Deputado Sargento Rodrigues.

Parece-me que essa é uma visão romântica dessa grave situação. Vimos vários policiais mortos. Se passaram por isso policiais armados, com os recursos de que dispõem, imaginem como está exposta a população brasileira a essa situação, aos criminosos, que não têm medo de dizer, diante das câmaras de televisão, que foram eles que determinaram a morte dos policiais. Assumiram isso diante da imprensa, confessando esse grave crime contra uma autoridade estabelecida pelo povo brasileiro, os nossos policiais, responsáveis pela nossa segurança.

Creio que este é o momento de discussão, de se levar a sério essa questão. Temos de questionar esse documento. Se é isso o que o governo federal está fazendo no Brasil, temos de questionar. Se é isso o que está sendo feito, todos nós estamos sendo colocados em risco. Aqui não vale considerar a questão partidária - o que foi muito bem ponderado pela Deputada Jô Moraes -, como fez, ontem, o Ministro das Relações Institucionais, jogando mais combustível nessa fogueira, trazendo culpas. Se esse plano está sendo desenvolvido, podemos imediatamente encontrar culpados pela falta de vagas no sistema penitenciário. Mas queremos discutir o melhor para a população.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/5/2006

#### Presidência dos Deputados Fábio Avelar e Fahim Sawan

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires - Palavras da Sra. Kátia Liliâne Alves Canguçu - Palavras do Deputado Fahim Sawan - Palavras do Vereador Elias Murad - Palavras do Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Palavras do Sr. Benedito Scaranzi Fernandes - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Padre Haroldo Joseph Rahm - Palavras da Sra. Ana Cecília Petta Roselli Marques - Palavras da Sra. Eloísa Lima - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Elmiro Nascimento - Ana Maria Resende - Antônio Genaro - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Fahim Sawan - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Maria Tereza Lara - Paulo Piau - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Luta contra as drogas", cujo objetivo é discutir os problemas relacionados ao uso de drogas, abordando a prevenção, o tratamento, a reinserção social do dependente e o combate ao narcotráfico; e levantar subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de combate às drogas no Estado e para a atuação da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas.

#### 1º Painel

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa as Exmas. Sras. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Kátia Liliâne Alves Canguçu, Coordenadora Executiva do Programa de Educação Afetivo-Sexual, representando a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto; os Exmos. Srs. Vereador Elias Murad, Presidente da Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas - Abraço -, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Silvinho Resende; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário Antidrogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Benedito Scaranzi Fernandes, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Coronel César Romero Machado Santos, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel Hélio dos Santos Júnior; Jader Pinto Lucas Gomes, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; e Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas; os Revmos. Srs. Padre Haroldo Joseph Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; e Pastor Vânio de Oliveira, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil; e o Exmo. Sr. Deputado Fahim Sawan, Presidente da Frente Parlamentar de Luta Contra as Drogas, da Comissão de Administração Pública desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este evento.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença da Exma. Sra. Rosane Marques, Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Ultramig.

#### Palavras do Sr. Presidente



As notícias sobre mortes de pessoas inocentes - crianças, adolescentes, trabalhadores, pais e mães de família -, decorrentes de confrontos entre gangues de traficantes, já se tornaram corriqueiras em nosso país e envolvem, principalmente, as populações mais pobres dos grandes centros urbanos.

Da mesma forma, freqüentemente os meios de comunicação nos põem em contato com crimes hediondos, praticados até entre pessoas do mesmo núcleo familiar, e diversas outras tragédias por trás das quais se pode identificar como elemento causador ou facilitador o uso exacerbado de drogas.

Menos divulgados e menos impactantes, outros dramas humanos, como o desenvolvimento de doenças, a incapacidade para o trabalho, os comportamentos agressivos, a alienação, a angústia, os estados depressivos, o preconceito e a dificuldade de convívio social, provocados pelo consumo de drogas, atingem milhares de pessoas de todas as classes sociais.

Impulsionado, de um lado pela curiosidade, pelos efeitos psicotrópicos e pela dependência e, de outro, pelo lucro fácil obtido pelas pessoas envolvidas na produção e distribuição, o consumo de drogas vem crescendo gradativamente no País, em um processo de demanda fortemente estimulado pela expansão da oferta.

Todos nós sabemos que os produtos que circulam nesse mercado não estão disponíveis apenas nos QGs do tráfico, instalados em pontos clandestinos: podem ser encontrados facilmente nas ruas, em bares, em festas e até em portas de escolas, oferecidos sem constrangimento a crianças e adolescentes.

Relacionando todos esses elementos, podemos afirmar que estamos diante de um grande e complexo problema, que deve ser abordado em seus múltiplos aspectos: econômico, social, psicológico, familiar e educativo, envolvendo as instituições de saúde, o aparato policial, o sistema jurídico, o de ensino, os governos e a população como um todo.

O enfrentamento desse problema exige um esforço conjunto, ancorado em estudos, pesquisas, debates, conscientização e disseminação de informações, com vistas a ações preventivas contra o uso de drogas, ao tratamento adequado do usuário, à reinserção social do dependente e ao combate ao narcotráfico.

O objetivo do ciclo de debates que estamos iniciando é justamente discutir o assunto em seus vários aspectos, em suas várias abordagens, visando subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas para o setor, assim como o trabalho da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, desta Casa Legislativa.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento, especialmente à Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, às entidades de apoio, às autoridades componentes da Mesa, aos ilustres expositores - especialistas, estudiosos e profissionais ligados ao tema - e a todos os demais presentes.

Estamos certos de que, trocando experiências, discutindo e analisando abertamente as questões apresentadas e ajudando a divulgar as informações pertinentes, estaremos contribuindo para reduzir as dimensões de um problema que, direta ou indiretamente, atinge a todos nós. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia no exercício da Presidência, caros componentes da Mesa, que cumprimento na pessoa do Dr. Elias Murad, grande símbolo da luta antidrogas em Minas, com repercussão em todo o Brasil, caros participantes deste evento, Srs. Deputados, demais autoridades, representantes da academia, representantes da sociedade civil, tantos parceiros nessa luta.

Inicialmente, manifesto minha grande alegria em participar deste evento pela Sedese, saudando a iniciativa da Assembléia, que tem grande importância. Comentava com Ana Cecília, no Salão Nobre, que a Assembléia exerce um papel fundamental na medida em que constrói um palco extremamente bem-estruturado para que os diversos atores entrem em cena e mostrem os acertados caminhos para que possamos conseguir bons resultados em uma tarefa extremamente grave, que é a de conter a questão da droga em Minas e também no Brasil. Sabemos que a droga é algo que perpassa para além da territorialidade e ultrapassa fronteiras com muita facilidade.

Não vim para discorrer sobre as tecnicidades que o tema envolve, até porque estão presentes grandes expressões da academia, uma delas a Dra. Cecília. Temos grandes conhecedores da matéria, como o Dr. Murad, nosso Subsecretário de Drogas, os representantes dos conselhos, das entidades envolvidas, das pastorais que se envolvem com o tema. Vim trazer a palavra de compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Social e um pouco do que é nossa percepção de vida em relação a essa grande luta.

Lembro-me de uma fábula em que a cena era um grande incêndio extremamente arrasador, em que a floresta ia embora. Enquanto isso, um pardalzinho, em idas e voltas reiteradas, levava no bico alguma gotinha d'água para enfrentar o incêndio. Logo, os companheiros perguntaram: "O que é isso? Você sabe que não é possível conter essas chamas". E ele dizia: "Quero continuar. Vou e volto sem parar, porque estou só fazendo minha parte".

Acho que é uma luta muito pesada, é uma luta difícil. Todos sabem que estamos sob o fogo cerrado do crime organizado, e esse fogo cerrado está potencializado pelas mazelas que o sistema cuidou de assentar durante longos anos, mas temos o que fazer.

É muito bom vermos a Assembléia nessa linha de responsabilidade social, nessa linha de construção de políticas públicas que possam trazer resultados. A nossa Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes é responsável, no Estado, pela articulação da construção, pela gestão da política pública contra drogas. É evidente que não é um papel solitário. É uma luta que precisa de muitos parceiros. Precisamos de um verdadeiro exército para combater uma questão tão grave na sociedade.

Quero dizer da disposição da Secretaria em se abrir, cada vez mais, para receber as grandes contribuições. A Academia tem contribuição, a Assembléia tem contribuição extremamente relevante. E ela tem mostrado isso, não só pela Frente Parlamentar Antidrogas, mas pela posição cada vez mais construtiva em nos possibilitar, como órgão legislativo, a adequada legislação para que, no plano de gestão, a Secretaria possa desenvolver suas ações.

Não posso deixar de trazer um testemunho muito importante. Temos à frente da política antidrogas da Secretaria o Dr. Cloves Benevides, que é uma figura muito diferente. Certamente, vocês terão oportunidade de conhecê-lo mais de perto e sondar a sua grande generosidade. É uma pessoa que traz uma marca fundamental, que é a legitimidade para estar nessa luta. Ele vem dessas mazelas, mas as superou todas. Ele vem dos morros e vem de lugares que não conhecemos. É com essa legitimidade que ele se integra. Não tem o menor problema para fazer interlocução. É extremamente competente na Academia, na sociedade civil, no ambiente político. Ele é um exemplo e é de uma determinação

que temos que louvar. Gostaria de pedir uma salva de palmas para ele, porque, antes de termos apenas um auxiliar na política pública, temos um verdadeiro agente que nasceu nesse meio, que conhece a pressão e a força da droga. Por isso mesmo ele tem a força para construir. E o que ele está tentando fazer: construir.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes aplaude a iniciativa e o esforço de tantos parceiros. Podem contar conosco naquilo que é próprio da Secretaria, que é desenvolver suas atividades, a sua gestão. Parabêniso pela iniciativa e passo a palavra, nesse diálogo tão rico, para que os outros interlocutores possam participar. Estarei atenta e sempre aprendendo. Sou desta Casa, e todos sabem que caminhamos aprendendo e abrindo o coração, a alma e a inteligência à contribuição que a sociedade traz. A cada dia aprendemos com a construção que estamos fazendo pela lado democrático, pelo lado da participação, da cidadania. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Katia Liliane Alves Canguçu

Bom-dia a todos, ao Presidente, aos demais componentes da Mesa, aos Deputados e aos presentes.

Em primeiro lugar, agradeço o convite para participar desta discussão tão atual. Como representantes da educação, não poderíamos deixar de participar deste momento de reflexão e de discussão, para verificarmos as possibilidades de contribuirmos com a questão como instituição formal.

Quando falamos em educação, não podemos ater-nos somente àquela tradicional educação formal, que seria a transmissão dos conteúdos da carga horária a nossas crianças e adolescentes que fazem parte do universo das nossas escolas. Temos de pensar mais além, ou seja, na formação biopsicossocial dessas crianças e adolescentes.

Estou aqui como coordenadora de um dos programas da Secretaria de Educação. Trata-se de uma política pública de prevenção. Apesar de a temática central ser a educação afetivo-sexual, não podemos desvinculá-la da questão do uso indevido das drogas, da gravidez não planejada e das contaminações por doenças, seja pela não-informação, seja pela influência de grupos externos.

Sabemos que o Estado de Minas Gerais é praticamente um País, pois verificamos que todas as situações existem em suas diversas regiões, como a questão da violência, da exploração da criança e do adolescente e da utilização dos nossos alunos como membros do tráfico.

Em relação à prevenção, a nossa preocupação é promover a reflexão e a discussão em sala de aula. Os nossos educadores têm de abordar o assunto, já que está do lado de dentro das escolas e não mais do lado de fora dos seus muros. Trabalhamos com a política de formação dos educadores, para que tenham subsídios para discutir de forma clara, transparente e confiante essas temáticas que envolvem o mundo dos nossos adolescentes.

Temos a grande esperança de fortalecer aqui e em outros eventos a parceria com as outras secretarias, principalmente com a Secretaria de Saúde e com a Sedese, com as quais já temos alguma aproximação, para que as nossas ações não fiquem isoladas e sejam complementares às de todas as instituições que pudermos abraçar, pois o aluno não é da escola nem Município, ele é um cidadão do nosso Estado.

Para que possamos discutir e trabalhar com esses alunos de forma a conscientizá-los, não podemos estar sozinhos. Quando se fala em prevenção, não podemos mostrar apenas o lado contra. Temos de proceder a uma prevenção para que esse aluno e o educador façam uma reflexão e adotem uma nova postura. Com esse objetivo, propusemos esse espaço de reflexão e de discussão, para que tanto os educadores quanto os alunos reflitam sobre a questão e procedam a uma prevenção efetiva por meio de mudanças de postura.

Temos a inteira confiança em que, com essa possibilidade, que até então não era tão aberta em nossas escolas, e com o fortalecimento das ações com os parceiros que desejam juntar-se a nós nessa nova forma de trabalhar, conseguiremos bons resultados.

Pretendemos que nossos alunos sejam multiplicadores na região em que vivem, porque eles passam cinco horas do dia conosco, mas, nas horas restantes, ficam no seu núcleo familiar e em sua comunidade. Que cada um seja transmissor de nossas discussões com seus colegas, sua família e sua comunidade.

Novamente agradeço a oportunidade e desejo um bom dia a todos. Obrigada.

Palavras do Deputado Fahim Sawan

Bom-dia a todos. É uma honra ter o Deputado Fábio Avelar, que também faz parte da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, presidindo o ciclo de debates nesta manhã.

Cumprimento a Secretária Maria Coeli Simões Pires, cuja Secretaria instalou a Subsecretaria Antidrogas do governo do Estado de Minas Gerais; a Dra. Kátia Liliane Alves Canguçu, representando a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto, a quem parabêniso pelo trabalho que vem fazendo na Secretaria, principalmente o de implantação da Escola Viva, Comunidade Ativa, escola de tempo integral que procura atrair as crianças para continuarem na escola após o período letivo. Essas escolas têm realmente atraído crianças, competindo com as ruas e suas mazelas. Em Belo Horizonte, o programa está amplamente implantado e já chega ao interior. Tenho a honra de dizer que, por Uberaba, foram lançadas 13 escolas de tempo integral. Muito me alegra ver minha cidade encabeçar um projeto-piloto dessa natureza, o que, aliás, foi promessa do Governador Aécio Neves.

Cumprimento o Vereador Elias Murad, Presidente da Abraço, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. É uma alegria ter conosco esse grande mestre, grande ícone da luta contra as drogas no Estado de Minas Gerais. Ele tem participação efetiva no governo, porque, por seu intermédio, houve a formação da Subsecretaria Antidrogas, a primeira no território nacional.

Cumprimento o Subsecretário Antidrogas, Dr. Cloves Eduardo Benevides, cuja presença também muito nos alegra na abertura deste ciclo de debates. Dá-nos segurança tê-lo como parceiro nas ações da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas. Por intermédio da Subsecretaria que ele coordena e dirige, o Estado tem avançado nessa luta tão desigual. Agradecemos especialmente à sua assessoria, que, com a assessoria da Casa, trabalhou na organização deste evento.

Agradeço a presença do Superintendente Benedito Scaranzi Fernandes, e a oportunidade de juntos discutirmos as políticas públicas de combate às drogas e, sobretudo, as políticas de tratamento. O Dr. Benedito, médico que é, com certeza falará de como nosso Estado tem lidado com o tratamento de nossos pacientes.

Cel. César Romero Machado Santos, representando o Comandante-Geral da PMMG, Cel. Hélio dos Santos Júnior, ressaltando a grande

participação da PM não só na repressão e na diminuição do tráfico de drogas, mas também na prevenção, principalmente com o Proerd, que tem sido um grande multiplicador em todo o Estado; Jader Pinto Lucas Gomes, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas, que tem sido um grande parceiro nessa luta em todo o Estado, principalmente no que tange ao estabelecimento de políticas públicas e ao oferecimento de um plano de combate às drogas para Minas Gerais; Pe. Haroldo Joseph Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; e Pastor Vânio de Oliveira, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil.

Cumprimento ainda a Deputada Ana Maria Resende, os Deputados João Leite, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Célio Moreira, Jayro Lessa e Weliton Prado, agradecendo a presença de todos.

Hoje, indiscutivelmente, as drogas são a grande mazela da humanidade, grassando de forma indiscriminada, com conseqüências danosas para o futuro das novas gerações.

A união de diversos setores da sociedade na busca por aprimorar as políticas públicas de combate aos entorpecentes é mais um grande passo para se alcançar uma solução para esse problema de saúde pública, que é global. De acordo com a OMS, aproximadamente 10% das populações dos centros urbanos consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo.

No mundo, o comércio ilegal de drogas envolve aproximadamente US\$400.000.000.000,00 por ano, segundo a ONU; são gastos US\$25.000.000.000,00 em repressão e prevenção aos entorpecentes e consumidos 6 bilhões de papotes de cocaína no mesmo período.

No Brasil, as estatísticas mostram que apenas 30% dos dependentes que procuram tratamento conseguem deixar o vício por completo. Números do Centro de Acolhimento S.O.S. Drogas, ligado à Subsecretaria Antidrogas da Sedese, mostram um quadro preocupante: segundo o órgão, em Minas Gerais os usuários começam a consumir drogas aos 15 anos de idade, em média, sendo que a maioria, mais de 70%, inicia o consumo entre 12 e 17 anos de idade, e cerca de 10% com menos de 11 anos de idade. Os dados apontam ainda que 24% dos usuários de drogas tiveram o tabaco como início do vício. A maioria deles tem baixa escolaridade - somente 1,9% possuem o 3º grau completo.

Os maiores motivos apontados para o início do uso de drogas são: influência, em primeiro lugar, seguido de curiosidade e problemas familiares, que estão em terceiro lugar. Na idade adulta, as pessoas começam a sentir mais os prejuízos causados pelo uso da droga, e as convicções dos adolescentes "de que nada de ruim vai me acontecer" e "eu paro de usar quando quiser", nessa idade, caem por terra.

Sabemos que as campanhas de prevenção contra o uso de drogas no Brasil têm até avançado. Tanto o poder público quanto organizações não governamentais atuam em uma das frentes dessa famigerada cadeia, ou seja, de conter o uso de drogas tendo como foco o usuário. Entretanto, esses mecanismos não são suficientes para inibir a avalanche de oferta, fruto do fornecimento do narcotráfico, muito organizado e consolidado como instância paralela de poder no nosso país.

Os grandes contrastes sociais que se acentuam cada vez mais com a inevitável globalização possibilitam para muitos, como única expectativa de vida e sobrevivência, o mundo do tráfico. O exército de marginalizados e excluídos se avoluma e ganha força com contingentes inesgotáveis ao seu aliciamento.

Precisamos voltar os olhos para as vítimas desta terrível perversão. Discriminadas, aprofundam-se no consumo, sendo presas fáceis do narcotráfico que, além de tê-los como clientes, os induz a colaborar para o crescimento dessa indústria como seus agentes, sem opção alguma de outro tipo de sobrevivência na crueldade que se instala neste país.

Nesse sentido, deve-se reconhecer o importante papel que desempenham as comunidades terapêuticas. Em Minas Gerais existem aproximadamente 300 comunidades terapêuticas, organizações não governamentais que auxiliam no tratamento de dependentes de álcool e de outras drogas, que acolhem cerca de 27 mil dependentes químicos.

A Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, ao propor este ciclo de debates, reafirma sua atuação em sensibilizar órgãos e entidades públicas e privadas a engajar-se em atividades antidrogas. Traz mais uma vez para a Assembléia Legislativa a missão de debater e propor alternativas que reforcem a prevenção e o combate às drogas no Estado.

Com o envolvimento e a participação dos órgãos do Estado pertinentes ao assunto tratado, aqui representados pela Subsecretaria Antidrogas e por diversas entidades civis e não governamentais, estaremos, sem dúvida alguma, dando uma grande contribuição para o fortalecimento de políticas públicas e sociais para aprimorar e intensificar o trabalho na luta contra as drogas.

Parabenizo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo governo do Estado, neste momento representado pela Sedese, pela Secretaria de Saúde, pela Secretaria de Educação e pela Subsecretaria Antidrogas. Parabenizo a luta, a implantação e, principalmente, a coragem de nosso Estado em encarar esse problema de frente. Parabenizo todos os Deputados que compreenderam a necessidade de instalar a Frente Parlamentar de Movimento contra as Drogas, que tem trabalhado substancialmente em dois orçamentos. Pudemos dedicar parte dos recursos do orçamento deste Estado para a ajuda no combate às drogas, às comunidades terapêuticas e à prevenção que se deve fazer neste Estado.

Essa iniciativa do governo de Minas vem sensibilizando todo o território brasileiro. Tivemos várias vezes a presença do Secretário Nacional Antidrogas, que com todos nós estabelece e desenvolve essa política, sendo um grande parceiro. Quero ressaltar que, se não fizermos com que essa luta se torne cada vez mais multiprofissional, com múltiplas atividades e com outros atores, não conseguiremos organizar-nos devidamente.

Ressalto mais uma vez a presença do Prof. Elias Murad, inspirador de todo esse trabalho, assim como a presença de Cloves Benevides.

Parabenizo as comunidades terapêuticas e agradeço o trabalho que têm feito não só para o Estado de Minas Gerais, mas para os mineiros, a quem os senhores dão condições de serem reinseridos na sociedade.

Agradeço às Polícias Civil, Federal e Militar, ressaltando que, se o crime está organizado, temos a obrigação de também nos organizar.

Agradeço à assessoria desta Casa, na pessoa do Juscelino. Ressalto a importância dessa assessoria e seu profissionalismo no que tange principalmente à organização deste evento, à Subsecretaria Antidrogas, às comunidades terapêuticas e a todos os que participaram das reuniões prévias.

Agradeço aos amigos do meu gabinete, aqui representados pela Juliene. Deixo um grande abraço a todos os que nos ajudaram na formalização

deste evento e a todos os palestrantes que aceitaram nosso convite. Deixo um grande abraço à Dra. Ana Cecília, ao Pastor Wellington e ao Ronaldo Viana. Agradeço a todos os jovens presentes. Desejo que, com a graça de Deus, este dia seja muito proveitoso e que saíamos daqui com a mente mais esclarecida, com a alma mais lavada e, principalmente, com o espírito renovado para continuarmos nessa luta.

#### Palavras do Vereador Elias Murad

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente desta Casa, representando o Presidente Mauri Torres, em cuja pessoa saúdo todos os parlamentares presentes; Sra. Secretária Maria Coeli, a quem faço uma saudação especial e por cujo intermédio saúdo todas as mulheres presentes a este evento; Deputado Fahim Sawan, grande amigo e Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção do Abuso de Drogas; meu caro amigo Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário Antidrogas, que nos substituiu na subsecretaria quando saímos para disputar o cargo de Vereador em Belo Horizonte há um ano e meio aproximadamente; demais membros que compõem a Mesa; autoridades; meus amigos e minhas amigas.

São tantos os que deveria saudar que me perco, muitas vezes, ao citar os nomes. Mando um abraço carinhoso a todos os presentes.

Não era minha intenção fazer um pronunciamento. Ao chegar, me perguntaram se gostaria de falar. Perguntar a um político se deseja falar é uma redundância. Evidentemente, respondi que sim. Dizem que não posso ver um microfone ou um gravador perto de mim que imediatamente concedo uma entrevista ou faço um pequeno pronunciamento. Isso me levou a aceitar o convite para dizer algumas palavras.

Certa vez - uma coincidência interessante -, eu estava saindo do gabinete do então Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, atual Deputado Federal e Secretário em Minas Gerais, onde havia ido para propor a criação dos Conselhos Estaduais Antidrogas. Ibrahim Abi-Ackel criou o Conselho Federal de Entorpecentes - Confen -, que foi o primeiro órgão do País nessa área. O ex-Ministro me perguntou o que mais eu poderia fazer em prol desse setor. Propus-lhe que sugerisse aos Governadores a criação de Conselhos Estaduais Antidrogas. A minha sugestão foi aceita.

Estava justamente saindo de seu gabinete, quando um jovem repórter, com um gravador na mão, correu em minha direção e perguntou: "O senhor tem alguma novidade?". Ora, perguntar para mim se tenho novidades? Concedi logo uma entrevista sobre drogas. O repórter, admirado, me perguntou: "Senador, por que o senhor sabe tanto assim sobre drogas?". Respondi: "Senador, que Senador?". Ele disse: "O senhor não é o Senador Antônio Carlos Magalhães?". Dizem que me pareço com ele. Respondi: "Não, sou o Deputado Elias Murad". O repórter indagou: "Então, o senhor não é o Toninho Malvadeza?". Respondi: "Não, sou o Murazinho Ternura". Esse fato ocorreu, por uma coincidência muito curiosa, no dia em que propus ao Ibrahim Abi-Ackel a criação dos Conselhos Estaduais Antidrogas. Hoje todos os Estados possuem esses Conselhos, iniciativa do ex-Ministro, por sugestão nossa.

Minhas amigas e meus amigos, é uma grande satisfação estar aqui presente. Faço uma saudação especial, na pessoa da Secretária Maria Coeli, às mulheres presentes neste Plenário. Estamos percebendo que, cada vez mais, as mulheres estão participando do setor político nacional. Isso é muito bom. Votamos uma lei - quando era Deputado Federal - estabelecendo que as mulheres deveriam representar, naquela época, 20% dos candidatos a cargos públicos, por eleição. Hoje esse índice subiu para 30%. É muito importante a participação da mulher, que, certamente, irá colaborar muito nessa área.

Lembro-me de uma história que contam a respeito de um dos homens mais poderosos do mundo. Naquela época, Bill Clinton era até Presidente dos Estados Unidos. Dizem que ele estava em férias na sua cidade natal, Little Rock, junto com sua mulher, que exercia e ainda hoje exerce influência muito grande em sua orientação política. Hillary Clinton era realmente uma mulher muito participativa, tanto que hoje é Senadora pelo Estado de Nova Iorque. Nessa viagem de férias, pararam em um posto de gasolina para abastecer o carro. Quando os viu, o dono do posto correu para atendê-los. Durante alguns minutos, conversou com bastante cordialidade com a primeira-dama do país. Terminado o serviço, quando saíram, Hillary comentou com o Presidente Clinton: "Você sabia que fui namorada do dono deste posto de gasolina antes de casar-me com você?". Clinton respondeu: "Pois é, se você se tivesse casado com ele, hoje seria a simples mulher de um dono de posto de gasolina". E Hillary respondeu: "Não, ele seria o Presidente dos Estados Unidos".

Realmente, percebemos a grande influência que a mulher exerce a cada dia no nosso meio. Nessa área da prevenção do abuso de drogas, sua participação é bem-vinda, é extraordinária, e pode ser extremamente benéfica, particularmente para os usuários.

Termino, meus amigos, lembrando uma frase de D. João Resende Costa, então Arcebispo de Belo Horizonte, ao comentar, certa vez, a sociedade atual, consumista, altamente tecnicista e tecnocrata, que valoriza mais a máquina que o homem, mais a máquina que a humanidade. Em seu artigo, ele argumenta que, se o indivíduo vai comprar um relógio de pulso e vê escrito no verso "Made in Switzerland" - "Feito na Suíça" -, logo pensa que deve ser um bom relógio, por causa da tecnologia de relógios daquele país e, se pode, ele o adquire. O mesmo acontece se vai comprar um televisor e está escrito no verso "Made in Germany" - "Feito na Alemanha". O raciocínio é o mesmo, e, se pode, ele adquire o produto. Quando vai comprar um transistor, pode estar escrito "Made in Japan" - "Feito no Japão" -, o que remete à elevada tecnologia japonesa nessa área. Nos computadores, pode estar escrito "Made in USA", "United States of America". D. João termina ponderando que nós, como cristãos, deveríamos ver na face de um usuário de drogas escrito de forma bem nítida "Made by God" - "Feito por Deus". Muito obrigado.

#### Palavras do Subsecretário Cloves Eduardo Benevides

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, neste ato representando o Presidente Mauri Torres na condução dos trabalhos; Sra. Secretária Maria Coeli, da Sedese, à qual é subordinada a Subsecretaria Antidrogas; Deputado Fahim Sawan, Pe. Haroldo; nosso Presidente Dr. Aloísio Andrade; Pastor Vânio, Presidente da Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas Evangélicas; Dr. Benedito, nosso companheiro da Secretaria de Saúde - aliás, temos tido alguns problemas com ele; por causa da proximidade das nossas equipes, em determinados momentos temos confundido a quem de fato está vinculada a Secretaria, tamanha a cooperação da estrutura da Subsecretaria da Sedese com as ações da Secretaria de Saúde e a reciprocidade desta para com as ações da Subsecretaria Antidrogas da Sedese -; Prof. Elias Murad, responsável por toda essa nossa trajetória - como muito bem disse o Deputado Fahim Sawan, não estaríamos aqui se em 1983 o Prof. Murad não estivesse lá, junto ao então Ministro da Justiça, Deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel, cobrando e efetivamente propondo ações que, naquele momento, eram entendidas apenas como militância pessoal de alguém que, sozinho, propagava o discurso no território brasileiro, e que hoje são entendidas como política pública, que precisa ser referenciada e respeitada como algo que começou na trajetória de luta, de garra do Prof. Murad, que muitos de nós presenciaram -; Kátia, Coordenadora do nosso Programa de Educação Afetivo-Sexual da Secretaria de Estado de Educação, também parceira nas capacitações do programa Saúde na Escola e de outras ações que temos desenvolvido em conjunto; nosso representante da Polícia Militar; companheiro Delegado de Polícia Federal; nosso amigo, Deputado Fahim Sawan, que tem-se dedicado a essa luta durante o seu mandato nesta Assembléia Legislativa, não apenas no trabalho da Frente Parlamentar, mas, diariamente, no exercício da medicina, da sua profissão e de seus atos de cidadão, percorrendo o Estado nas palestras, no diálogo com os Prefeitos e com as instituições, construindo, consolidando estratégias para que seja implementada nos vários setores de Minas Gerais uma política de drogas e para que sejam efetivadas as ações de atendimento ao cidadão, que é o nosso maior foco, nosso maior alvo.

Encontram-se presentes outros companheiros, como a Profa. Ana Cecília, membro do Conselho Consultivo da Abead, parceira do governo de Minas Gerais; Pastor Wellington Vieira, Delegado da Feteb em Minas; Dr. Ronaldo Viana, Delegado da Federação Brasileira de Comunidades

Terapêuticas - Febract -; Coordenador da Terra da Sobriedade, nosso companheiro de lutas; nossos companheiros da Redutores de Danos de Minas Gerais - Redamig -; Profa. Ana Regina, do Centro Mineiro de Toxicomania, primeira unidade estatal na área especializada de atendimento aos usuários de álcool e de outras drogas do Brasil, com absoluta certeza - apenas a Fuliban, que é também um serviço coordenado pelo Prof. Murad na época do Dr. Aloísio Andrade e do SMT, há aproximadamente 20 anos, sendo que hoje são muitas instituições no País, mas não podemos perder de foco o pioneirismo de Minas também na área da assistência, na área da pesquisa. Enfim, Secretária Maria Coeli, vários companheiros se somam a essa luta, a essa construção que pertence a cada um de nós.

No início do governo Aécio Neves, Minas Gerais colocou a política de prevenção, de tratamento e da reinserção do usuário de drogas como uma prioridade de governo, entendendo que o reflexo dessas questões na política de saúde, na política de segurança pública e nos aspectos da educação era tão importante que precisava ser tratado com base em evidências científicas, com mensuração da efetividade das ações como uma política de governo, uma política integrada às estruturas de governo. Por isso, criou, por orientação do Prof. Murad, a primeira Subsecretaria Antidrogas em nível estadual do Brasil. Não há outro exemplo no País de um órgão na estrutura do Executivo estadual para tratar o tema.

Não há na estrutura do desenvolvimento social uma visão avançada do processo para dialogar com outras políticas: política do negro, da assistência social, da juventude e do esporte. Políticas afeitas à reinserção do indivíduo ou à prevenção, em aspectos de vulnerabilidade, instituindo então, à época sob a gestão do Deputado João Leite, um sistema de desenvolvimento social e, nesse contexto, a política de drogas.

O desafio do Prof. Murad - que de maneira nenhuma substituímos: sucedemos, e lá estamos implementando tudo aquilo que foi pensado há muito tempo -, nosso grande desafio era estabelecer um diálogo claro e sincero. Este fórum hoje permite definirmos quais as estratégias para implementação dessas ações. Ainda há muitos desafios, mas podemos considerar que há muitos avanços.

Tenho dito sempre que nada nessa área é muito novo, o que existia era uma quase total omissão de alguns setores e, talvez, a necessidade do convencimento de alguns outros, porque as ações do Estado, por exemplo, eram ainda muito limitadas no contexto da política de drogas. Muita coisa já havia sido pensada há muito tempo, os consensos estavam produzidos.

Dr. Aloísio presidiu o Conselho há 12 anos. Nessa época, Minas Gerais foi dotada de um instrumento muito importante, o 1º Fundo Estadual de Prevenção, uma unidade orçamentária para capitalizar as ações, absorver a condição financeira e implementar os programas. Hoje, a regulamentação desse fundo está em fase de discussão na Assembléia Legislativa. Alguns Estados brasileiros, hoje, pensam na necessidade de financiamento. Minas Gerais há 12 anos foi dotada desse instrumento, na gestão do Dr. Aloísio Andrade frente ao Conselho, na primeira gestão.

Muitos são os nossos desafios, mas também as nossas ações, tudo isso foi estruturado a partir do diálogo que conseguimos travar com as comunidades terapêuticas, com os membros da comunidade científica, com aqueles que, de alguma forma, já militavam, construam, pavimentavam uma trajetória nesse campo, no cenário da prevenção, da necessidade do tratamento, da oferta da ajuda especializada e da reinserção social dos dependentes. Encontramo-nos hoje em fase de consolidação.

A Secretária Maria Coeli tem discutido conosco e, bondade em suas palavras, tenho de agradecer-lhe, Secretária, e me somar às suas ações. A Secretária tem marcado época na Secretaria por belas citações. É também uma poetisa entre nós. Aqui usarei uma frase do Pe. Lebre: "Devemos ser cada vez mais um zé-ninguém para acolher alguém". É nessa perspectiva que não o Subsecretário, mas a equipe, todos aqueles que nos auxiliam para que possamos auxiliar a Secretária na condução dos trabalhos, têm-se posicionado dessa forma, absorvendo as nossas trajetórias, algumas acadêmicas, outras de militância, como a minha. Acolher mesmo que seja apenas um indivíduo, com qualidade, com sensibilidade. É isso que tem norteado nosso trabalho. Agradeço a citação da Secretária, que está muito mais movida pela amizade - que, apesar do pouco tempo de conhecimento, já é verdadeira - do que, acredito eu, pelo merecimento. Nossa ação tem sido assim, a partir das parcerias.

Trabalhamos a ampliação dos programas de prevenção, o concurso de frases e desenhos foi ampliado, chega hoje a cerca de 40 mil estudantes no Estado. Temos trabalhado a parceria com as comunidades terapêuticas. Minas Gerais, volto a dizer, no aspecto de pioneirismo, é o único Estado do Brasil que tem um instrumento de relação para com as comunidades. Fizemos três encontros durante esses anos a partir da parceria com a Febract e com a Feteb, discutindo com as instituições quais eram os caminhos, sem dizer que o modelo "x" ou "y" é o melhor, mas que existia necessidade do diálogo.

Todas as intervenções são complementares e têm importância no contexto da política de drogas. O diálogo deveria ser estabelecido entre os setores de saúde, entre os redutores de danos, entre aqueles que oferecem ajuda no contexto das comunidades terapêuticas; e desenvolvemos um instrumento de adequação. Construimos, com as comunidades, a lógica de que existiam casos em que a adequação necessitava ser buscada, de que a melhoria na qualidade dos serviços seria algo a alcançar. E o governo ofereceu não apenas discurso, mas a condição para que essa adequação ocorra a partir da capacitação. São 17 cursos - 23 turmas -, em parceria com o Senac em todo o Estado, com recursos do FAT, numa parceria com a Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social, de capacitação dos gestores, a partir de uma parceria bem sucedida com a Utramig. E agora, numa outra etapa, o oferecimento de recursos do Estado às instituições para sua estruturação e para a aquisição de equipamentos, num processo muito transparente.

Estabelecemos uma parceria com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Defesa Social; constituímos um grupo de trabalho e de cooperação; e publicamos, no diário oficial, um edital contendo o critério de seleção de projetos. Recebemos os projetos das instituições, os quais foram avaliados por esse grupo; e as demandas das próprias instituições, num total de 20, estão sendo subvencionadas pelo Estado. Sabemos que ainda é muito pouco, que a demanda é muito maior, que existe uma população de usuários e seus familiares necessitando de assistência muito maior que a que o Estado pode oferecer. Mas sabemos que o caminho é o do diálogo, da legitimação das mais diversificadas abordagens, pela importância que têm no contexto da política.

Trabalhamos, também, com a coordenação da saúde mental, em que a Dra. Raquel Pinheiro é referência técnica. Há necessidade da estruturação dos Caps nos Municípios mineiros, entendendo-se que deve haver no SUS uma porta de entrada para esta demanda, que se desenha a partir dos Centros de Atenção Psicossocial: álcool e drogas. É um trabalho longo, duro, feito pela Secretaria de Saúde, para convencer os gestores municipais a estruturar esses serviços - e aí é preciso ficar claro que essa responsabilidade, a condição de estruturar o serviço, é do Município, e que existem contrapartidas do próprio Estado para subvencionar, financiar o funcionamento da unidade. Mas tem de haver por parte do Município a vontade de estruturar o serviço, e, nesse aspecto, trabalhamos com a Secretaria de Saúde.

Várias outras ações são desenvolvidas no âmbito da Subsecretaria, mesmo considerando que nos encontramos no início de nosso trabalho. Mas a mais importante delas é a noção exata do que vem a ser o princípio da responsabilidade compartilhada. Nenhuma de nossas ações, de nossos eventos, de nossas empreitadas ou de nossos projetos nasceu de uma vontade do Subsecretário, de uma aspiração do Secretário Marcos Montes, do Secretário João Leite ou da Secretária Maria Coeli, no dia de hoje, mas de uma construção de reuniões que adentraram as noites, de encontros, de seminários com a participação de 200, 300 ou 500 pessoas, dirigentes, representantes, professores, especialistas na área. Essa construção, em nossa avaliação, caracteriza o princípio da responsabilidade compartilhada, em que a demanda era recebida, e o Estado oferecia a condição de aprimorar a sua idéia, discutindo a maneira de implementá-la. Quando fomos às ruas, aos nossos encontros ou vínhamos a esta Assembléia, buscávamos nos assentar do mesmo lado da mesa, discutindo com clareza a prioridade, que é atender o indivíduo, atender aquele que demanda ajuda.

Quero dizer então, Secretária, que fica aqui o nosso compromisso de construir com a Assembléia Legislativa a consolidação dessa política que nasce na sensibilidade do Governador Aécio Neves e na orientação do Prof. Elias Murad. Essa política recebe do governo gestos concretos, muito mais que a questão filosófica ou conceitual. O governo de Minas dá demonstrações concretas, e, no dia de hoje, duas ações do Governador somam-se a isso. Primeiro, a constituição de um grupo de trabalho e a definição de um prazo para que a política de drogas seja transformada em um documento, em algo que garanta continuidade e legitimidade. No dia de hoje, o Governador publicou um decreto, determinando que se constituísse uma comissão que, em 20 dias, submeterá ao Conselho Estadual Antidrogas o texto da política estadual sobre drogas. Mais uma vez, o Estado posiciona-se na vanguarda, porque, em um tempo muito próximo, será o primeiro Estado do Brasil a contar, na esfera estadual, com uma política sobre drogas estruturada e discutida com os representantes da sociedade.

Também no dia de hoje, por ato do Governador, foi regulamentada a comenda de luta contra as drogas, criada por iniciativa da frente parlamentar, que visa, em um futuro próximo, a homenagear aqueles que desenvolvem ações na área e precisam ser, respeitosamente, homenageados por nós. A partir desse instrumento, hoje, o Governador, com a regulamentação, nos oferecerá a possibilidade de, em um momento festivo, fazer a distinção, da maneira que eles precisam, àqueles que, na comunidade científica, nas polícias e na academia, têm, de alguma forma, trabalhado para o fortalecimento dessa nossa política e ação. Deixo, então, o nosso agradecimento. Temos clareza do nosso alcance e valor. Mais uma vez, falando a respeito da comenda de luta contra as drogas, quero anunciar que ela leva o nome do Prof. Elias Murad. Minas Gerais tem bons programas, projetos, ações e parceiros.

Termino dizendo que o nosso compromisso é com a continuidade para a pavimentação, construção e legitimação dessa intervenção que o Estado de Minas Gerais faz com a parceria de todos, sob o princípio da responsabilidade compartilhada. Reconheço, sobretudo, o trabalho da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e da frente parlamentar, que é uma das maiores congregadoras de parlamentares - mais de 60 dos 77 Deputados a compõem. Discutiremos de que maneira construiremos alternativas para melhor atender ao cidadão. Para finalizar, utilizo uma fala do Pe. Vieira, que dizia: "O discurso de quem não viu é discurso; o de quem viu, é profecia".

Sejamos nós, cada um na sua área de atuação, profetas do desenvolvimento e, de fato, da construção de melhor qualidade de vida e acesso não ao nosso jovem ou idoso ou adulto, mas ao nosso companheiro e irmão, àquele que demanda assistência e presença do poder público e das instituições, de cada um de nós na sua área de responsabilidade. Obrigado, Deputado Fahim Sawan, Deputado Fábio Avelar e Secretária Maria Coeli. Bom trabalho a todos.

#### Palavras do Sr. Benedito Scaranzi Fernandes

Bom-dia a todos, parlamentares presentes, colegas do governo, demais entidades, representantes de comunidades terapêuticas, universidades, tenho duas rápidas palavras. Na primeira, quero trazer o abraço, o interesse e a participação do Secretário Marcelo Teixeira e todo o envolvimento da Secretaria de Saúde, plenamente descrito pela parceria com a Secretaria de Educação, a Sedese e a Subsecretaria Antidrogas, nos diferentes programas e ações desenvolvidos.

Não sou profissional da área de saúde mental nem alguém ligado à questão que se debate aqui, mas pediatra e professor universitário. Atualmente trabalho na Secretaria de Saúde.

Quem observa a política de saúde do País evidentemente percebe que essa questão recentemente tem entrado na pauta da área de saúde. A portaria do Ministério da Saúde, que é de 2002, tem sido implementada dentro do País e do Estado. Hoje são cinco os Centros de Atenção Psicossocial Específicos da Área de Drogas - Capes-AD.

Trago um primeiro pedido relativo ao reconhecimento pela Secretaria de Saúde do importante papel da Assembléia, dessa frente parlamentar, por realçar a necessidade de uma parceria, como o Subsecretário Cloves já comentou, para que haja envolvimento das Prefeituras, das Secretarias Municipais de Saúde no estabelecimento desses Capes-AD. O Estado já poderia contar com 11 deles, mas só possui cinco. Certamente há necessidade de mais, o que, provavelmente, advém dessa recente inserção do problema na área de saúde, o que esperamos se intensifique.

Essa a primeira questão que queria pautar em nome do Secretário. Trata-se, como já disse, do pedido de envolvimento das pessoas presentes, principalmente dos parlamentares, por intermédio de seus partidos e de suas ações parlamentares junto a Prefeitos e Secretários Municipais, de modo a chamá-los a envolver-se nessa luta, que é da sociedade como um todo, tão bem representada nesta Mesa.

À tarde, a Sra. Raquel Pinheiro falará mais sobre as ações da secretaria, que, como comentei, têm sido feitas em parceria com a Sedese, com a Subsecretaria Antidrogas e com a Secretaria de Educação.

Há uma segunda questão a comentar. Recentemente, por iniciativa do Subsecretário Cloves, fizemos uma reunião com o Secretário, Sr. Marcelo. Este assumiu o compromisso, frente a um plano de ação a ser elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Saúde e da Subsecretaria Antidrogas, de maior envolvimento da Secretaria de Saúde com a questão.

Espero que este ciclo de debates que agora se inicia contribua para o estabelecimento desse plano a ser apresentado ao Secretário, de modo que, efetivamente, esse compromisso assumido por ele há cerca de 15 dias nos traga alguma contribuição, relativamente à prevenção, com a qual a área de saúde está envolvida, e, principalmente, quanto ao tratamento e à recuperação das pessoas envolvidas.

Por último, gostaria de dar um testemunho pessoal, pois não poderia deixar passar esta oportunidade. Sou um dos muitos filhos que o Pe. Haroldo tem por este país. Talvez ele nem saiba, mas, quando eu era adolescente, participei de uma das suas muitas iniciativas, o chamado Treinamento de Lideranças Cristãs - TLC. Eu era de uma cidade vizinha de Campinas, onde ficava o centro em que ele trabalhava. Eu estava agora me lembrando disso.

Primeiro, é preciso haver iniciativa não só do governo, mas deste com a sociedade civil. Segundo, como já muito bem lembrado aqui, é preciso dar ao jovem mais que atendimento às suas necessidades materiais. É importante atender ao lado humano que está dentro dele. Sou testemunha disso.

Estou sentado aqui hoje, e o caminho que trilhei - sou médico pediatra e professor universitário - certamente tem a ver com essa parte da minha vida, a adolescência. Então, espero que, de algum modo, possa também trazer a este debate - como já foi dito pelo próprio Prof. Elias - essa dimensão do humano, que é o espiritual, sem o que certamente nada daquilo que podemos fazer de política de saúde, integração ou parceria trará realmente efetivos resultados para os problemas que nos foram apresentados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Deputado Fahim Sawan, não poderia deixar de registrar a nossa satisfação de fazer parte dessa frente tão importante nesta Casa. Gostaríamos também de registrar, de público, o nosso orgulho em tê-lo como Presidente, já que é uma pessoa que conhece profundamente essa questão. Mas, o mais importante é a sua dedicação e a sua motivação, que contagiam todos nós, Deputados. Então, queremos cumprimentá-lo não só pela iniciativa de realizar nesta Casa este importante ciclo de debates, mas também para testemunhar o

nosso apreço e o nosso respeito pelo trabalho que aqui desenvolve, principalmente nessa área. É uma honra estar junto de você nesse importante trabalho.

Em nome da Assembléia Legislativa, do Presidente Mauri Torres e da Mesa Diretora, também não poderíamos deixar de agradecer a presença de todos e de lhes desejar um bom trabalho, na certeza de que faremos hoje debates muito importantes, que nos poderão subsidiar formulação de políticas e de programas futuros.

## 2º Painel

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Fahim Sawan) - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa o Revmo. Sr. Padre Haroldo Joseph Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; e as Exmas. Sras. Ana Cecília Petta Roselli Marques, membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas; e Eloísa Lima, Diretora da ONG Terceira Margem - Prevenção e Pesquisa em Toxicomania.

### Palavras do Pe. Haroldo Joseph Rahm

Bom-dia. É um prazer estar aqui outra vez, porque de vez em quando venho a Minas, onde sempre fico muito feliz, porque o mineiro é uma pessoa espiritual. Assim como vejo nas poucas coisas que leio, e vou usar isso como exemplo para minha introdução, nosso amigo Tiradentes, que, parece, foi um homem muito espiritual. Digo que parece porque, quando leio sobre Minas, sobre arte barroca, Aleijadinho e outros homens espirituais, de vez em quando esqueço exatamente como é. Como passo a essa conclusão? Há quem diga que ele tenha dito que o triângulo vermelho, símbolo de Minas que criou, representava para ele a Santíssima Trindade. Naquela época, pouco depois da Revolução Americana e antes das revoluções do resto da América Latina, Tiradentes deu sua vida por seu ideal.

Uso tudo isso para falar o que quero falar. Não estou dando aula sobre a história de Minas, porque vocês são peritos nessa idéia. Mas ele tinha uma idéia, tinha uma fixação. Queria liberdade, queria liberar as pessoas desta região do controle ilegal, pensava ele, das finanças brasileiras.

Ao invés de tirar dentes, ele começou a tirar dos seus amigos idéias revolucionárias. Ele tinha uma fixação. Nós também temos fixação com a sobriedade. Tiradentes tinha uma fixação e deu sugestões aos seus amigos; ele vivia em ação com a sua fixação e usava, no triângulo vermelho, a idéia da Santíssima Trindade, que é a divina majestade de Deus. Nós também temos uma fixação, que é a prevenção ao uso do álcool. Esse ciclo de debates aborda a luta contra as drogas, porém, dentro do contexto, fala em álcool e outras drogas. O nosso problema principal é o álcool. O jovem, hoje, começa com cerveja, pinga e outras substâncias alcoólicas mais do que com a maconha ou outras drogas químicas. Essa é a minha idéia e não, necessariamente, a verdade. Mas convivo com 150 homens e mulheres em recuperação. Convivo com eles praticamente 24 horas por dia. E, de vez em quando, para ajudar a minha pesquisa, não de doutorado, mas pessoal, faço perguntas a eles, durante as nossas aulas de meditação. Perguntei quantos deles usavam apenas álcool; responderam 20 a 30 pessoas. Perguntei quantos usavam álcool e outras drogas; a maior parte deles ficou de pé. Perguntei quantos usavam só drogas; responderam 15 a 20, entre 150 pessoas. Nós que somos considerados profissionais nesse assunto, sabemos que a maior droga que existe é o álcool. Os pais, as pessoas normalmente pensam em cocaína e outras drogas, substâncias que estão fabricando.

Essas são terríveis, mas as mais terríveis são a Brahma e a 51. Estas são os nossos inimigos. Graças a Deus, o Dr. Ronaldo Laranjeira, a sua equipe e amigos - e eu sou uma dessas pessoas - estão em campanha contra o álcool nos meios de comunicação. Pessoalmente, enviei ao Dr. Laranjeira 8 mil assinaturas para utilizar junto ao governo federal, como bom psiquiatra e pessoa que sabe trabalhar.

Até agora falei que a nossa fixação é a prevenção do uso de álcool e outras drogas. Como faremos isso? Quais são as nossas sugestões? Tiradentes deu uma sugestão forte: uma revolução. Ele entrou em ação e, por isso, perdeu a vida. Temos também uma fixação, que é contra o álcool e outras drogas. Desejamos algo positivo: sobriedade. Pretendemos entrar em ação em favor da sobriedade, no momento, no que diz respeito à prevenção. Como? O "como" é importante. É evidente que - e acredito nisso com todo o meu coração - a primeira prevenção é a espiritualidade, também expressada pela palavra "religião", sincera e honesta.

Não aceito a idéia que a maior parte das pessoas têm. Não estou promovendo a Igreja, apenas citarei o que elas dizem: "Não vou à Igreja, mas sou uma pessoa espiritual". Será? Não sei. Pelo menos, para sermos uma pessoa espiritual, deveremos obedecer às sugestões de Deus escritas em nosso coração. Refiro-me ao que se chama, em judaísmo, "Os Dez Mandamentos". Cristo Jesus os expôs em duas idéias: amar a Deus e, do mesmo modo, ao meu irmão. Buda expôs isso de outra maneira: iluminação. Temos de matar a ignorância, viver corretamente, etc.

Para mim, prevenção é espiritualidade.

Podem ser os 12 passos do AA e do NA; podem ser os 12 princípios do "Prevenção com Amor Exigente". Para mim, podem ser as comunidades terapêuticas, ou seja, curar pessoas para que elas levem aos outros a mensagem da sobriedade. Não tenho dúvida de que alcoólatras e toxicômanos curados são os melhores fatores para a prevenção.

Falo com meus jovens: trabalho com vocês, tenho apostolado com vocês, não porque os amo - claro que amo -, mas porque vocês vão sóbrios aos lugares a que eu não posso ir - família, bairro. Vocês falam uma linguagem que eu não falo. Sabem falar sobre álcool. Eu nem sei, embora tenha três alcoólatras em minha família e viva o alcoolismo há 87 anos. Quando nasci, meu pai já estava bebendo, celebrando meu nascimento. Estava bem bêbado, mesmo.

Quando Ronaldinho faz um gol, o brasileiro comemora pedindo uma Brahma atrás da outra. A Brahma, aliás, já está-se preparando para a Copa.

No próximo ano, de 2 a 4 de março, lançaremos nacionalmente na Canção Nova, da televisão, o "Prevenção, 72 Anos". Quero vocês lá; quero 10 mil, 11 mil pessoas.

Quem está liderando a campanha no mundo dos esportes é o Pelé. Disse-nos que, depois que voltar da Copa, podemos contar com ele o tempo que for preciso. Quero atrair pessoas que atraíam pessoas e as levem à Canção Nova, para continuarmos nossa campanha de prevenção.

O relógio sempre ganha de mim. Corre quando falo e vai tão devagar quando estou ouvindo... Não sei por quê. Mas muito obrigado pelo tempo que me foi concedido.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras iniciais do Pe. Haroldo. Gostaríamos, com certeza, de ouvi-lo muito mais, mas teremos essa

oportunidade durante o dia de hoje.

O que o Pe. Haroldo disse é muito importante: não existe viciado em drogas que antes não tenha usado álcool e cigarro. Realmente, são essas as grandes portas de entrada para o vício.

Estamos zelosos com o tempo porque o evento está sendo levado aos mineiros pela TV Assembléia, e todos querem ouvir todos.

#### Palavras da Sra. Ana Cristina Petta Roselli Marques

Bom dia a todos. Cumprimento os amigos da Mesa, agradeço o convite para participar deste ciclo de debates, o que me faz sentir muitíssimo honrada. O Fahim dizia que sou sua amiga, o que é verdade, mas sou amiga de todos os mineiros, porque, quando organizei o congresso da Abead, de cujo conselho consultivo agora faço parte, Minas Gerais me acolheu - a Sedese, o Clóvis, o Prof. Murad, entre outros. Os mineiros compareceram ao congresso, não à toa, mas porque aqui existe uma tradição intensa, como disse o Pe. Haroldo, que passa por Tiradentes. Mas essa tradição, na nossa área, passa pelo Prof. Murad, de quem todos somos filhos nesse caminho da prevenção contra drogas e do tratamento. Essa tradição - um aspecto forte da existência do ser humano, que é tradicional e se orienta melhor pelas regras - e o respeito por ela, que vemos aqui em Minas, fazem toda a diferença quando queremos que aconteça alguma mudança, que é do que estamos falando aqui. Se não houver uma mudança de comportamento do humano neste século, não teremos bons resultados na prevenção ou no tratamento. Continua sendo o humano que, fazendo parcerias e por meio do seu equilíbrio, da atualização de conceitos, do olhar para novas evidências e do respeito à sua espiritualidade, vai mudar o clima social para que haja uma mudança de comportamento. Se não houver uma mudança no clima social de aceitação e banalização do uso de qualquer tipo de droga - no nosso caso, como disse o Pe. Haroldo, nossa preocupação se volta para o álcool, mas o mesmo é válido para qualquer droga -, se não considerarmos as novas evidências - porque, se anteriormente não sabíamos de nada disso, hoje sabemos e, portanto, temos o dever colocar isso na roda, para gerar as nossas políticas -, não vamos mudar o nosso comportamento e vamos continuar, nos próximos 30 anos, nas estatísticas nada agradáveis, de que todos os que me antecederam neste encontro já falaram.

Essas estatísticas em relação às drogas nos assustam, mas, voltando-nos para o humano, que é biológico, psicológico, social e espiritual, temos hoje um conceito muito claro de promoção da saúde, baseado em todas essas premissas importantes. Se não nos voltarmos para esse humano, não conseguiremos fazer prevenção de drogas ou de qualquer outro comportamento de risco e, muito menos, cuidar das consequências - aqui, tratando de alguns; prevenindo para os que já iniciaram o comportamento, mas ainda não precisam de tratamento; e evitando que crianças e adolescentes iniciem esse tipo de comportamento, que, graças a Deus, termina mal apenas para a minoria - é a minoria dos indivíduos que entram em contato com a substância, em função de todas essas diferenças individuais, sociais e espirituais, que desenvolvem a tão temida dependência de drogas, hoje considerada um transtorno crônico, que exige tratamento ao longo da vida do indivíduo e que lida com recaídas, o que temos de considerar para programar a nossa assistência e a prevenção.

Comecei agradecendo e passei a abordar os conceitos porque, na primeira parte deste encontro, as pessoas da Mesa foram construindo o conceito de prevenção no século XXI, de modo que não sobrou muito a dizer - talvez eu apenas mostre aos senhores algumas experiências de sucesso, a ciência da prevenção. Aliás, a ciência da prevenção tem só 30 anos, embora a prevenção sempre tenha sido feita. Hipócrates dizia, sobre nossas drogas psicotrópicas, que elas davam prazer, mas deixavam o indivíduo louco, e que a forma de prevenir - já que ainda não conhecíamos nada sobre elas -, era não usá-las.

Estamos falando de muitos anos antes de Cristo, em que não tínhamos conhecimentos sobre essas drogas. Não entendíamos o funcionamento dessas substâncias no cérebro. Mas isso mudou. A ciência pesquisou, e a religião construiu um modelo de proteção. A sociedade tem o dever de contextualizar todo esse conhecimento. É um modelo que protege por meio da espiritualidade e por meio do estudo da biologia e da genética. É um modelo que protege o indivíduo por meio de fatores de proteção intrínsecos a cada um de nós. São totalmente diferentes. Sem dúvida, se não mudarmos a percepção de que o clima social tem que mudar, não conseguiremos contextualizar tanta coisa assim.

Na primeira parte dos trabalhos de hoje, o próprio Vice-Presidente da Casa, Deputado Fábio Avelar, falou que o modelo depende de educação, de muita informação, de boas condições econômicas, da repressão ao tráfico e do respeito às leis. Temos leis ótimas que nos protegem, mas não são cumpridas. O modelo depende de uma fiscalização das leis e de construir e assumir nossa espiritualidade, como falou o Pe. Haroldo. Depende da família, da sociedade, do indivíduo e da droga. Então, se depende de tudo isso, sem a menor dúvida, como disse a Secretária da Sedese, Sra. Maria Coeli, depende de cada um de nós, dessas formiguinhas que somos nós mesmos. Assim, existe uma pulverização e tudo fica difícil porque, se depende de cada um de nós, como resolveremos isso? Estamos no século XXI, temos que olhar as experiências que vêm dando certo no Brasil, que são diferentes das experiências em outros países. Temos que olhar as experiências de outros países com humildade, sem radicalismo, sem colocar nossa filosofia político-ideológica na frente. Podemos aprender com as experiências de outros países, adaptando-as à nossa realidade. Assim, comecemos a promover a mudança em cada um de nós. Quando digo cada um de nós, digo clima social, digo olhar para o que está acontecendo e não colocar a cabeça debaixo da terra. Temos que realizar ações como faz a frente parlamentar encabeçada pelo Deputado Fahim Sawan, meu amigo, porque faz parte de todas essas mudanças, de todos esses pedacinhos de histórias. A política de cada lugar também tem que ser considerada.

Estou em Minas Gerais há um ano, trabalhando por esta causa, discutindo sobre a prevenção e o tratamento das drogas. Aqui existe um embrião muito fértil de políticas públicas. As ações necessárias e importantes, sem a menor dúvida, passam por todos os que estão presentes.

Quero falar sobre o que o Cloves contou que vem fazendo à frente da Subsecretaria Antidrogas. Ele se associa, faz parcerias, respeita o outro, assume posturas humildes, escuta, não coloca o preconceito na frente, e, assim, facilita muito que as ações aconteçam neste Estado, que tem tradição, compromisso, poesia e luta pela liberdade, humildade, respeito e conhecimento.

Quando abriu os braços para uma associação científica como a Abead, o fez com toda convicção. Realizamos muitas discussões técnicas. Foi muito interessante entrar em contato com a política de Minas. Conversamos com o próprio Governador, que nos ouviu sobre a questão técnica e soube aproveitá-la assinando embaixo, com a Sedese, a Subsecretaria, o Cloves e toda sua equipe, sem dúvida iluminado pela tradição, pelo Prof. Murad e pelos cidadãos mineiros que não se ausentaram em nenhum momento. Nunca estive em Minas para conversar sobre questões técnicas - às vezes chatas e aborrecidas - sem uma platéia repleta de pessoas interessadas em ouvir como mudar esse comportamento de abuso de álcool, tabaco e outras drogas. Isso faz a diferença.

Como tenho apenas 5 minutos, encerrarei a minha fala passando para vocês algumas experiências. Colhi de vocês os determinantes da prevenção, abordados por esta Mesa, como representante humilde da sociedade científica, porque ainda falta muito para que o Brasil tenha a tradição de um país científico, apesar de lutarmos muito para aprender. Reuni esses determinantes. Finalmente, passarei para vocês vários trabalhos que deram certo, para nos servirem de inspiração. Se existe vontade política, interesse em atualização, como a própria Secretária, que promove cursos de capacitação e reciclagem; se já tem espaço aberto, como a Secretária Maria Coeli disse muito claramente, falta acrescentarmos um pouquinho mais de inspiração, iluminados, sem dúvida, pela nossa espiritualidade, que nos ensina o mais importante, ou seja, respeitar a Deus e a nossa religião, qualquer que seja. Dessa forma, cada um trabalhará um pouquinho na prevenção. Exibirei, rapidamente, as transparências. Este material ficará disponível no "site" da Assembléia.

Como todos sabem, a droga sempre existiu e continuará existindo. As prevenções são primária, secundária e terciária. Temos mais prevenção



primária do que tínhamos antigamente. A prevenção primária pode ser geral, universal e seletiva. A prevenção secundária é indicada para casos muito particulares, por exemplo o uso de derivados de anfetaminas, como os inibidores de apetite, pela população brasileira. O Brasil é o primeiro consumidor no mundo de derivados de anfetaminas, proibidas em muitos países. Precisamos fazer alguma coisa.

Como já dissemos, se não existirem problemas, a prevenção é primária, ou seja, a pessoa não começou a usar drogas. Se isso aconteceu, passamos às prevenções secundária e terciária. A realidade brasileira é a contramão da prevenção: o País é muito grande, um continente, com muitas dificuldades. O nosso país é novo, está engatinhando na prevenção. A ciência da prevenção é jovem também. Estamos pagando uma conta que não é nossa. Precisamos inverter esse triângulo e ter muito mais prevenções primária e secundária que terciária.

Mas temos vários tratamentos na prevenção terciária, e, como já foi dito, vamos integrá-los também.

É sair do modelo moral, que não funciona em relação à prevenção, muito menos a pedagogia do terror. Só formação científica e atualização não adiantam. Criar todas as condições para os jovens viverem na ilha da fantasia, num mundo perfeito, também não propicia prevenção. Não é esse o mundo em que vivemos.

Há que levar em consideração que o cérebro dos nossos jovens só amadurece depois dos 22 anos. Só a partir dessa idade é que adquirem capacidade crítica. Não será possível querer que assistam à propaganda na mídia sem comprar o produto. Eles serão influenciados, não vão criticar a mídia como se deve fazer.

Muitas vezes, a medida da prevenção é o banimento do produto, sim, da mídia, porque não estamos falando de um produto qualquer, seja álcool ou outro psicotrópico. Em relação ao cigarro, por exemplo, cuja propaganda foi banida, assistimos hoje à queda das estatísticas e ao rebaixamento da porcentagem até de dependentes de nicotina. Uma andorinha só não faz verão, mas o banimento da propaganda nunca aconteceu só de "per si", mas com educação, com campanha, com formulação de leis e com mudança de comportamento, para depois assistirmos à melhora na saúde da população.

Lembramos a vocês que hoje temos uma amígdala ativada no cérebro, onde está registrada a memória das drogas. Com certeza, se Hipócrates soubesse disso, ele nos ajudaria a construir a nossa prevenção, não de forma radical, 8 ou 80, tudo ou nada, mas de forma contextualizada. Temos no nosso cérebro uma memória que é sensibilizada pelo uso dessa droga que é especial. E aí muda tudo, muitas vezes sai da nossa mão, perdemos a liberdade, como falou o Pe. Haroldo. Então, os poucos podem cair nos nossos tratamentos, que, como foi dito, ainda carecem de integração.

Cérebro com cocaína, com "ecstasy"... Já sabemos claramente o que as drogas têm causado aos nossos cérebros. Não dá mais para ficar com a cabeça dentro da terra, como avestruz. Como o Cloves disse, mãos à obra, porque é possível, dentro do contexto de cada lugar, e obviamente a situação muda de caminho nesse caso.

Já contextualizamos as premissas da prevenção, agora com a mudança do clima. Uma parte desse clima são crianças no computador desde 1 ano de idade, reduzindo o seu estar no mundo, sua capacidade de interação e, às vezes, não só comprando droga na televisão, mas pelo próprio computador. Isso faz toda diferença, sim, quando existem leis, quando há um controle social, quando a sociedade se manifesta porque quer cuidar da sua criança, do seu adolescente, do seu cidadão.

Já sabemos que a propaganda de álcool é um escândalo, não precisamos reforçar mais. Só resta a Sociedade Protetora dos Animais juntar-se a nós quando vê o Ronaldinho abrir uma garrafa de cerveja no chifre do touro. Minha percepção inicial era de que ele daria a cerveja para o touro. E achei bom, pois teríamos ao nosso lado nessa luta a Sociedade Protetora dos Animais, que brigaria porque estão dando bebida alcoólica para o touro. Mas não foi isso; a mensagem era que quem bebe consegue controlar até o touro sem fazer nada, vira um super-herói, excluindo aquele mito tão importante que é "o homem e o esporte", e colocando "o esporte e o álcool", que é exatamente a contramão da saúde.

Se os nossos esportistas utilizassem a bebida alcóolica como é o padrão nacional, com certeza não virariam nenhum Ronaldinho.

A prevenção para as crianças, além da educação, das campanhas, da criação de uma coalisão, como há em Minas, ou seja, a escola da família, em que os pais participam - baixou-se o muro da escola para que a família participe -, não bastam porque o clima social ainda é o de banalizar o comportamento de beber. Se conseguirmos controlar mais essa banalização, esse clima que escapa das nossas mãos porque a propaganda entra em nossas casas sem que escolhamos, acredito que o resultado pode ser diferente.

Para o adolescente, além da educação dos pais, das campanhas, do banimento das propagandas, dos centros de juventude em que essas experiências são trocadas, tem de haver a fiscalização da venda. Temos ótimas leis. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bebida alcóolica, cigarro e outras drogas psicotrópicas que criem dependência no ser humano são proibidas para menores de 18 anos.

Temos de treinar os nossos comerciantes, que não sabem sobre droga psicotrópica, a não venderem cigarro nem bebida alcóolica aos adolescentes. Não é preciso criar novas leis nem fazer repressão, é preciso ter ética, fazer valer a tradição e atualizar-se sobre os conceitos, sobre a nossa Constituição. De acordo com uma pesquisa, quando os comerciantes foram treinados, baixaram consideravelmente o número de jovens que usavam bebidas alcóolicas e os problemas relacionados a isso.

A mensagem da prevenção para criança e para o adolescente é: não use. Não é porque usa que vamos deixar usar; é: não use. O cérebro não está pronto. O "slide" anterior, sobre o amadurecimento cerebral, a capacidade de abstração do adolescente está formada para a maioria dos indivíduos pesquisados, aos 22 anos. Olhamos para o jovem adolescente que bebe e dizemos que faz parte, que todo mundo bebe. Não, o jovem não sabe o seu limite, não sabe o que a bebida fará com ele, não está preparado para beber.

Talvez consigamos quebrar os mitos e dizer para o jovem universitário, futuro pai de família, que dentro desses comprimidos de "ecstasy" não são uma bala qualquer, que nem nós, pesquisadores, sabemos o que tem dentro deles, que colocarão para dentro de si coisas que nem sabe de que são compostas, que farão muito mal para o seu equilíbrio na idade adulta. Nosso adolescente usa essas substâncias feitas nesses laboratórios clandestinos, que não me parecem nenhum laboratório da indústria farmacêutica, não me parece nada bom consumirmos um produto que venha de um local tão precário.

Papai e mamãe conversando na sala, à noite, depois de um dia de trabalho por meio do computador, é tudo que o que não queremos. Por isso, a prevenção começa lá atrás, com aquele bebezinho que vai aprender que o contato humano vale mais, como disse o Padre, que qualquer coisa. Então, muitas vezes, ir à missa faz toda a diferença, porque lá as pessoas estão ao nosso lado, estou contribuindo e criando outro clima diferente do que temos assistido por aí.

Como pensa que está nos seus primórdios de adulto, o universitário acha que pode beber o que quiser, que é um prêmio.

Teremos de apagar o incêndio do uso de drogas na faculdade, nas universidades e nas empresas, porque o incêndio já está deflagrado e há muito mais serviço a fazer. Os pesquisadores que trabalham com universidade, aqui presentes, podem depois discutir conosco.

Só para acabar, não passarei mais nada dessas chatices que trouxe, isso é influência do ambiente na universidade, mostrando que quem está na universidade bebe mais do que aqueles jovens que estão fora e, obviamente, prevenção na universidade fará diferença quando mudarmos o clima social da universidade.

Para acabar, trarei um último dado. Obviamente, eu ia fazer um curso de prevenção aqui, tenho feito isso ultimamente. Sempre quero passar tudo que já aprendi, e ocorre este desastre que vocês estão vendo. Só passarei este último, para acabar a minha fala, que é um dado bem recente de 2001; para o nosso país, isso é bem recente. Os americanos fazem pesquisa de levantamento domiciliar a cada seis meses; nós fazemos quando é possível, quando existe verba. Ainda não temos essa tradição de pesquisa. Mas queria apontar a primeira linha: drogas mudando o cenário social de adultos e jovens. Essa pesquisa envolve adolescentes e adultos que viram alguém bêbado: 62%; viram alguém sob efeito de drogas: 39%. A pesquisa é do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, mostrando para nós que, se o clima não mudar, se não acharmos que isso faz parte do nosso dia-a-dia e que não há nada para fazer, continuaremos internando, tratando, pelo resto da vida, dessa minoria de indivíduos que sofre com esse transtorno, e a prevenção continuará sem nenhuma resposta.

Queria agradecer a paciência de vocês. Parece multimídia, só estou passando para ver se há mais algum dado importante. Coalizão é a proposta, como Cloves reforçou. Quanto mais medidas tomarmos, melhor. Temos de olhar para o homem desse ponto: religião, lei, mídia, política, cultura, outros comportamentos de risco que não só drogas; drogas são só um pedacinho. Temos de sair do triângulo do Tiradentes e cair em uma pirâmide, que acho que representa muito mais o homem deste século. Obrigada pela paciência.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos a brilhante exposição da Dra. Ana Cecília. Acredito que enfoca dois lados muito importantes, pois a criança e o adolescente estão precisando de exemplos. Quando falamos do universitário, doutora, acredito que precisa chegar informação para que eles saibam o que estão fazendo.

Palavras da Sra. Eloísa Lima

Bom-dia. Antes da apresentação, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Agradeço à Assembléia Legislativa a iniciativa da promoção deste debate. É uma causa muito importante, e é preciso que a sociedade como um todo faça esse debate de forma esclarecida e responsável, envolvendo os diversos atores sociais com suas propostas e diversidades; que essa discussão nos traga claros benefícios. Também gostaria de agradecer a todos os convidados da Mesa, autoridades, senhoras e senhores aqui presentes.

Agradeço à equipe da Subsecretaria Antidrogas, com a qual tenho contatos de trabalho muito positivos. Agradeço a presença de alunos participantes do projeto de prevenção, registrando a presença da Isadora, da Mariana, do Alebe, da Maria Isabel, da Isabela. Agradeço o convite recebido, pelo qual me sinto honrada. Finalmente, agradeço ao Deputado Fahim Sawan.

Falarei sobre a experiência de prevenção, reafirmando que são vários os discursos existentes a esse respeito, todos válidos e importantes. É bom falar, como lembrou nosso Subsecretário Cloves Benevides, da importância do diálogo, da parceria.

Falarei da prevenção a partir de uma experiência realizada pela ONG Terceira Margem, fundada em Belo Horizonte em 1998, reunindo profissionais de diversas áreas: psicólogos, psicanalistas, antropólogos, historiadores, assistentes sociais, etc. É uma entidade que se propõe a realizar um trabalho multidisciplinar. Vou-me reportar a uma experiência de prevenção realizada por meio de um projeto chamado Adolescentes Multiplicadores de Prevenção, que se encontra na finalização de sua primeira etapa de execução, com o financiamento do Ministério da Saúde e diversos apoiadores nele envolvidos. Na perspectiva de prevenção, privilegiamos os laços sociais dos atores envolvidos, a afetividade, a auto-estima, a identidade.

Retomando a palavra da nossa colega Katia Canguçu, coordenadora do Programa de Educação Afetivo-Sexual, lidaremos com essa experiência, com a questão da droga como um atravessamento, mas não como um corte frontal. Lidaremos com os jovens para fortalecer sua identidade, seus laços sociais, para que a droga, uma realidade milenar da cultura, presente em nosso universo antes mesmo de Cristo, seja por eles assimilada como algo que faz parte de um contexto, mas passível de uma visão crítica diante de situações de risco.

Nosso foco principal não é a droga. A droga será considerada como um objeto da cultura, que causa grande dano, que pode ser combatido, especificamente com a repressão ao tráfico. Trabalharemos na formação de pessoas para a vida, no fortalecimento e no enriquecimento de seus laços sociais.

Abro um breve parêntese para apresentar um dos produtos de nossa campanha.

Fizemos uma série de produtos, revistas, videoanimação e cartazes. Gostaria de pedir a paciência de vocês a fim de acolher esse trabalho produzido por esses jovens. Esses que estão presentes hoje foram os elaboradores do roteiro para essa apresentação. Na elaboração desse projeto tomamos uma estratégia de intervenção para promover a saúde e a educação preventiva. Trabalhamos com jovens matriculados em escolas da rede pública e privada, em um projeto-piloto inicial, e em outro momento, pensamos em ampliá-lo. Como objetivo, nesse projeto, interessa-nos focar inicialmente a redução da vulnerabilidade desses jovens a situações que gerem risco. Entre elas, estão as drogas. Também abordamos a sexualidade, nesse projeto.

Outro objetivo seria a produção de material informativo para ser utilizado por esses jovens como multiplicadores. Um dos diferenciais, uma das perspectivas do projeto é trabalhar o protagonismo juvenil e a intervenção entre pares. O que isso quer dizer? Quer dizer que queremos trazer esse jovem para uma postura ativa, para que ele seja o elaborador dessa campanha. Então, trabalhamos por aproximadamente um ano com um grupo de 50 adolescentes para que eles chegassem a ser atores e autores das campanhas criadas. Era isso o que pretendíamos alcançar, felizmente tem sido possível.

Entre uma série de objetivos mais específicos desse projeto, queremos informar sobre as DSTs, aids e os riscos de contaminação, transmitindo noções de prevenção e multiplicando informações preventivas. Enfim, há um trabalho de multiplicação. Para monitorar a realização desse trabalho, temos também a pesquisa, instrumento fundamental e necessário para avaliar, monitorar e ter subsídios quanto aos impactos das nossas ações. Trabalhamos também com esse grupo que participou desse projeto com uma avaliação pré-teste realizada antes de os jovens passarem por uma intervenção e também com uma avaliação pós-teste, que ocorreu após o término de oficinas de transmissão. Trarei alguns dados e espero que haja tempo; se não, essas lâminas estarão disponíveis, e vocês poderão acessar outros dados referentes à pesquisa.

Como já disse, esse trabalho foi realizado durante um ano. Nesse período, algumas etapas compreenderam essa realização. Numa primeira etapa, procuramos sensibilizar todos os funcionários, Diretores, pais e alunos, nas escolas envolvidas. Acreditamos que é muito importante

preparar o terreno onde plantaremos uma idéia, a nossa sementinha. Então, todo um trabalho se fez, necessário para que uma proposta fosse acolhida e abraçada, de fato. Isso pôde ser observado no desenrolar do nosso trabalho, ou seja, no entusiasmo com que todas as pessoas e instituições envolvidas abraçaram essa proposta.

Numa segunda etapa, realizamos treinamento para os adolescentes inscritos no projeto, com noções básicas de informação acerca da transmissão de aids, DST, da prevenção por uso abusivo e indevido de drogas, dos conhecimentos sobre algumas drogas, abrangendo sua classificação e efeitos.

Numa terceira etapa, pensamos e foi realizada uma intervenção de campo, em que esses adolescentes participantes já transmitiam para outros jovens o que haviam assimilado de conhecimento. A transmissão acontecia numa linguagem que lhes é própria, muito próxima de um jovem para outro.

Didaticamente, coloco essa realização em etapas, mas é claro que essas etapas se superpõem. É um vai-e-vem, principalmente nas últimas etapas, em que se trabalha a intervenção de campo e a produção dos materiais para a campanha. Fizemos vários produtos para a mídia e, junto disso, a intervenção de campo.

Fizemos o lançamento do projeto relativo a esse treinamento a que me referi em setembro do ano passado, em Belo Horizonte, no Parque das Mangabeiras, quando discutimos noções no campo da prevenção. Trabalhamos alguns eixos que consideramos muito importantes. Por exemplo, é necessário pensar a perspectiva de gênero nas DSTs, na aids e no uso abusivo de drogas. É importante reconhecer que, em determinadas situações, as meninas são mais vulneráveis a uma situação de risco que os meninos, e vice-versa.

É importante fortalecer essa discussão da perspectiva de gênero, com as informações básicas, por exemplo, de gravidez, de métodos contraceptivos, pensando a sexualidade sob um ponto de vista mais ampliado, ou seja, a sexualidade como afetividade, como relacionamento e como comunicação. Realçamos a importância de se fortalecer essa visão.

Fizemos, em outra abordagem, oficinas em escolas. Foram três escolas participantes desse projeto. Em cada uma delas havia um supervisor técnico que acompanhava os trabalhos com todos os alunos envolvidos. Havia também grupos de discussão, com oficinas de problematização e oficinas sensibilizadoras.

Dentro dessas oficinas, demos continuidade às funções do adolescente multiplicador. Além disso, pensamos o protagonismo juvenil, o fortalecimento da auto-estima, da identidade e da imagem corporal, as transformações pelas quais os jovens passam, a perspectiva do relacionamento. Enfim, uma série de temas foram abordados, todos eles com dinâmicas, com jogos vivenciais para que não houvesse apenas uma explanação teórica e enfadonha.

Em relação a essas oficinas, privilegiamos uma metodologia problematizadora, muito inspirada no método de Paulo Freire, trazendo à participação todos os jovens, valorizando a concepção que já tinham de prevenção de drogas. Por mais que eles não estejam formados, que não possuam ainda maturidade total sobre o tema, já trazem pontos de vista. Procuramos problematizar com eles qual o ponto de vista que traziam e o que era possível ser abordado e enriquecido.

Volto a afirmar que procuramos privilegiar o protagonismo juvenil, ou seja, o jovem como autor de seu próprio processo, trazendo à cena suas contribuições, com a intervenção entre pares, isto é, jovens falando para jovens.

Nessa campanha, ao longo desse ano de trabalho, foram feitos alguns produtos, que apresentarei para vocês.

Esta camiseta foi produzida pelos alunos da Escola Municipal Amintas de Barros e tem o seguinte "slogan": "Camisinha é básica; Aids não tem cura. Previna-se". Entre as mãozinhas dos garotos há um bolsinho que porta uma camisinha.

Este cartaz, "Mexidão da Informação", foi produzido pelos alunos da Escola Municipal Caio Líbano Soares; é muito alegre e sua linguagem é direta, jovial e procura o acesso a outros jovens já na perspectiva de prevenção secundária e terciária.

Esse projeto tem sido uma experiência muito rica para mim. Tenho aprendido muito com ele, porque pensamos no ideário do projeto e na atuação com os jovens.

Trouxe alguns exemplares desses produtos. Depois os deixarei na mesa lá fora, à disposição dos senhores e das senhoras.

Quando pensamos na transmissão que é feita para os jovens, estamos na prevenção primária. Esse público-alvo não sofreu nenhum dano, não tem história de uso de nenhuma substância; mas, quando falamos em multiplicadores, estamos no campo das prevenções secundária e terciária.

Foi produzida uma videoanimação por alunos do Colégio Marista Dom Silvério. Ao final da minha exposição, espero que tenhamos um tempinho para assisti-la. Tal videoanimação se compõe de várias esquetes de 15 segundos; é um produto pensado para veiculação em tevê, com pequenas inserções de 15 segundos numa linguagem bem rápida e jovem.

Foi produzido também o "fanzine" "Tá Ligado", revista que traz histórias em quadrinhos, cruzadas, brincadeiras, entrevistas. Essa edição apresenta uma entrevista com o Dr. Jairo Bouer, personalidade que tem assento importante entre o público jovem.

Ao longo desse período, como já disse, foi realizada uma pesquisa com avaliação de "pré" e pós-testes. Passarei rapidamente alguns dados para vocês.

Entre os objetivos de tal pesquisa estão o registro e a avaliação das percepções desses jovens sobre comportamentos e práticas preventivas. Como lidam com essa experiência? Que tipo de experiência de prevenção esse jovem já acessa? Precisamos disso para sabermos o que dizer a eles.

O outro objetivo é o levantamento das demandas e necessidades desse público em relação às campanhas informativas. Frequentemente escutamos alguém dizer que as campanhas são muito moralistas ou que enfatizam muito o horror das drogas e negam outras realidades, o que acaba trazendo um certo afastamento dos jovens que não acreditam na informação que está sendo veiculada. Então, precisamos avaliar e pesquisar se isso é verdade ou se é simplesmente mais um mito com que devemos lidar nesse campo.

É necessário quebrar mitos, conhecer a realidade que se está passando com os jovens, daí a importância da pesquisa.

Por fim, também temos um instrumento para avaliar o impacto das nossas medidas.

Em relação à amostragem, foram realizadas 44 entrevistas pré-testes, ou seja, antes de os alunos iniciarem as oficinas; depois, foram realizadas 40 entrevistas pós-testes, ou seja, ao final das oficinas; e, durante as oficinas, realizaram-se 47 entrevistas com o grupo-controle, alunos que não sofreram nenhuma intervenção direta de prevenção, mas apenas as intervenções que todos sofremos da mídia, dos meios de comunicação.

Quanto à participação, esse gráfico em "pizza" mostra as escolas envolvidas e o número de alunos em termos percentuais. A maioria são estudantes de escolas públicas e cursam entre a 7ª série do ensino fundamental e o 1º ano do ensino médio. Foi opção nossa começar a trabalhar com um público mais jovem. Tivemos alunos de 17, 18, 19 anos ou mais, mas o predomínio etário foi do público mais jovem. Vejam aí que 44,8% dos alunos têm entre 12 e 15 anos, divididos praticamente 50% entre homens e mulheres.

Outro dado levantado é com relação à idade em que transou pela primeira vez. A partir dos 10 anos já há registros, mas os índices mais expressivos estão na faixa dos 13 aos 17 anos.

Nossas campanhas têm incentivado muito o uso do preservativo. Detectamos um aumento de 7% no uso do preservativo, após a realização das oficinas. No pré-teste, 80% dos estudantes afirmaram ter utilizado camisinha na última relação sexual; após as oficinas, 87%.

A pergunta feita sobre os meios de comunicação também é importante. Precisamos saber quais são os meios que esses jovens mais acessam. O meio de comunicação mais acessado é a televisão, o que não nos surpreendeu. É interessante destacar que esses jovens gostariam de procurar mais informações pela internet. Daí a importância da existência de mais "sites" indicados para que possam acessar.

Um dos produtos de nossa campanha sobre o qual não cheguei a falar foi, a partir dessa avaliação, a criação de uma comunidade no Orkut, que se chama Sexo, Drogas e Prevenção, da qual vocês estão todos convidados a participar.

Perguntou-se se naquele momento os jovens portavam alguma camisinha. No pré-teste, 15% responderam afirmativamente, enquanto no pós-teste 40% passaram a ter a camisinha disponível, caso fosse necessária.

No que diz respeito à prevenção das drogas, nesse questionário também trabalhamos algumas informações. Destacou-se o fato de os estudantes trabalhados acreditarem mais no poder da informação sobre o assunto para lidar com essa questão. Há, significativamente, a importância da punição, da repressão ao tráfico, da proibição do uso, enfim, de todo um processo do qual participam coadjuvantes e parceiros. Mas há uma ênfase no que tange à informação. Esse é um dado importante que precisamos escutar.

A partir das oficinas e do trabalho realizado, essa pesquisa nos trouxe alguns indicadores que destacarei rapidamente, entre eles uma desmitificação dos temas DST e aids. Hoje, os alunos falam mais entre si, falam mais com pai e mãe. Há, então, uma perspectiva dos familiares mais sensibilizados para a importância da educação preventiva. Outro aspecto que acho muito importante, que percebo claramente na fala dos nossos jovens, é a diminuição do preconceito e o aumento da solidariedade com relação ao usuário de drogas e ao portador do HIV. Acho que isso é muito importante. Precisamos trabalhar com a perspectiva da solidariedade, da diminuição do preconceito, a fim de que nossos jovens tenham uma visão mais esclarecida, de que não fique nenhum atravessamento moral sobre essa questão.

Entre os dados levantados, a maioria dos jovens está na faixa dos 12 a 15 anos, é católica, mora com os pais.

Em relação à prevenção das drogas, apostam muito na perspectiva da informação. O hábito de estar com o preservativo à mão reforça o uso. Um dado que levantamos de uma pesquisa imensa é que, quando se perguntou sobre o modo de transmissão, todos sabiam como era feita a transmissão e como evitar. No caso do preservativo, quando não usaram, foi porque ele não estava à mão, e não porque era ruim ou porque interferia. Esse aspecto é importante na criação de políticas públicas que privilegiem o alcance mais fácil dos preservativos para esses jovens.

Em relação à pesquisa, deixarei disponíveis outros dados e encerrarei a minha fala para usarmos 2 minutos para assistirmos ao vídeo produzido pelos alunos. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides" e de vídeo.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras da Sra. Eloísa Lima e a parabenizamos pela brilhante exposição. Acredito que tenhamos de envolver e atrair os jovens para a multiplicação, para o trabalho e para a responsabilidade, pois, assim, serão atraídos para o nosso lado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos senhores participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo aos expositores, para a sua resposta. Informo às pessoas interessadas em reproduzir os textos distribuídos neste evento que eles estarão disponíveis nas páginas da internet da Assembléia: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Temos também o "site" Minas Antidrogas, lançado há apenas 15 dias: [minasantidrogas.com.br](http://minasantidrogas.com.br). Trata-se de um "site" oficial de divulgação das ações da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas e também da Subsecretaria Antidrogas. Há também o meu "site" pessoal: [fahimsawan.com.br](http://fahimsawan.com.br).

Queremos dizer ainda, Dra. Eloísa, que estamos também em diversas comunidades do "orkut", com vários "perfis" e "screps", direcionados a essa linguagem jovem, porque, se queremos fazer a prevenção, temos de falar a mesma linguagem dos adolescentes. Por isso, estamos presentes nos "orkuts" e nos MSNs. Nós nos utilizamos de todos os instrumentos possíveis de acesso à juventude.

#### Debates

O Sr. José Roberto Soares - Meu nome é José Roberto Soares. Sou redutor de danos da Redutores de Danos de Minas Gerais - Redamig, que desenvolve o projeto Redução de Danos.

É necessária a prática de novas relações sociais, tendo como objetivo o trabalho comum a favor de todos. Temos de ter sempre encaminhamento para o desprotegido à mercê do álcool e de outras drogas. Todas as relações implicam comportamento de risco. Esperamos que, a partir desse levantamento, surjam sugestões mais eficazes para o paciente que faz uso de álcool e de outras substâncias.

Meu professor de música disse que seria bom que as crianças, desde bem pequenas, tivessem acesso à nossa cultura original. Por meio dessas manifestações, poderemos ter objetivos e descobrir as nossas identidades pessoais.

A Dra. Maria Cecília foi muito clara em sua exposição. Acredito que o nosso projeto Redução de Danos possa contribuir com essa perspectiva de levantamento de dados.

Com esse projeto, conseguimos ter acesso ao público alvo das comunidades vulneráveis, o que poucos conseguem atingir. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. José Roberto. O projeto Redução de Danos faz parte da pauta da nossa Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas. Como médico, diria ao senhor que, com essa batalha de redução de danos, devemos preservar a integralidade da pessoa física, pois temos de acreditar que, um dia, poderá livrar-se desse mal, voltando, em toda a sua plenitude, ao contexto social.

Pergunta do Sr. Cristiano, do Terra da Sobriedade, à Eloísa Lima: "Quem dá o treinamento aos adolescentes multiplicadores vivenciou o problema das drogas, em que se incluem sexo e marginalidade?".

A Sra. Eloísa Lima - Para lidar no campo da prevenção não é necessário que se tenha usado drogas. O mais importante é fazer a leitura do tema, pesquisá-lo, desejar trabalhar com o problema, investir esforços e trabalhar com responsabilidade.

Resumindo: os principais elementos para se trabalhar com prevenção são disponibilidade, desejo e implicação. É com envolvimento e relacionamento que fazemos a prevenção.

O Sr. Presidente - Pergunta do Cristiano ao Pe. Haroldo: "Qual a maneira mais eficaz de tirar o álcool de minha casa sem gerar conflitos?".

O Pe. Haroldo Joseph Rahm - Não há como tirar o álcool de uma casa sem conflitos, se a pessoa envolvida - marido, filho ou esposa - não quer abandonar o vício. Há, no entanto, maneiras de fazê-lo com menos problemas.

O que minha mãe fez com o médico com quem se casou é um dos exemplos. Depois de ter tido cinco filhos com ele, dos quais sou um deles, ela lhe disse certo dia: "Não agüento mais seu álcool". Colocou uma garrafa de cerveja sobre a mesa e juntou seus cinco filhos jovens e disse: "Roberto, faça a sua escolha. Se quiser a bebida, tudo bem, mas, na minha casa, não mais". Da próxima vez que ele chegou alcoolizado - só pobre chega bêbado -, ela pegou suas coisas, colocou-as na varanda, e foi a última vez que vi meu pai.

Minha mãe deu a meu pai a oportunidade de decidir: ou a bebida ou a família. Isso funciona bem em muitos lugares.

Há 2 mil comunidades do Amor Exigente pelo Brasil afora, porque, certo dia, uma mãe disse a seu filho: "Você pode ficar com sua bebida, mas, na minha casa, não". O jovem saiu, voltou e hoje trabalha no Amor Exigente. A base do Amor Exigente é amar com disciplina. Funciona em muitos casos.

Digo às esposas, que sofrem tanto, para mandá-los embora e, se brigarem, pedir que me procurem, para que eu explique a eles as razões. Algumas esposas fazem isso.

Por fim, é praticamente impossível trabalhar com uma pessoa que está bebendo e usando drogas se ela não quiser. Há três dias, um homem digno, empresário, que, pelo que imagino, foi-me trazido pela esposa, queria saber de um bom psicólogo para si. Indiquei, mas, por acaso, perguntei-lhe se queria parar. Ele me respondeu que não. Disse-lhe, então, que ele perderia seu tempo com um psicólogo, porque, se uma pessoa não quer parar, nenhum de nós vai causar-lhe isso e dar-lhe condições para parar. Em comunidades terapêuticas e de espiritualidade, o que fazemos é dar condições para que a pessoa tome a sua decisão. Se ela não quiser parar, será outra na estatística segundo a qual de cada 100 homens, 12 são alcoólatras. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. O Pastor Wellington Vieira, da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil - Feteb - dirige a este Deputado a seguinte pergunta: "Por que o orçamento para a Subsecretaria Antidrogas é tão pequeno? Com as várias ações que têm sido feitas, por que não se rediscutir o orçamento, para que em 2007 tenhamos condições de fazer ações de tratamento, pesquisa e prevenção?".

Quero dizer que concordo plenamente com o Pastor - o orçamento realmente é pequeno. Desde a fundação da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, temos trabalhado, em parceria com a Subsecretaria, nesse orçamento. No ano de 2004, conseguimos garantir R\$300.000,00, no orçamento de 2005, para o trabalho da Subsecretaria. No ano de 2005, conseguimos, para este ano, 2006, R\$1.000.000,00, que foram alocados pela Frente para o trabalho das comunidades e estão disponibilizados para a Subsecretaria. Assim mesmo, acho muito pouco, e temos que sensibilizar cada vez mais esta Casa e o governo para essa questão.

Mas há também as ações paralelas, já exemplificadas pelo Cloves com o leilão dos carros, que hoje se reverte em orçamento. Também há a questão da regulamentação do fundo, outra coisa importante, porque, a partir daí, teremos outros orçamentos, outras fontes. E ainda há as emendas com as quais os parlamentares desta Casa, dentro do possível, beneficiam uma ou outra entidade.

Então, repito que concordo com o Pastor. É preciso um trabalho contínuo, permanente, de convencimento. Acho até que houve algum avanço, porque, se até 2004 não havia nenhuma dedicação do orçamento a isso, passou a existir alguma coisa: R\$300.000,00 e, depois, R\$1.000.000,00. Agora, vamos lutar, sim, para conseguir mais orçamento para as comunidades, para a Subsecretaria e suas ações.

Temos também uma grande responsabilidade com os conselhos municipais antidrogas, que estão sendo formatados em todo o Estado. Hoje, já passam de 80 conselhos, que conseguimos formar com a luta da Subsecretaria e a contribuição da Frente Parlamentar - eu, pessoalmente, tenho ido inaugurar, de alguma maneira, conselho por conselho, e o Clóvis tem-se deslocado para todas as regiões do Estado. Queremos a descentralização, mas sabemos que esses conselhos precisam ter condições de encaminhar um paciente para tratamento e fazer suas prevenções, precisando, para isso, de financiamento. Sabemos que a descentralização das ações é fundamental, mas isso precisa ser estruturado, e é preciso haver financiamento, que é outra questão que precisamos debater com cuidado. Em suas comunidades, esses conselhos terão as suas comunidades terapêuticas, os seus centros de tratamento, que também precisarão encaminhar seus pacientes, e, ao fazerem isso, terão também de custear esses tratamentos.

Estamos trabalhando de várias maneiras. Queremos convencer, sim, nossos parlamentares a melhorar os orçamentos da secretaria.

A outra pergunta é: "como podemos proibir a veiculação na mídia mineira de propagandas do álcool?". A regulamentação é federal, não basta proibir em Minas Gerais. Estamos fazendo um trabalho de formiguinha, mas efetivo, para garantir a importância desse trabalho em Minas Gerais. Há 15 dias o governo de Minas lançou o programa de estabelecimento das fronteiras de Minas Gerais, melhorando o aparelhamento da nossa Polícia Militar nas fronteiras, colocando mais instrumentos à disposição, veículos mais velozes, maior contingente e armas mais eficazes. Pertencemos a uma região que faz fronteira com três Estados. Sabemos que as pessoas saem de um lugar e assaltam em outro, transitam com a droga em outro lugar, e assim por diante. Esse programa é uma atitude para conter isso.

Dois ou três palestrantes falaram sobre o cumprimento das leis já existentes. Chegamos ao ponto de alguém dizer que temos que pedir aos comerciantes para não venderem a droga. Assim, quem sabe?, eles cumpram a lei. É verdade: é importante sensibilizar os comerciantes. Temos que fazer cumprir as leis já existentes, como as leis das estradas e das vizinhanças das escolas. São muitas leis que deveriam ser cumpridas. A frente parlamentar tem feito um trabalho junto aos parlamentares do Congresso Nacional para que também formem uma frente parlamentar e para pressionar os representantes de Minas Gerais a diminuir essa propaganda abusiva, vinculando imagens dos ícones da nossa juventude e da política que, sem estarem sendo pagos por nenhum comercial, fazem publicidade negativa, do álcool e do fumo.

Temos alguns requerimentos. Fazemos um trabalho para incentivar o cumprimento das leis já existentes. Isso é mais importante que fazer novas leis. E, também, para pressionar os órgãos competentes para a redução da publicidade.

Pergunta para Eloísa, de Carolina, da Terra da Sobriedade: "Como avaliar o baixo índice de participação dos alunos da escola particular? Como são selecionados os participantes do projeto?".

A Sra. Eloísa Lima - Na seleção dos participantes do projeto houve a perspectiva de privilegiar o aluno da escola pública porque tem menor acesso à informação e à capacitação.

Em relação aos alunos da escola particular, foi selecionado o mesmo número de alunos que nas outras escolas: aproximadamente 20 alunos. E prosseguiram aqueles que tiveram disponibilidade de tempo, que ficaram mais envolvidos com a causa do projeto. Enfim, a oportunidade foi dada a todos da mesma forma, mas privilegamos o aluno da escola pública porque tem menos acesso à capacitação e à informação.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria Vilela Marti, assistente social da Prefeitura Municipal do Rio Abaixo: "Qual é a abrangência do projeto apresentado? Limita-se ao Município de Belo Horizonte ou abrangerá outros Municípios? Haverá novas capacitações?".

A Sra. Eloísa Lima - Esse foi um projeto-piloto realizado em Belo Horizonte. Estamos buscando novas parcerias, novos apoios e novos financiamentos para ampliá-lo e transformá-lo numa perspectiva mais ampla de um programa, de uma política pública. Ainda não temos condições de dar-lhes uma resposta clara. Esse trabalho deverá ser feito em parceria, com muito diálogo e busca de contatos.

Outro caminho viável é a capacitação de equipes locais, para que continuem esse trabalho. As secretarias estão trabalhando com essa perspectiva. Somente assim haverá uma descentralização para que as equipes locais possam dar continuidade a esse trabalho.

O Sr. Clóvis Barros - Boa-tarde a todos. Sou da Diretoria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso e Presidente do Comas, órgão que estava desestruturado. Estou fazendo sua reestruturação, porque a incidência de mortes causadas por drogas em minha cidade é muito grande. De janeiro até agora ocorreram seis assassinatos. Como São Sebastião do Paraíso fica na divisa com o Estado de São Paulo, a situação é complicada.

Concordo plenamente com o Pe. Haroldo, ou seja, que precisa haver religiosidade em tudo o que se fala sobre álcool e drogas. Sou alcoólico há 11 anos e fui alcoólatra por 14 anos. Realizo um trabalho em minha cidade e região fazendo palestras. É um projeto que está em andamento com o apoio da Senad. Conversei, por telefone, com o Cel. Barros, que nos está apoiando.

A minha região abrange 21 Municípios pequenos, cerca de 300 mil habitantes e uma população estudantil de 120 mil alunos. Somente na minha cidade fiz palestras para 20 mil alunos. Esse trabalho que faço falando um pouquinho de minha vida, sobre o alcoolismo, causou um efeito acima do esperado. Às vezes, saio na rua e não consigo chegar ao meu destino, porque muitas pessoas querem soluções para problemas, como o uso de álcool e drogas por parentes e amigos.

Como esse trabalho teve excelente apoio da Prefeitura e do governo do Estado, por meio da Sedese - procuro sempre o Cloves, meu xará, e o pessoal de Brasília -, estou tendo um respaldo muito bom e uma ótima aceitação por parte da população. Outros Municípios estão interessados nessas palestras. Em São Sebastião do Paraíso, esse trabalho, com o apoio da Prefeitura, é realizado nas escolas municipais, estaduais e particulares.

Deputado Fahim Sawan, existe a possibilidade de uma disciplina sobre conscientização dos males causados pelo álcool e pelas drogas tornar-se obrigatória na grade curricular de todas as escolas? Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Aproveito a fala do Clóvis para parabenizar todos os que estão trabalhando em nosso Estado na reestruturação e implantação de conselhos municipais antidrogas, todas as Prefeituras e Câmaras Municipais que se estão engajando nessa luta conosco. Deixo um abraço, esse apoio da frente a todos vocês.

Clóvis, existem trabalhos sendo institucionalizados. Tenho discutido muito com o pessoal da educação a questão de mais currículos obrigatórios, como ensino religioso, por exemplo, sexualidade e prevenção. Também faço palestras em escolas há mais de 20 anos. Já tive o mesmo pensamento seu. Temos discutido isso com as Comissões de Educação e de Saúde desta Casa. Sabemos que está havendo em nosso Estado uma modernização do ensino. Existe uma tendência muito grande de fazer com que a criança fique mais tempo dentro da escola. Como disse em minha fala inicial, estão sendo implantadas escolas de tempo integral no Estado.

Na verdade, não estamos construindo prédios, mas estruturando escolas estaduais já existentes, a fim de que acolham e atraiam os meninos, que ali ficariam por mais tempo, mesmo depois do período letivo normal. Isso é uma defasagem nossa em relação a outros países desenvolvidos, onde as crianças passam quase o dobro do tempo na escola. Indo de encontro a essa situação, o governo do Estado realmente está transformando-a. Em Belo Horizonte, salvo engano, são mais de 60 escolas que hoje já trabalham com esse projeto, e estamos começando a interiorizá-lo em 13 escolas na região de Uberaba.

Dentro desse período extracurricular é que estão sendo montadas as oficinas de sexualidade, de prevenção. Acredito na prevenção. Todos que estamos aqui cremos nela. Quando não se faz prevenção é que se sente a sua falta. Tenho dito que prevenção não é uma obra de concreto onde se coloque uma placa, é evitar que aconteça o mal maior. Quando não se faz isso, infelizmente colhem-se esses resultados. Estamos enfrentando agora o problema da dengue, que está alastrando-se novamente no nosso Estado, aliás provocando mortes, porque deixamos de dar continuidade à prevenção ou porque, em certo momento, alguém ficou tranqüilo e disse que ela não era mais necessária. Aí, a população se acomoda, e colhem-se os resultados mais à frente. Nosso trabalho é acreditar na prevenção, antes de tudo. E não há como fazer prevenção

fora da escola, sem estar no caminho certo.

Margarida Maria do Prado, do Grupo de Apoio Ombro Amigo, de Caetanópolis, dirige uma pergunta ao Pe. Haroldo: "Tenho dificuldade de aplicar o Amor Exigente no grupo de apoio. Gostaria de obter informações".

O Pe. Haroldo Joseph Rahm - Você está como o resto de nós. Eu trouxe o Amor Exigente ao Brasil por acaso, mas, quando o fiz, Roseli traduziu o livro em inglês. Trabalhei praticamente dois anos sozinho, convidando pais e amigos para participar das reuniões. Notei que eles deixaram alguns de seus filhos cometerem suicídio, etc, mas não queriam ir às reuniões, por muitas razões.

O conselho que dou é que fique muito perseverante, chegue na hora certa da reunião, digamos, terça-feira, às 20 horas. Talvez uma ou duas pessoas compareçam. No meu caso, a D. Mara Menezes, uma "socialite", uma mulher bem sociável em Campinas, rica, começou a frequentar as reuniões não porque tinha problema na família, mas em razão do seu amor altruísta. Quando aquela mulher bonita, rica, social entrou, logo vieram muitas outras pessoas. Temos o Amor Exigente cada noite em Campinas não por minha causa, mas por causa das pessoas certas que chegaram.

Meu conselho é que você fique paciente e perseverante, que chegarão pessoas para servir. Essa é a minha experiência.

O Sr. Presidente - Quero que a Dra. Ana Cecília nos responda a uma pergunta como médica, como psiquiatra. Uma das classes que mais abusam de drogas, principalmente de drogas lícitas, é a nossa classe médica. Sabemos da importância de se fazer um trabalho de conscientização no nosso meio. A senhora não acha que também é preciso haver maior engajamento do pessoal da saúde na prevenção? Falo isso porque ainda acredito muito na influência da atuação de todos os profissionais da saúde junto aos seus pacientes e à comunidade. Tenho visto que muitos carecem de informações científicas, como por exemplo as que a senhora trouxe para este debate sobre o amadurecimento do cérebro, do hipotálamo e da própria adolescência. O que podemos fazer neste momento em nível de comunidade médico-científica para que levemos a prevenção para dentro dos consultórios, para a prática do dia-a-dia de todos os profissionais da saúde? Por exemplo, um ótimo instrumento que precisa ser mais utilizado na prevenção é o Programa de Saúde da Família.

A Sra. Ana Cecília Petta Roselli Marques - O papel do médico na prevenção, o seu papel social, o lugar que ocupa, como o Deputado Fahim Sawan falou, é muito específico. Acho que tanto o médico quanto nós, cidadãos, temos sofrido com a velocidade com que as coisas caminham, a ciência, a pesquisa, etc. Há um grande espaço entre o que é pesquisado e o que é consenso, o que é antigo e o que tem de ser adotado hoje. Algo que vai além das evidências da ciência e desse espaço para que assimilamos tantas informações, que é exatamente a mudança de comportamento. A mudança de comportamento tanto do médico quanto do paciente, da criança, do adolescente, do pai e da mãe de família não acontece rapidamente, demora.

Gostei de ouvir as pessoas que estavam na Mesa, pois há credibilidade no que é dito, há uma tradição que faz com que as pessoas comecem a mudar o seu comportamento. A informação vem sempre atrasada. Se você não está na universidade ou não faz parte de um grupo de pesquisa e tem a ciência à sua mão, ou não tem o hábito de pesquisar, de entrar no "site" e saber o que mudou, demora para que aquilo passe a ser a sua verdade e modifique o seu próprio comportamento.

Então, Deputado Fahim Sawan, a sociedade inteira está sofrendo com essa falta de aconchego, necessita ficar mais perto de seus pares. De repente, uma dessas pessoas é um médico, que já está mais atualizado, que pode contar um pouco mais o que aprendeu e esse tempo pode ficar um pouco mais reduzido.

Ao contrário do que tem acontecido, as pessoas sozinhas no computador, trabalhando 20 horas sem parar - dinheiro não é tudo, mas é 100%, as novas leis econômicas do mundo, toda essa confusão que recebemos - como disse a Eloísa, tínhamos de nos aproximar e dialogar mais. Só informação não basta, faltam diálogo afetivo e conhecimento. O médico prescreve substâncias psicotrópicas. Como já falei, temos assistido não só o abuso na prescrição de inibidores de apetite - o Brasil é o primeiro consumidor mundial desses medicamentos. Há abuso na prescrição de calmantes, e é lógico que a classe médica vem fazendo o mea-culpa. Como disse o Pe. Haroldo, ela também não consegue segurar o tempo. Acho que tempo ainda é o nosso grande problema. Aproximarmos-nos mais talvez seja uma saída.

O Sr. Presidente - Obrigado. Neste instante estão encerradas as inscrições para as perguntas. Há três perguntas, por coincidência uma para cada um dos palestrantes de hoje. Farei a pergunta a eles, já pedindo que façam suas considerações finais.

Passo a palavra para a Eloísa fazer suas considerações finais e responder à pergunta dirigida a ela. Agradeço a você pela presença em nosso ciclo de debates, pela brilhante palestra, e quero dizer da alegria de tê-la aqui, reconhecendo de público o trabalho que a senhora faz com os adolescentes e também na prevenção. Aprendemos muito com seu trabalho e queremos aprender muito mais. Parabéns por seu trabalho.

A última pergunta para a senhora é de Edvilton Miranda, do Terra da Sobriedade: "Como atrair jovens para a prevenção, se os adultos, que são sua referência, não estão atentos para os problemas do álcool, das drogas e da prevenção?". Com a palavra, a Eloísa, para responder e fazer suas considerações finais.

A Sra. Eloísa Lima - Em relação a essa pergunta, uma perspectiva que temos trabalhado é a idéia de que prevenção também se ensina na escola. Acho que é uma responsabilidade que precisa ser compartilhada por todos os atores sociais. Se de fato as famílias lidam com a experiência da droga, seja ela lícita, seja ilícita, de forma cotidiana, isso muitas vezes dificulta a história do tal "exemplo". Prevenção também pode ser ensinada na escola. Temos lidado e aprendido com essa experiência.

Posso dizer a vocês com toda confiança que o que tem iluminado nosso trabalho é o entusiasmo, a alegria do convívio. As pessoas querem conviver, produzir. Resgatando um pouco da fala da Dra. Ana Cecília, carecemos de afeto, de convívio, de relacionamento. Vivemos em uma sociedade em que a velocidade dos acontecimentos, a busca desenfreada de consumo, tudo realmente tem afastado muito as pessoas do convívio. Daí a importância também da religiosidade como religião. Pe. Haroldo nos falou sobre a importância da religião. Remeto-me muito à importância do convívio, da religião no sentido do "religare", sentido etimológico do termo religião, que é ligar as pessoas. Essa ligação pode se dar em outros níveis, em outras esferas.

Para finalizar, gostaria de enfatizar a importância do trabalho de prevenção associado ao trabalho do tratamento e, quando necessário, ao trabalho da repressão. Entendo que é preciso fortalecer mais as estratégias de prevenção. Em todos os lugares em que tenho divulgado esse trabalho, tenho recebido muita acolhida, carinho e muito interesse das pessoas, o que me tem feito acreditar na possibilidade efetiva de trabalhos dessa natureza terem mais espaço, um lugar mais iluminado.

Agradeço a todos pela paciência de ficar aqui nos escutando, de participar deste debate. Mais uma vez, agradeço à Casa pela iniciativa deste debate, ao Deputado Fahim Sawan; enfim, a todos vocês aqui presentes, meu muito obrigado.

O Sr. Presidente - Passo a palavra ao Pe. Haroldo, já entrando na fase das considerações finais. O nome da pessoa que lhe faz a última

pergunta é Genival Arcanjo de Oliveira, da Associação Recuperação, Resgate, Amor e Vida, de Pará de Minas: "Devemos ajudar as pessoas que tenham recaídas, mesmo que tenham passado há pouco tempo por alguma associação?".

O Pe. Haroldo Joseph Rahn - Digo aos meus jovens que, não importa quantas vezes a pessoa caia, sempre será bem-vinda quando voltar. Não posso citar o que falam os cientistas porque não sou homem de ciências, porém dizem que cair é uma parte da recuperação. E álcool e drogas têm muitas causas, demandando muito tempo para sua cura. Portanto, temos de ter muita paciência, muito amor, e sempre trabalhar com aqueles que estão caindo, porque essa é a finalidade de nossa vida. Não queremos dizer a uma pessoa o que deve fazer; nossa finalidade é servir e ajudar aquele que precisa de nós, e nenhuma pessoa precisa mais de nós que a caída. Essa é a maneira como vejo a vida. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, a Dra. Ana Cecília, a quem agradecemos pela brilhante participação em nossos debates. Passamos à última pergunta, formulada pela Carolina, da Terra da Sobriedade: "Quais são as experiências paulistas em relação à prevenção e ao uso de álcool? Informação: no período de 16 a 18 de junho de 2006, haverá o curso do Amor Exigente. Maiores informações pelo telefone: 3452-7622 - Terra da Sobriedade, instituição apoiadora".

A Sra. Ana Cecília Petta Roselli Marques - Obrigada, Carolina. Sua pergunta foi brilhante. Eu precisava dizer-lhes o que São Paulo estava fazendo. Há, em São Paulo, quatro experiências muito interessantes, em que a comunidade faz a prevenção, atitude que o mundo vem preconizando cada vez mais. Não falamos da prevenção de apenas uma escola, de uma pessoa, mas da mobilização de toda a comunidade, o que inclusive já deu bons resultados. Temos o projeto de Diadema, que era a cidade mais violenta do Brasil, tendo deixado de sê-lo. Lá, toda a sociedade juntou-se aos políticos e definiu a importância de se beber menos, porque as pessoas morriam devido a acidentes, brigas, homicídios, suicídios, violência domiciliar, causados pelo álcool. Elaboraram uma lei, carinhosamente chamada de Lei Seca, obrigando o fechamento dos bares às 23 horas. Disso resultou, em três anos de aplicação da lei, a redução de 50% do número de mortes anuais relacionadas ao álcool. Isso é importantíssimo. Pensou-se que com o fechamento dos bares, fazendo com que o indivíduo, que bebia até às 23 horas, fosse para casa, haveria aumento de violência domiciliar. Mas isso não ocorreu: a violência diminuiu em 30% também no domicílio. Portanto, trata-se de uma experiência nacional, que deu certo em nosso contexto.

Ela serve para todas as cidades brasileiras? Não. A lei precisa ser discutida. A comunidade deve querer e batalhar pela lei, para que ela faça parte da política pública daquela cidade. Lei de cima para baixo não funciona, e temos os exemplos que eu mesma citei.

Segundo exemplo de São Paulo: uma das medidas mais importantes de controle e prevenção é o preço da droga. Quanto maior o preço, menor o acesso e consumo. Paulínea, uma cidade do Estado de São Paulo, em uma festa, no carnaval, conseguiu fazer, por meio da sua associação comercial, um pacto entre todos os vendedores de bebidas, nos bares e comércio, para fixar o preço em patamar mais elevado. O que ocorreu? Não houve consumo abusivo do álcool, porque o preço ficou alto. Obviamente, durante o carnaval, uma festa em que se bebe demais, as pessoas beberam menos e morreram menos. O número de mortes caiu em 28%, naquela festa, se comparado com o do ano anterior e dos subsequentes, em que não houve esse pacto.

Terceira experiência que deu certo foi a de algumas cidades, como Diadema, Paulínea, São Bernardo e outras cidades pequenas. Elas começaram a controlar o beber e dirigir. Esse beber e dirigir nada mais é que "check point", pontos onde são parados os motoristas e é feito o teste do bafômetro, que faz parte do nosso programa de prevenção. O bafômetro custa bem baratinho. Nessa avaliação, obtivemos o seguinte dado: 30% dos motoristas parados aleatoriamente, sem forma de escolha muito definida, estavam com alcoolemia, álcool no sangue, muito acima do permitido para dirigir. Pensemos o que significa 30% "versus" o resto dos problemas relacionados com álcool e trânsito, uma situação muito séria. Em função disso, foi acordado pelo Prefeito e pelas polícias, porque é importante que vários setores da comunidade se unam para realizar a medida da prevenção, que seria mantido o "check point" em vários lugares. Agora deveremos ter alguns resultados. Quem sabe, na próxima vez, eu os mostre para vocês?

Por último, uma cidade pequena, Taboão da Serra, muito violenta - não preciso dizer que Diadema saiu do "ranking" das mais violentas -, iniciará um treinamento para comerciantes a fim de que eles entendam a importância de se cumprir a lei para menores, não vendendo cigarros nem bebidas ou qualquer outra droga psicotrópica. No caso, as farmácias, muitas vezes, vendem remédios para menores. Os pais, sem saber disso, mandam a criança buscar o remédio controlado, mas a criança pode usar esse remédio que também é um psicotrópico.

Então, essas experiências deram certo, e a paulista vem até aqui para dividi-las com os mineiros, e eu sou, mais ou menos, mineira. Agradeço e digo ao colega de São Sebastião do Paraíso que meu marido é desta cidade. Então, estou sempre com um pé na cozinha mineira, achando-a a melhor possível. Quero só dizer uma coisa, para terminar: agradeço a honra de ter sido, mais uma vez, convidada pelos mineiros. Falei em tradição, respeito e compromisso, mas penso que o que faz a diferença aqui é a ternura. Obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência, mais uma vez, agradece a todos os componentes da Mesa, Dra. Ana Cecília, Dra. Eloísa, Pe. Aroldo, assim como a todos convidados e participantes que estiveram aqui nesta manhã.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/5/2006

Presidência dos Deputados Fahim Sawan e Doutor Viana

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Apresentação musical - Palavras da Sra. Raquel Martins Pinheiro - Palavras do Sr. Aloísio Andrade - Palavras do Pastor Vânio de Oliveira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Juiz José Eustáquio Lucas Pereira - Palavras do Delegado Márcio Siqueira - Palavras do Sr. Luiz Matias Flach - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Fahim Sawan) - Destina-se esta reunião, ciclo de debates "Luta contra as drogas", com os objetivos de discutir os problemas relacionados ao uso de drogas, abordando a prevenção, o tratamento, a reinserção social do dependente e o combate ao narcotráfico, a levantar subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de combate às drogas no Estado de Minas Gerais e para a atuação da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas.



## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, membro da Frente Parlamentar de Luta Contra as Drogas e Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Raquel Martins Pinheiro, Especialista em Drogodependência e Referência Técnica de Álcool e Drogas na Coordenação Estadual de Saúde Mental; Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas; e Revmo. Sr. Pastor Vânio de Oliveira, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil - Feteb.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença das Exmas. Sras. Benice Maia; Prefeita de Itapagipe, Ana Cecília Petta Rosseli Marques; do Revmo. Pastor Wellington; e dos Exmos. Srs. Cel. Hamilton Firmino, do 5º CRPM; Ten.-Cel Antônio Souza Filho, do 4º BPM de Uberaba; Cleiton Dutra, Superintendente de Prevenção à Dependência Química, e da Geísa Calvert, Superintendente de Tratamento ao Dependente Químico, todos os dois vinculados à Secretaria Antidrogas; das Exmas. Sras. Graciele Cristina Figueiredo Mota, da Prefeitura Municipal de Caetanópolis; Maria Imaculada Dornas, da Comunidade de Apoio e Recuperação de Vidas Femininas; Elaine Cato Gonçalves, da Vigilância Sanitária de Minas Gerais; e dos Exmos. Srs. Dirceu Lopes, da Colônia Bom Samaritano; Silvério do Santos, da Sociedade Vida e Renascer; Mateus Campara, do Francisco Gomes; Ednilton Miranda, da Terra da Sobriedade; Hélio Andrade de Melo Júnior, do Servir - Sociedade Vida e Renascer; e Odair Volpi. Agradeço a participação neste ciclo de debates e na organização do evento. Muito obrigado a todos vocês.

## Apresentação Musical

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Cap. Alberto Luiz, que fará um histórico sobre o Projeto Artistas da Paz, desenvolvido pela PMMG, em parceria com a Fundação Guimarães Rosa e a Sociedade Cruz de Malta. Em seguida, ouviremos o coral do projeto, formado por cerca de 30 crianças.

O Cap. Alberto Luiz - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Fahim Sawan, Presidente da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas e deste ciclo de debates "Luta contra as drogas", por intermédio do qual cumprimento os demais membros da mesa, os participantes que representam as entidades que promovem trabalhos preventivos, tratamento de usuários de drogas e combate ao narcotráfico. Também cumprimento os demais integrantes desta Casa.

Na verdade, a Polícia Militar desenvolve vários projetos, como o Proerd, conhecido por todos, um projeto de sucesso, tipicamente americano, que vem sendo desenvolvido no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Aproveitando a oportunidade, queremos fazer uma síntese de outros dois: Projeto Artistas da Paz, com o seguinte "slogan": "Segurança e Cidadania Também se Fazem com Música", e um projeto aproximativo, educativo e preventivo, desenvolvido com crianças de 4 a 10 anos, nas escolas públicas e particulares de Minas Gerais e nas comunidades: PM, Amigo Legal.

Início, falando sobre o Projeto Artistas da Paz, que se destina a atender às comunidades carentes e hoje está sendo desenvolvido no aglomerado Morro das Pedras, com aulas teóricas e práticas de música, ministradas por militares músicos da Polícia Militar. Esse projeto de assistência social, promovido pela PMMG, em parceria com a Fundação Guimarães Rosa e a Sociedade Cruz de Malta, visa ao desenvolvimento de relações integradas entre os membros da Polícia Militar e a comunidade residente nas áreas mais desfavoráveis e violentas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com efeito, a Polícia Militar entende que os esforços necessários para se conter o avanço da criminalidade devem alicerçar-se, essencialmente, nas medidas preventivas que visam alcançar os objetivos projetados interativamente com a comunidade, por meio da parceria e da cooperação, notadamente na busca de solução para os problemas relacionados com os meninos de rua, a fome, a miséria e o grave problema das drogas. Assim, para exercer o seu papel na prevenção do crime e no estabelecimento de um clima de tranquilidade e bem-estar social, a nossa corporação desenvolve projetos como o Artistas da Paz, buscando, na convivência externa, os motivos específicos para os planejamentos e a prestação dos serviços à coletividade. Desse modo, a corporação, tocada pelo sentimento de solidariedade humana, acima de tudo, não se preocupa apenas em combater os efeitos da violência e da criminalidade, mas participa efetivamente de programas assistenciais destinados às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de risco social e ou pessoal, bem como as comunidades desmotivadas em todo o território mineiro.

Com isso, os moradores têm oportunidade de mostrar suas habilidades artísticas, mantendo-se distantes da criminalidade e, sobretudo, das drogas.

Permito-me citar alguns nomes: Ten. Marani, que brilhantemente conduz a banda e os trabalhos do Morro das Pedras; Sargs. Adriano, Luciana, Ezequias, Júnior, Paiva e Mauro; e os estagiários da Fundação, Juliano e Liliani.

Convido a se posicionarem à frente deste Plenário os meninos do aglomerado Morro das Pedras, os Artistas da Paz.

Ouviremos, entoados pelos meninos do projeto Artistas da Paz o "Rap de Saudação" e "Do Seu Lado", do grupo musical Jota Quest.

- Procede-se à apresentação musical.

Como segundo número entoado pelos meninos do Projeto Artistas da Paz, a canção "O Trenzinho Corre", música do cancionário infantil, de autor desconhecido.

O Projeto PM Amigo Legal é a volta de um programa aproximativo e educativo da Polícia Militar dos idos de 70, quando no primeiro gesto de aproximação da polícia daquela época com a comunidade, principalmente com as crianças de 4 a 10 anos nas escolas públicas e particulares. Até hoje, muitas pessoas possuem a carteirinha PM Amigo Legal. É a retomada dessa campanha, desse trabalho educativo e preventivo, acima de tudo, com um "plus", um algo a mais, um ícone no imaginário das crianças de 1ª a 4ª séries das comunidades mais carentes.

O personagem PM Amigo Legal retrata o policial ideal. Quando o PM Amigo Legal comparece no aglomerado do Morro das Pedras e em tantos outros de Minas Gerais, reafirma o trabalho do Proerd. Reafirma e estabelece a confiança que as crianças e a comunidade têm de ter no seu policial. Acima de tudo, é um trabalho preventivo e educativo.

Convido os Artistas da Paz a cantarem a canção do amigo legal e o convido para que se faça presente. Esse trabalho é um investimento em gerações futuras. Com vocês, os Artistas da Paz.

- Procede-se à apresentação musical.

Essa é a coreografia ensinada às crianças, nas escolas dos aglomerados, para receber o PM Amigo Legal, o amigo das crianças. O PM Amigo Legal aproxima-se para que todos vejam o personagem, que vem trabalhando preventivamente com as crianças de 1ª a 4ª séries, cuja faixa etária é de 4 a 10 anos, prestando-lhes orientações.

A canção diz: "Todo dia, toda hora, ele ajuda o pessoal, protege a comunidade buscando a paz social. PM amigo da gente, PM amigo legal." Ouviremos agora a canção "Nos Bailes da Vida", de Milton Nascimento, entoada pelos meninos do Projeto Artistas da Paz.

- Procede-se à apresentação musical.

A Polícia Militar agradece esta oportunidade e deixa a seguinte mensagem: vocês que participam e se ombreiam não nessa luta, mas, acima de tudo, nessa conquista e vitória, que, aliás, está bem próxima desde que todos façam sua parte, são dignos de admiração e de aplausos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos à gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais, que vem realizando o seu papel na repressão ao tráfico e no combate à criminalidade e que está aqui trabalhando conosco na prevenção. Agradecemos imensamente a presença da Banda da PMMG, que abrilhantou este evento; do Cap. Alberto Luiz, que trouxe um pouco da experiência dos Artistas da Paz; dos Artistas da Paz, que aqui estiveram; do Sarg. Adriano, maestro dos Artistas da Paz; do Ten.-Cel. Antônio, do 4º Batalhão da PMMG; e do Cel. Hamilton Firmino, Comandante do 5º CRP da PMMG.

#### Palavras da Sra. Raquel Martins Pinheiro

Boa tarde! Agradeço ao Deputado Fahim Sawan o convite e oportunidade de falar para todos um pouco sobre o tratamento do uso de drogas e álcool, e, na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da mesa.

Para pensarmos uma política de atenção, há alguns pressupostos básicos que são os pilares de uma atenção integral.

A efetividade dessa abordagem está baseada e relacionada a dois elementos: o tratamento deve ser efetivo para reduzir o consumo; e a maior parte da população de dependentes de drogas deverá aceder com facilidade aos programas de tratamento.

Esses dois pontos são fundamentais e constituem-se em elementos para compor uma política. Em cima dela é que se pensa a política nacional sobre drogas, considerando que a abstinência é o objetivo desejável. Muitas vezes o tratamento, no seu primeiro momento, consegue reduzir o consumo.

Isso quer dizer que os profissionais devem estar preparados para atender o usuário enquanto não estiver completamente abstinente, o que, de certa forma, chamamos de estratégia de redução de danos.

O acesso da população ao tratamento é outro problema grave. Atualmente o álcool é reconhecido como uma questão de saúde pública. Minas Gerais tem 853 Municípios, com uma população, em alguns casos, bem pequena, que não comportam serviços estruturados, como o Centro de Atenção Psicossocial, sobre o qual falarei mais adiante. Portanto, os usuários têm dificuldades de serem atendidos nos serviços de saúde, muitas vezes, disponíveis no momento. Esse é um trabalho que deve ser feito por uma política que pensa ampliar e acolher o usuário no seu direito de ser atendido e respeitado. Esse é um problema a ser vencido por todos nós.

Segundo a OMS, para se fazer um sistema eficaz, é necessário incluir alguns aspectos básicos. Profissionais qualificados é outra dificuldade quando conversamos com gestores. Na abertura de um serviço, muitas vezes, temos os dois problemas relacionados com os profissionais no interior do Estado. Primeiro, a não-existência do profissional de nível superior; segundo, os profissionais não se sentem qualificados o suficiente para atender à clientela de álcool e outras drogas. Isso pode ser trabalhado por nós em duas frentes. Primeiro, tentarmos ampliar e incluir a questão do álcool e outras drogas no currículo de graduação, principalmente daquelas profissões relacionadas à saúde: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicólogos. Outra alternativa seria trabalhar a capacitação dos profissionais para que, então, prestem atendimento de forma eficaz.

É necessário haver um sistema de avaliação que inclua diagnóstico e separe as diferenças que existem com problemas médicos, psiquiátricos, interpessoais e sociais. A questão de álcool e drogas sempre envolve a pessoa, o entorno dela - a escola, a família, o trabalho, o lazer e a droga. Não há um ponto principal, mas uma confluência desses três pontos - drogas, sujeito e contexto - que fazem, então, um usuário tornar-se um dependente. Portanto, é necessário fazer um diagnóstico preciso para sabermos usar os poucos recursos de que dispomos. Se não conseguimos separar um usuário de um dependente, muitas vezes, encaminharemos para o serviço de saúde um usuário, ficando fora o dependente, por não haver vaga. Assim, é necessário sistemas que façam essa avaliação diagnóstica.

O diagnóstico também precisa ser pensado na associação do uso de drogas com o sofrimento mental, a fim de sabermos qual o melhor encaminhamento a ser feito para cada pessoa que nos procura.

Um plano de tratamento deve ser baseado numa valorização da resposta ao tratamento que se vai observando. É importante que o tratamento seja oferecido sob bases aceitas profissionalmente. Ou seja, um plano de tratamento envolve dois atores principais: o profissional, que presta atendimento, e o usuário, que se vai tratar. Este é parte integrante de um projeto terapêutico a ser estabelecido; não é um paciente à espera de um projeto que vem da parte do profissional; faz parte desse projeto.

Outra questão diz respeito à disponibilidade de serviços complementares com a amplitude de problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. É necessário que outros serviços sejam complementares ao tratamento. Temos que pensar na prevenção nos níveis primário, secundário e terciário. Depois, pensarmos em linhas diferentes de tratamento. Em seguida, pensarmos na reinserção social, outro ponto nevrálgico dessa história do uso de álcool e outras drogas.

Temos algumas dificuldades com emprego, inserção do usuário. Esse problema atinge não só o usuário de álcool e outras drogas, mas também a população. O usuário, na verdade, acaba sendo marginalizado, discriminado, porque fez uso de drogas alguma vez ou se submeteu a algum tratamento.

É como se o usuário ficasse marcado por esse momento para sempre, como se isso tivesse que refletir, de alguma forma, em sua vida pós-tratamento.

Temos a continuação da assistência; o programa de tratamento e uma equipe profissional se ocupando de manter essa assistência, produzindo a recuperação.

Em relação aos serviços do sistema de atenção, devemos incluir: detecção precoce dos casos em serviço de atenção básica, um dos tópicos focados pelo Ministério para trabalhar a questão do tratamento. Muitas vezes, o usuário chega ao posto de saúde onde encontra dificuldade no atendimento em razão de discriminação, pois, às vezes, não se acredita que aquela pessoa esteja querendo se tratar. Dizem: "Ele não vai parar de beber porque estou dando o remédio, então não dou a medicação". Sabemos que essa associação entre a medicação e o uso do álcool não é tão direta quanto se pensa. Pode-se tratar de pressão alta ou outros tipos de questões clínicas relacionadas ao álcool independentemente de o paciente estar abstinente.

Informação e orientação sobre os recursos específicos. Essa deveria ser também uma função do primeiro momento de abordagem do usuário, seja no posto de saúde, seja no Programa Saúde da Família, um fato que também pensamos em trabalhar o mais breve possível.

Intervenções em sujeitos com baixa motivação ou que não sejam dependentes, mas que demandem atenção. Não sei se teremos pernas para atender aquele que ainda não tem problema. A dificuldade é que muitos daqueles usuários não se transformarão, necessariamente, em dependentes e não precisarão, em nenhum momento, dos nossos serviços. Enquanto são somente usuários, pedem ajuda, mas não têm onde ser atendidos ou escutados. Não sei como isso será feito, mas é importante pensarmos nisso. Precisamos fazer também uma busca ativa dos casos, principalmente os de maior dificuldade, e elaborar programas de redução de danos, que vão trabalhar com aquelas pessoas que, naquele momento, não se acham dispostas ou necessitadas de um tratamento. Mas há outras questões, outros danos e riscos relacionados ao uso do álcool e das drogas que podem e devem ser abordadas para que, em outro momento, a pessoa tenha a chance e a oportunidade de interromper o uso.

Em relação aos serviços, o programa de álcool e drogas brasileiro tem tentado cobrir as recomendações da OMS. São eles: desintoxicação ambulatorial, o que tentamos fazer hoje nos leitos de desintoxicação nos centros de atenção psicossocial; desintoxicação hospitalar - no Brasil preconiza-se internação em hospital geral por meio do serviço de referência de desintoxicação, um credenciamento a um tipo de tratamento de desintoxicação feito pelos hospitais, com uma AIH diferenciada para a prestação desse serviço -; tratamento ambulatorial de prevenção de recaídas; tratamento em centros ou unidades de permanência por dia, que são os nossos Caps; serviços específicos para menores e mulheres; serviços de atenção em crises, que são as urgências e emergências e sistema de seguimento de casos.

A OMS divide os níveis de atuação em seis. O primeiro nível é a atenção àquelas pessoas que sofrem de intoxicação, entrando na urgência e na desintoxicação. O segundo é uma reabilitação inespecífica que vem do risco e do dano causado pela intoxicação, não necessariamente o início de um tratamento específico, o quarto nível.

O terceiro nível é a avaliação sistemática do tipo de questão que precisa ser trabalhada e de outras questões envolvidas.

O quarto nível consiste no tratamento específico para pessoas dependentes de drogas, principalmente considerando-se a questão da permanência por dia.

O quinto nível trata do desenvolvimento de distintas técnicas de terapia. Cada serviço terá uma técnica específica para fazer o acompanhamento de seu paciente, e essa definição não vem da política; é feita pela equipe técnica local.

O sexto nível é constituído por intervenções mais complexas, dirigidas a subgrupos de pacientes, como, por exemplo, crianças e mulheres, previamente avaliados para o que for mais apropriado.

Nesse ponto, temos algumas dificuldade, pois os Caps AD - Caps Álcool e Drogas -, do Ministério, só podem atender crianças e adolescentes, segundo o ECA, em um ambiente separado de adultos. Portanto o que tem sido possível fazer com crianças e adolescentes usuários e dependentes de alcoóis e outras drogas é atendê-los em oficinas. Entretanto, muitas vezes, há a demanda de um tratamento mais intensivo de permanência por dia, e temos de estudar o caso.

Na Portaria nº 2.197, de outubro de 2004, temos a redefinição e a ampliação da rede de atenção à saúde, por meio da coordenação nacional de saúde mental. Seus componentes são: atenção básica; o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps AD -, ambulatoriais e outras unidades extra-hospitalares especializadas; atenção hospitalar de referência - os serviços de referência de desintoxicação -; e a rede de suporte social - as associações de ajuda mútua e as entidades da sociedade civil - complementar à rede de serviços disponibilizados pelo SUS.

O Caps é um serviço ambulatorial de atenção diária e de referência, para uma área de abrangência, com uma população definida pelo gestor local. Ele é responsável pela organização da demanda da rede básica: será analisada a necessidade de permanência no Caps ou de internação para desintoxicação, para posterior retorno ao Caps, podendo voltar à atenção básica.

Portanto o Caps é o elemento central na organização da demanda. Ele tem capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador de porta de entrada da rede assistencial no âmbito de seu território. O modo assistencial é definido pela Noas de acordo com a determinação do gestor local.

Como vocês podem ver, a determinação do funcionamento de um Caps depende da articulação do gestor local: o Prefeito ou o Secretário de Saúde de um determinado Município. Considerando-se os danos e as dificuldades causados pelo uso de álcool e drogas de sua comunidade, ele monta uma equipe técnica e solicita o cadastramento junto ao Ministério da Saúde. A partir daí, recebe os incentivos e acompanhamentos.

O Caps possui os seguintes atendimentos: individual, em grupo, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares e à família e atividades comunitárias. Ele pode ser intensivo - a pessoa permanece lá de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17 horas -, semi-intensivo ou não intensivo. A determinação da categoria em que se incluirá o paciente está no projeto terapêutico feito a partir de seu acolhimento.

A política de atenção ao usuário de álcool e outras drogas deve ser integral e articular prevenção, tratamento e integração social; ter uma perspectiva abrangente e intersetorial; ter sensibilidade pelo fator cultural e conseguir integrá-lo no trabalho; combater o estigma e a intolerância; defender intransigentemente os direitos individuais e coletivos; apresentar metas claras e atingíveis; e ter uma concepção de redução de danos.

O que não deve ser uma política para álcool e outras drogas: simplista e dogmática; antidrogas e anti-alcóolica; ingênua diante da complexidade; reducionista; intolerante, repressora; e ineficaz.

O tratamento deve sempre pensar em intersetorialidade; atenção integral; prevenção, promoção e proteção à saúde do consumidor; trabalhar com a permanência por dia em redes assistenciais e complementares; controle de entorpecentes; e padronização dos serviços de atenção. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Deputado Fahim Sawan, Presidente da Frente Parlamentar, Deputado Doutor Viana, e demais Deputados, com satisfação, vimos essa iniciativa da Assembléia, entendendo que qualquer política deve ser discutida com a sociedade civil organizada e com a não organizada - as individualidades, os cidadãos independentemente das instituições -, ou seja, um projeto político que envolve uma atitude política. Para Platão, a função da política é sair da escuridão da caverna, interagir com a luz, e retornar com a idéia de que as coisas podem ser mais objetivas, claras e eficazes.

Hoje, no início da manhã, tivemos uma notícia muito alvissareira. O Governador do Estado, por meio de decreto publicado no "Minas Gerais", cria uma equipe para definir a política estadual de prevenção ao uso de drogas. No bojo desse projeto, a idéia é de que Conselho e Secretaria deixem de ser Antidrogas para se tornarem Políticas Públicas sobre Drogas, envolvendo as substâncias lícitas e ilícitas.

Lembro aos presentes e aos telespectadores que o ser humano usa droga buscando a felicidade. Não podemos ver o uso como algo dissociado da aventura do ser humano, que é a busca da construção de um sentido para a sua vida.

A primeira conceituação básica para uma política é pensar no conjunto da sociedade, como um grupo de indivíduos que busca estar bem, ter uma sensação de bem-estar, portanto visa à felicidade como um princípio essencial de suas vidas.

Antes de buscar a felicidade, o ser humano tem que buscar a sobrevivência. O pilar da sobrevivência, que envolve o sustento, será fundamental para todos; portanto uma política de prevenção às drogas que não privilegie uma boa qualidade de vida para seus cidadãos estará fadada ao insucesso.

Num primeiro momento, veio da vigilância sanitária a Resolução de Diretoria Colegiada nº 101RDC101.

Trago aos membros batalhadores da comunidade terapêutica a idéia de que é possível entrar com uma solicitação de revisão de alguns itens da Resolução nº 101, aqueles itens que a comunidade tem tido dificuldade de aplicar. Assim, poderemos reavivar essa resolução, que já está se tornando antiga, pois a comunidade tem dificuldade de aplicar uma série de recomendações.

Ao compor a Subsecretaria Antidrogas, o Governador Aécio Neves mostra que essa área não será tratada filosoficamente, mas de maneira prática, concreta e pragmática. A Resolução nº 101 traz referências básicas que a Subsecretaria e o Conselho têm seguido no trabalho com as comunidades terapêuticas. O Pastor Wellington, por meio da Feteb e da Febract, tem sido um grande batalhador para que haja aproximação entre governo, comunidades terapêuticas e sociedade civil organizada.

O governo vem mantendo-se omissivo em relação à questão. Há 12 anos presidi o Conselho de Entorpecentes, e, até recentemente, apesar da boa-vontade política, a questão econômica e de financiamento era muito precária, partindo de iniciativas isoladas ajudadas pelo poder público. Hoje, graças ao trabalho do Deputado Fahim Sawan e de todos os Deputados da frente parlamentar; da Subsecretaria - Subsecretário Cloves Benevides, Dra. Geisa, Dr. Cleison Dutra e toda a equipe -; e do Conselho - a quem não cabe executar, mas sugerir, normatizar e estabelecer parâmetros -, 10 instituições foram selecionadas para receber o financiamento para adequar-se à Resolução nº 101. Em breve teremos essa verba destinada à composição das equipes.

Sempre nos perguntam: se é uma comunidade terapêutica, por que é preciso médico, psicólogo e psiquiatra? Nossa preocupação é que não haja erro ou falha diagnóstica na questão da comorbidade. É a questão do duplo diagnóstico quando existe a dependência química, mas também estão envolvidos quadros psíquicos e psiquiátricos.

A política do governo do Estado tem a intenção de priorizar essa instância, não apenas como um dos itens a serem contemplados, mas como uma base. Nas discussões com a equipe do Governador há mais de três anos, a respeito do plano de governo, a parte de dependência química foi coordenada pelo então Deputado Elias Murad. A idéia é de que uma atitude correta em relação ao processo esteja presente em todos os níveis de governo. Não basta que uma subsecretaria, ou que a Secretária Maria Coeli se empenhe. É preciso que todos os níveis de governo entendam.

Quando se fala em política, estamos falando de uma atitude diante de uma situação. A dependência química é um desafio, não para o indivíduo ou para a família, mas para a humanidade, para o conjunto social. Quando o ser humano já tem a sobrevivência garantida, o que vem em seguida? Qualquer processo de política traz no seu bojo, como projeto básico, a questão dos valores éticos, morais e espirituais. São os valores intangíveis, que não são obtidos por meio do concreto e da matéria. Uma apresentação musical é algo completamente não animal, não instintivo, pois tem a ver com cultura, trabalho, pedagogia e educação. A única diferença que existe entre o ser humano e o animal é o lobo frontal, onde acumulamos a memória, a cultura, a educação, o treinamento.

Portanto, quando falamos de política de atenção ao dependente químico, referimo-nos às pessoas acometidas por uma doença, por uma patologia, que já possui um problema concreto, e não nos cabe apenas filosofar sobre essa problemática, e sim oferecer alternativas.

Obviamente que a rede dos Caps precisa ser ampliada. Sabemos que a forma de abordagem exclusivamente psicológica ou psiquiátrica é insuficiente; não basta. Então, hoje, o principal ponto da política do governo do Estado está baseado no respeito à situação concreta, ao processo que está acontecendo, e ao que já há. Ou seja, a partir do momento em que construímos uma idéia de futuro, temos de entender que o que já há - as comunidades terapêuticas, os centros de atendimentos e todo o trabalho - precisa de apoio financeiro. Precisamos de apoio, de dinheiro e de ajudar as comunidades terapêuticas a viabilizarem sua sobrevivência. Isso é fundamental.

Em seguida, precisamos melhorar a qualidade. Primeiro, a sobrevivência; depois o que chamamos de melhora de qualidade, de melhora de atendimento ao paciente. A idéia é trabalhar no atendimento dessas demandas. Aí, as federações, tanto a Febract quanto a Feteb, são essenciais nesse processo. A idéia é que, nos próximos 30 dias, a comissão faça esse trabalho de estudo da política, e que, depois de elaborado, submeta as propostas às comunidades terapêuticas, à população em geral. A idéia é que se faça uma consulta pública para que tenhamos as várias, inúmeras sugestões que sabemos existir.

A área é complexa, portanto não há como apresentar uma solução simples, imediatista - como diria, da vara de condão. Só é possível pensar numa política adequada, pragmática e consistente, se pensarmos o ser humano como um todo. E hoje o vazio existencial, o vazio de sentido, a falta de confiabilidade em uma série de instâncias com as quais precisávamos contar, obviamente, traz um certo desânimo.

Quero deixar aqui um estímulo a fim de que tenhamos mais vigor, força, calor interno, para entendermos que esse desafio, na medida em que for sendo enfrentado de maneira adequada, é um conjunto de desafios que serão enfrentados, e não apenas a questão da dependência química.

A Secretaria de Saúde, por meio da Saúde Mental e do trabalho da Dra. Raquel, tem trazido importantes contribuições, mas o governo estadual precisa avançar mais. Esse avanço envolve duas coisas básicas. Uma delas é a sobrevivência, que tem a ver com a questão de financiamento, de dinheiro, que, obviamente, deve ser distribuído com critérios de segmento, de fórum hábil, para que vejamos a eficácia das iniciativas.

Se fizermos conta do tempo que a humanidade existe e de quanto tempo há essa luta concreta contra as drogas, veremos que ele é relativamente curto. Os principais problemas com drogas se iniciaram na Segunda Guerra Mundial. De lá para cá, a situação está apresentando características de pandemia, o que significa uma epidemia que ocorre em todos os lugares do planeta.

Há iniciativas que têm sido viabilizadas na prática, como o processo de Diadema. Hoje recebemos a notícia de que o governo de Pernambuco decretou a suspensão de vendas de bebidas alcoólicas a partir das 23 horas em todo o Estado. São iniciativas que, talvez, futuramente, tenham de ser ajustadas, mas nos mostram que não podemos aguardar passivamente.

Lembramos que a dependência química é um adoecimento relacionado à vontade. Assim como a depressão, a principal instância atingida é justamente o querer. O dependente químico muitas vezes tem o desejo, a vontade de mudar, mas não tem habilidade. Ou seja, ele tem boa-vontade, mas lhe falta força de vontade. Portanto, é preciso haver essa abordagem terapêutica, muitas vezes medicamentosa, de forma criteriosa, que não seja apenas trocar uma droga ilícita por uma lícita. Em alguns momentos, não podemos abdicar da necessidade de tratamento médico medicamentoso.

Minas tem hoje uma função: é exemplo para o País. Está aqui a Profa. Joana Dalva, Superintendente Antidrogas de Betim, que trabalha com a prevenção.

Betim é o primeiro Município no País que tem uma superintendência específica para esse trabalho, e Minas tem a primeira subsecretaria de trabalho preventivo às drogas. Então, alguma coisa Minas pode comemorar.

Entretanto, Deputado, temos muito ainda o que fazer, e o senhor, Presidente da Frente, muito que colaborar e contribuir. E esse fazer tem que ser planejado. Não podemos desperdiçar recursos nem energia e nem esperanças. Talvez o grande problema do processo da dependência química ocorra quando um dependente químico tenta um tratamento e ele é frustrante. Muitas vezes, é preferível adiar o tratamento a fazê-lo de forma indevida, pois essa frustração piora a patologia e o quadro do dependente.

Quanto à reinserção social, a idéia é, trabalhando a recuperação dos dependentes, trazê-los para a vida produtiva e para o processo chamado vida social produtiva, que significa oportunidade de trabalhar e ganhar dinheiro. Sabemos que o dependente químico em recuperação necessita de apoio e proteção mínima, não de uma forma protetorista inadequada, entendendo-se que são pessoas que necessitam de cuidados especiais. O governo do Estado, por meio de suas várias instâncias, e a iniciativa privada têm condições de absorver essa mão de obra obviamente em determinados setores específicos, em determinadas funções e em determinados papéis bem definidos.

Terminando o meu raciocínio, entendemos que é desafio não só do Estado, mas também de cada um de nós, indivíduos e cidadãos, contribuir de maneira lúcida, adequada e desinteressada. Lamentavelmente, numa situação tão dramática, incomoda-nos muito ver algumas pessoas e instituições transformarem isso num objeto de desejo para a produção financeira, de prestígio ou de poder. Graças a Deus, a maior parte das pessoas envolvidas nesse projeto e nessa luta têm, como objetivo e intenção, a melhora de qualidade de vida do todo, e não interesses pessoais.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras ao Dr. Aloísio Andrade. É isso mesmo que o senhor disse quando se referiu à frente. Sabemos que alguns passos estão sendo dados e estamos perseguindo as nossas metas originais com muita força. Toda a frente e todos os Deputados presentes sabem o que estamos dizendo: a Deputada Ana Maria Resende, que tem trabalhado muito e é educadora; o Deputado Doutor Viana, Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, com quem estamos fazendo parceria; e o Deputado Leonídio Bouças, outro educador e médico. Mas sabemos que ainda falta muito a ser percorrido.

A frente não foi criada para substituir nenhuma ação, mas para somar e incentivar todas as ações, e promovê-las. A nossa grande missão é estar, todos juntos, congregados e organizados para buscar a organização da sociedade, pois, se o crime está organizado, o nosso dever é nos organizarmos para tentar enfrentá-lo e batermos de frente com ele.

Passarei a palavra ao Pastor Vânio de Oliveira, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil - Feteb - e ex-Deputado Estadual pelo Estado de Santa Catarina, mais um palestrante do tema "Política de Atenção - Tratamento e Reinserção Social do Dependente Químico". Agradeço-lhe, Pastor, ter se deslocado, alterado a sua agenda para poder estar em nosso meio no dia de hoje. Portanto, de antemão, agradeço-lhe a sua presença neste ciclo de debates, assim como a sua dedicação e sensibilidade.

#### Palavras do Pastor Vânio de Oliveira

Muito obrigado, Deputado Fahim Sawan, Presidente da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas e desta reunião. Quero cumprimentar o Deputado Doutor Viana, Presidente da Comissão de Saúde desta Assembléia, e os nossos colegas palestrantes desta tarde, Dr. Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas de Minas Gerais e Dra. Raquel Martins Pinheiro, especialista em drogas e dependência. É um prazer muito grande estar aqui e poder participar deste ciclo de debates. Fiquei muito honrado em receber o convite. O primeiro contato que tive foi com o Pastor Wellington, Coordenador Operacional da Feteb em Minas Gerais. E Deus me permitiu chegar aqui e estar com vocês. Nesta tribuna, sinto-me quase Deputado, mas é preciso concorrer a eleição para assumi-la. Quando exerci mandato em Santa Catarina, de 1987 a 1995, realizamos vários eventos, fóruns, o que é muito importante e indispensável à nossa sociedade. Vejo a Dra. Ana Cecília, que nos prestigia com a sua presença, uma das palestrantes da parte da manhã.

Fomos convidados para falar a vocês sobre o tema "A Importância das Comunidades Terapêuticas na Sociedade". Desde 1979, não tomo cerveja, não fumo, mas me envolvi nesse negócio. Geralmente, as pessoas se envolvem no combate às drogas em função de ter alguém próximo de si que passou por uma experiência ou por ser um profissional da área com especialização em dependência química. Fui diferente, senti necessidade de criar, em Criciúma, um centro de tratamento, porque a sociedade precisava. Neste Parlamento, os Deputados apresentam um projeto de lei por receberem da sociedade solicitação para que alguma coisa seja regulamentada ou para impedir que se faça algo. Então, surge a lei. Trabalhamos no centro de tratamento de Criciúma desde 1979.

A Anvisa, o Ministério da Saúde e nós, de comunidades terapêuticas, temos o conceito de que comunidade terapêutica é o estabelecimento assistencial de prestação de serviços de saúde às pessoas com dependência química, em regime residencial - 24 horas por dia -, em um ambiente protegido, tecnicamente e eticamente orientado, tendo como principal instrumento terapêutico a convivência entre os pares. O processo de recuperação das pessoas - o resgate da cidadania plena - imprime um novo modelo de vida, psico-social-espiritual, fundamentado no pensamento cristão dos apóstolos.

A nossa federação constituiu-se de comunidades terapêuticas evangélicas. A história das comunidades terapêuticas no Brasil apresenta dois

marcos: antes e depois de 1988. É importante contar a todos vocês uma breve história. Em 1958, nos Estados Unidos, surgiu o Pastor David Wilkerson, criador do Desafio Jovem, em Nova Iorque. Depois, no Brasil, em Goiânia, teve início o Movimento Jovens Livres, do Pastor Paulo Brasil e da esposa, Ana Maria. Em 1972, em Brasília, Desafio Jovem, pelo Pastor Galdino Moreira Filho; em Belo Horizonte, Desafio Jovem, pelo Pastor Reuel Feitosa. Depois deles, vieram outras, que estão aqui reunidas, incluindo-se o Credec, cujo representante é o Pastor Wellington.

Não sei se o Pastor Reuel está presente. Gostaria de conhecê-lo. Soube que ele está saudável. Há alguém se manifestando como representante.

Em Bauru, São Paulo, Esquadrão da Vida, por Edmundo Muniz Chaves, que é o Vice-Presidente. Em Niterói, Rio de Janeiro, Movimento S-8, pelo ex-Governador Geremias Fontes. Depois vieram as outras comunidades. Hoje, incluindo-se as da Febract e as da Feteb, somam-se aproximadamente 2 mil comunidades terapêuticas.

Em 1985, criou-se oficialmente, em meu Estado, o Desafio Jovem de Criciúma, que é minha cidade. As comunidades terapêuticas nasceram fundamentadas no pensamento cristão dos apóstolos, com várias nomenclaturas que permanecem até hoje: Movimento Jovens Livres, Desafio Jovem, Centro de Recuperação, Casa de Recuperação de Drogados, Fazendas, Chácaras, etc.

Comunidades Terapêuticas. Trata-se da nomenclatura que o poder público estabeleceu em Brasília, na discussão que dizia respeito à Anvisa e às duas federações.

As comunidades terapêuticas trabalham a disciplina, a liberdade e a espiritualidade. São três áreas específicas. As comunidades terapêuticas trabalham o tripé psicossocial-espiritual. O corpo é a parte material de um homem. A alma é o conjunto das faculdades, ou seja, a parte material de um homem. Quando uma pessoa procura a comunidade terapêutica, chega lá desestruturada, inclusive fisicamente. A Dra. Raquel fala da necessidade de uma rede ou de um conjunto de ações do governo que atendessem e encaminhassem as pessoas. Esse é o nosso lema. Desejamos que o poder público esteja aparelhado para participar, contribuir com o que já existe, tendo em vista a vontade da sociedade de resolver o problema.

Voltaremos a falar da parte material do homem. Quando uma pessoa chega a uma comunidade terapêutica, na verdade, já deveria ter passado por um centro de triagem que a encaminhasse a um tratamento. Todavia, esse conjunto de ações não existe. Quando, então, chega ao portão da comunidade terapêutica, vestindo uma bermuda, uma camisa regata e calçando uma sandália arrebentada, os líderes recebem-na, incluem-na no programa. Imaginem como estará essa pessoa fisicamente!

A alma é o conjunto das faculdades morais e intelectuais do homem: índole, vida, animação, coragem, entusiasmo, entendimento e emoção. Uma pessoa que está no fundo do poço tem algum tipo de coragem? Quer dizer, ela teve coragem para ir à comunidade terapêutica. No entanto, pergunto: Ela teria coragem para enfrentar as questões da sociedade, da família? Refiro-me ao momento em que a família diz: "Não o quero mais, não entre mais aqui; não quero que você venha nem apareça na minha casa". De repente, esse cidadão, essa cidadã já vendeu até o fogão e a geladeira. Então a família acaba abandonando essa pessoa, visto que ela não está em um processo de participação ativa. Resta-lhe entrar em uma comunidade terapêutica para reestruturar sua parte material, sua alma e seu espírito, que inclui a razão, a vontade e a consciência.

Quando trabalhamos a questão do espírito, falamos do seu relacionamento vertical com seu criador.

A questão espiritual nas comunidades terapêuticas, Deputado Fahim Sawan, é importante e indispensável porque o dependente químico precisa buscar os conceitos que perdeu. O que acontece? Ele precisa entender que existe algo especial que está à sua disposição. É a relação vertical com o seu criador: Deus.

Quando ele faz essa ligação vertical com Deus, consegue ter uma ação horizontal com o próximo. Na verdade, ele perdeu o conceito de que o próximo tem de ser respeitado. Para conseguir a próxima dose, o dependente químico faz qualquer coisa: rouba, mata, destrói e não quer saber o que acontecerá. Ele quer apenas resolver o problema de sua necessidade, ter mais uma dose.

Na década de 70, as comunidades terapêuticas recebiam o dependente por um período de 12 meses. A partir da década de 90, começou uma discussão, e foi criado o programa de 9 meses. A partir de 2000, baixou o período para 3 meses. Há comunidades terapêuticas com programas de 3 meses.

Para atender à demanda, apesar de um número enorme de comunidades terapêuticas, as instituições criaram programas por 30 dias de tratamento. Se, em Belo Horizonte, criarem mais 10, 20 ou 30 comunidades terapêuticas, encherão em 30 dias. A demanda é muito grande e se multiplica. Então, para atender a essa demanda, há programas de tratamento intensivo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30.

Nós, da comunidade terapêutica, temos dificuldade em trabalhar com adolescentes, porque depende da consciência de quem responde pela lei. Dr. Aloísio, ontem conversávamos sobre esse assunto. Não sei qual é o comportamento das autoridades em Minas Gerais. Mas houve um momento em que desistimos de trabalhar com os adolescentes porque, segundo a Promotoria, o adolescente não poderia conviver com o adulto. Teria de ser por meio de programas específicos para adolescentes.

Pergunto à platéia, à Mesa e às autoridades: esse adolescente vive com quem em sua casa? Com o pai, a mãe, o tio, o cunhado, o avô, até mesmo com um estranho que talvez tenha aportado àquela casa ou com alguém que esteja vivendo na prostituição ou no tráfico de drogas? Se esse adolescente pode estar lá, por que não poderia estar sendo tratado em uma comunidade terapêutica ou clínica junto com adultos?

O que acontece com o dependente químico na rua? Isso gera violência e mão-de-obra barata para o traficante. O dependente químico na rua é um agente do mal, um instrumento operacional do poder paralelo.

O que acontece com o dependente químico na comunidade terapêutica? Podemos detectar dois milagres numa comunidade terapêutica. Diversos líderes de comunidades terapêuticas e pessoas que foram dependentes químicos hoje estão trabalhando na área de recuperação de tratamento. O primeiro milagre é o fato de não haver necessidade de chave no portão nem no quarto do paciente. Não é preciso cadeado, pois o paciente está lá porque quer.

Como o Dr. Aloísio afirmou, o paciente precisa querer, pois, se quer, consegue. Se ele quer, conseguimos ajudá-lo. Ele permanece naquele ambiente porque quer. Pode ir embora a qualquer hora, mas não vai. Esse é o primeiro milagre. Jovens de 16 e 18 anos convivem com homens de 60, 70 anos, e não há conflito de relacionamento. Esse é o segundo milagre.

Ele está ali para reeducar-se em seu novo modelo de vida, ou seja, no casamento, na profissão, no retorno, na busca do saber. Geralmente os laços do casamento estão arrebentados. A esposa e o filho estão de um lado, e o marido, do outro. A noiva não quis mais o noivo, e os pais não

o querem mais em casa. Busca-se esse relacionamento na comunidade terapêutica em 60 dias, quando começa a haver mudança no comportamento do dependente químico. Refiro-me ao dependente químico porque trabalho com homens e acabo esquecendo-me de que também há mulheres dependentes químicas.

Quando o dependente químico é transformado, recuperado, volta para a casa, mudando-se o contexto social de sua família. Daí a importância da comunidade na sociedade. É feito um trabalho social na casa do dependente. Se ele leva seis meses, um ano, para recuperar-se, a família, o pai, a mãe, a mulher, o filho levam oito anos, pois, durante a dependência, houve uma co-dependência de seus familiares.

O tratamento da dependência química em comunidade terapêutica é um processo artesanal. O paciente está constantemente num processo de adaptação. Os psiquiatras não gostam muito de nossa filosofia: "droga não cura droga". A Feteb existe desde 1994, mas as comunidades terapêuticas no Brasil começaram em 1970. Antes de os profissionais tratarem a dependência química da forma que está sendo tratada, as comunidades já existiam. Antes de o País adotar uma política antidrogas, as comunidades já trabalhavam com isso.

Não trabalhamos com remédio para a cura da dependência porque acreditamos que droga não cura droga. Hoje as comunidades já possuem psiquiatras. Na minha comunidade, por exemplo, há um psiquiatra que dá atendimento semanal. É difícil encontrar esse profissional porque não há dinheiro para contratá-lo, assim como não há dinheiro para contratar o assistente social, o psicólogo, o médico ou qualquer outro profissional. Não há profissional para trabalhar em comunidade terapêutica porque não há mão-de-obra sobrando no mercado. Na minha região, 43 Municípios possuem 10 psiquiatras. Como encontrarão tempo para trabalhar numa comunidade terapêutica?

As pessoas físicas e a sociedade civil podem participar. Basta fazer uma campanha, pois há alimento, roupa, móveis e tudo o que queremos. O empresário, as pessoas jurídicas sabem que algo deve ser feito, mas ainda não têm consciência de que devem investir em ONGs.

Eles não fazem esse tipo de investimento, mas investem na sua empresa, no seu funcionário - ainda não foram para o outro lado da rua. Precisamos buscar essa consciência. O Estado tem suas responsabilidades constitucionais.

Quanto à saúde, a comunidade terapêutica é um remédio para a dependência química; quanto ao aspecto social, a comunidade consegue imprimir um novo modelo de vida; quanto à segurança, as comunidades terapêuticas são agentes transformadores, porque transformam as pessoas, melhoram suas vidas e propõem um novo encaminhamento. É evidente que quem rouba, mata ou pratica qualquer outro tipo de violência, se sair da dependência química e adotar um novo modelo de vida, passará a não praticar tais atos. Quem ganha com isso? O Estado, o Município e a União, além da sociedade civil de modo geral.

Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu a Política Nacional Antidrogas, criou a Senad e a RDC 101/2001. O Dr. Aloísio disse que aqui foi tomada a decisão de destinar recursos às comunidades terapêuticas para aparelhá-las. E elas querem isso. Parabéns ao Governador Aécio, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e o Secretário Adjunto, Dr. Cloves, com que conversei ontem. Quero dizer a vocês que não vi nenhum Estado no Brasil com tanta abertura. Vocês estão de parabéns. Quero que vocês ofereçam uma salva de palmas ao Deputado Fahim Sawan e ao Secretário, porque permitem essa abertura e desenvolvem um grande trabalho em Belo Horizonte e no Estado.

Quanto ao Feteb e à Febract, a fiscalização ocorreu e foi um processo complicado em todo o Brasil. Não tenho dúvidas de que muitas comunidades foram fechadas. Precisamos muito do Estado para que haja qualidade nos serviços. As comunidades querem e precisam melhorá-los, mas não têm dinheiro e recursos. O Estado tem.

Vejam os senhores: os modelos biopsicossocial e psicossocial são estabelecidos na Portaria RDC 101. Porém, nosso líder nacional, o Dr. Galdino Filho Moreira, diz o seguinte: "Um ponto a definir é se elas, as comunidades terapêuticas, são apenas uma obra social, ou se devem estar inseridas no sistema de saúde, recebendo subsídios de órgãos governamentais. As clínicas psiquiátricas têm tido esse privilégio, mas, as comunidades terapêuticas, da forma como existem, não estão devidamente enquadradas como merecedoras desse apoio. E por isso mesmo são limitadas no atendimento a centenas de usuários, de dependentes químicos em todo o País, os quais o governo não tem condições de atender."

Quero encerrar dizendo mais algumas palavras e propondo-lhe um minuto de reflexão. Há 300 comunidades terapêuticas com 30 internos cada uma, ou seja, multiplicando os números, teremos 9 mil alunos atendidos. Se essas pessoas não estivessem nas comunidades terapêuticas, estariam na rua. Imaginem 9 mil pessoas fazendo o que um dependente químico faz, no fundo do poço. O que isso significaria para a sociedade? É por isso que as comunidades terapêuticas são importantes.

Temos o Brasil inteiro para cuidar. Damos aos nossos filiados um certificado de filiação.

Finalizando, quanto ao selo de qualidade Feteb em parceria com o Estado, estamos conversando com o Secretário nesse sentido.

Esta aqui é a nossa comunidade, lá, no Sul, e a sede da Feteb. Os loucos de Deus. "a loucura de Deus é mais sábia do que os homens." (1 Cor 1:25); "Coisas do Espírito de Deus (...) lhe parecem loucura" (1 Cor 2:14); "A palavra da cruz é loucura para os que perecem; mas para nós, que somos salvos, é poder de Deus" (1 Cor 1:18).

Deputado, se me permite, gostaria que exibissem a minha mensagem de reflexão, que levará só dois minutos.

Está encerrada a minha participação. A todos o meu abraço e sucesso em todo o seu trabalho.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides" e de vídeo.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos senhores participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo aos expositores, para a sua resposta.

A ata deste ciclo de debates, que contém a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no jornal "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo", na edição de sábado, dia 20/5/2006.

O Sr. Presidente - Passamos à primeira pergunta, de Carolina Couto da Mata, da entidade Terra da Sobriedade, dirigida à Sra. Raquel Pinheiro: "Como os Caps-AD podem trabalhar em parceria ou em rede com as comunidades terapêuticas? Precisamos estreitar os laços e aprofundar o diálogo que tem atendido a essa complexidade, a dependência química".

A Sra. Raquel Martins Pinheiro - Talvez isso seja uma linha que estamos tentando adotar em Minas Gerais. O Pastor não conhece essa iniciativa. Trata-se de uma rede de suporte social, composta pela Subsecretaria Antidrogas, Vigilância Sanitária, Defesa Social, saúde mental e as comunidades terapêuticas. Estamos tentando trabalhar em conjunto, respeitando as diferenças.

O Ministério da Saúde reconhece a comunidade como suporte social, entendendo que a atenção à saúde é responsabilidade da saúde. Temos tentado trabalhar para as pessoas que estão nas comunidades terapêuticas serem atendidas pelo menos uma vez por mês. Teremos alguns lugares em que não existem o Caps-AD. Isso não será uma construção fácil, pois existem diferenças de pensamentos, como perceberam aqui, e há resistência de ambas as partes, tanto da comunidade quanto da saúde.

Se começarmos a estreitar esse laço e a conversar a respeito disso, poderemos montar um atendimento de parceria. Não estamos inventando a roda, porque já existe em muitos lugares. A grande maioria das comunidades, em algum momento, já lança mão do PSF ou dos próprios centros de tratamento. O Caps é um serviço destinado ao atendimento dos casos mais graves. Não sei se o Dr. Aloísio tem essa experiência quando diz que o Caps não é suficiente. Trabalho em Caps há 22 anos e diria que o centro realmente presta um atendimento bastante eficiente, guardadas as dificuldades de reinserção social, principalmente no pós-tratamento. Acho que essa rede já existe informalmente e pode ser reforçada pela parceria entre a Sedese, a Secretaria de Saúde e a Vigilância Sanitária. É o que tenho a dizer.

O Sr. Presidente - Obrigado. A próxima pergunta também é de Carolina Couto da Mata ao Pastor Vânio: "Como as comunidades terapêuticas podem se organizar para debater, com mais profundidade, os seus projetos terapêuticos e as suas fundamentações clínicas?". Gostaria de pedir ao Pastor que seja o mais sucinto possível.

O Pastor Vânio de Oliveira - Carolina, o objetivo da Federação é justamente agregar valor às comunidades terapêuticas para melhorarem os seus serviços. Só temos condições de desenvolver atividades na área de treinamento, qualificação e orientação às comunidades se tivermos parcerias, como acontece em Minas Gerais. Essa parceria é fundamental. Temos feito seminários, simpósios e reuniões no Estado e em nível nacional, mas é muito difícil, já que a Federação não tem recursos. Quando o Estado aparelha, quando estende a mão, conseguimos nos organizar. Vocês já tiveram vários treinamentos, assim como tivemos no meu Estado. Várias situações acontecem, e é dessa forma que se consegue fazer com que as comunidades terapêuticas tenham auxílio. Temos dado orientação pela internet, por telefone, mas, quando necessário, o treinamento deve ser proporcionado por meio de encontros, e a parceria do Estado é fundamental e indispensável para isso.

O Sr. Presidente - Obrigado. Agradeço também a Kátia Paiva; Jandira Duarte de Oliveira, da Terra da Sobriedade; Léa Maria de Souza; Jane Lúcia Martins Nogueira, da Comunidade Resgate Pastoral da Sobriedade; Luciano de Freitas Guimarães, do Ombro Amigo; e Sérgio de Souza, Presidente do Conselho Distrital de Saúde do Conselho de Segurança Pública de Belo Horizonte.

Mateus Campam, do Terra da Sobriedade, pergunta ao Sr. Aloísio: "Realmente o uso de medicamentos, sejam quais forem, é algo viável e sensato ao tratamento da dependência química?".

O Sr. Aloísio Andrade - Sabemos que existem casos em que a pessoa tem uma comorbidade, um processo de epilepsia, uma depressão grave ou um quadro neurótico sério. A medicação nunca deve ser vista como algo único, ou seja, ela é um dos vértices do tripé e é o menos importante a médio e longo prazos, mas muitas vezes o mais importante a curto prazo. Havendo um estado alterado de consciência, um distúrbio de química cerebral, precisamos agilizar o processo. Na verdade, o medicamento tem o papel de catalizador, de agilizador do processo. Obviamente, nunca devemos prescrever uma medicação de receita azul, de tarja preta, como é o caso dos benzodiazepínicos - Rivotril, Lexotan e Valium -, pois são substâncias que causam dependência. Se vamos trabalhar uma ansiedade intensa, com a qual a pessoa não consegue conviver, devemos usar um Neuleptil ou Neozine. Não sou adepto fervoroso de medicação: 90% dos medicamentos que uso são antroposóficis e homeopáticos.

Fazemos isso de uma maneira completamente lúcida, entendendo que droga não cura droga. Concordamos com o Pastor Vânio, mas, num momento agudo de desequilíbrio psíquico e em quadro de abstinência, para evitar risco de auto-extermínio, de agitação psicomotora e de abandono de tratamento, em um primeiro momento, entendemos que o medicamento deve ser visto como um auxiliar, um catalizador, um agilizador. Após passado esse momento, ele deixa de ter importância.

No entanto, se forem casos crônicos, como uma psicose maníaco-depressiva ou um distúrbio bipolar, o tratamento deve ser feito, sempre evitando-se a família dos benzodiazepínicos, que sabidamente provocam dependência.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Esta Presidência anuncia que o próximo tema a ser debatido é "Combate ao Narcotráfico", cujos palestrantes já se encontram presentes: o Dr. Luiz Matias Flach, o Dr. Márcio Siqueira e o Sr. José Eustáquio Lucas Pereira.

Passamos agora à fase das perguntas e considerações orais. Com a palavra, o Deputado Antônio Genaro, que dispõe de 3 minutos.

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, ficarei um pouco fora do contexto. Estava no gabinete ouvindo as exposições e quero fazer uma consideração. Vivemos em uma sociedade em que pagamos impostos para que as universidades e escolas ensinem, como ciência, que o ser humano surgiu por meio da evolução das espécies. Entretanto milhões de brasileiros não acreditam nisso, mas na existência de um Deus todo poderoso, que, em um ato de criação especial, criou a vida.

Nós, então, pagamos impostos para ouvir essa baboseira. Pago impostos para que meu filho e minha filha tenham um livro que mostra a evolução a partir de um macaco que anda de quatro, depois levanta e depois levanta mais ainda até ser o homem.

Uma lei bem provada pela ciência é a que o efeito nunca é maior que a causa. Isso significa que sou o efeito; e Deus, o causador de minha existência. Se causa nunca pode ser menor que o efeito e se a causa é o macaco, e o efeito sou eu, cientificamente isso está errado.

Quero trazer aqui uma pequena ajuda. O mundo todo aprende na escola que viemos do macaco e que somos fruto de uma causa sem propósito.

Então o ser humano não tem propósito, surgiu por acaso, de vidas que evoluíram. Não tenho que dar satisfação para ninguém; meu coração não pode ser cheio de Deus, porque acredito que sou fruto da evolução, e não Dele.



Acontece que acredito em Deus, que não faz nada sem propósito. Ele me fez com um propósito, e devo viver com responsabilidade. O macaco não responsabiliza ninguém; a vida que veio do mar não responsabiliza ninguém; o encontro casual de átomos que ocorreu há milhões de anos - tremenda mentira - não responsabiliza ninguém.

Se os nossos jovens acreditassem em Deus, aliás, se as universidades e escolas pudessem ensinar o modelo da criação - ainda que a religião ficasse de lado - com o da evolução, os jovens teriam oportunidade de escolha. Entretanto isso não ocorre. Muitos cientistas estão pulando fora do barco da evolução e pulando no da criação, mas eles já causaram muito estrago na sociedade, que está vazia, não sabe para onde vai e nem de onde veio. Eu sei de onde vim e para onde vou. Vim de Deus, aqui viverei com a responsabilidade dada por Deus e depois irei para um lugar maravilhoso, ao lado de Deus, em Seu reino.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Cristiano Castelo Valadares, da Terra da Sobriedade, para sua arguição oral.

O Sr. Cristiano Castelo Valadares - Deputado, qual o movimento mais efetivo da política para a reinserção do dependente, levando-se em conta que o trabalho mais concreto é o das comunidades? Hoje, se alguém pede um emprego e diz que é dependente, as pessoas o vêem como doido, ladrão ou assassino.

O Sr. Presidente - Lerei, também, a pergunta do Francisco de Brito Filho: "Sr. Deputado, sou dependente do álcool. Serei aceito sem rejeição, após meu tratamento, para trabalhar?".

Uma das metas da Frente é, além da prevenção, tratamento e combate ao narcotráfico, a reinserção social dos que desejam fazer o tratamento.

Conforme foi dito pelos expositores, sabemos que o grande problema é a volta para a sociedade, o pós-tratamento. A reincidência ocorre porque, muitas vezes, a pessoa volta para a sociedade do mesmo modo que saiu, isto é, para o mesmo ambiente, para as mesmas condições, rejeitado, sem conseguir retomar os trabalhos e os estudos e até sem ser acolhido pela família.

Hoje muitos preconizam, na reinserção, o tratamento familiar, pois a primeira acolhida, durante e após o tratamento, deve ser a da família do dependente.

A outra conseqüência é a reinserção social, em as pessoas buscarão seu espaço e a possibilidade de serem tratadas como pessoas normais.

Como Deputado e membro da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, estamos tentando aprovar uma emenda para que, tal como no programa Primeiro Emprego, as empresas beneficiem também aqueles que são reinseridos no contexto social do trabalho. Essa é uma das ações que tramitam nesta Casa, fruto de estudos, para contribuir com aqueles que trabalham com a reinserção social, prestigiando as empresas e frentes de trabalho que desejam ajudar aqueles que já se trataram e estão livres, de cara limpa, há pelo menos um ano.

Precisamos chamar mais a sociedade para debater. Esses momentos são muito importantes para que o problema seja colocado de frente. Cerca de 10% da população é dependente de algum tipo de droga. O Pastor Vânio disse: "Imaginem se essas pessoas que tratamos estivessem na rua." Eu digo o contrário, imaginem se todas as pessoas quisessem buscar um tratamento, onde seriam atendidas? A Sra. Raquel está representando o tratamento público que o Estado pode oferecer e conhece as suas limitações. Por isso o governo precisa das comunidades, e vice-versa. Imaginem se todos quisessem submeter-se ao tratamento agora, se todos voltassem para o mercado de trabalho, ou quisessem estudar.

Precisamos ter consciência disso. Sabemos a quantidade de pessoas necessitadas de ajuda, e todas merecem ter esperança e uma segunda oportunidade, pois são seres humanos, erraram, mas não podem ser crucificados por isso pelo resto da vida.

Esse pessoal da redução de danos tem um trabalho muito importante. Muitas pessoas se referiram ao milagre. Eu também acredito no milagre do ser humano que acontece todos os dias, milagre da esperança e da fé que todos devemos ter. Precisamos acreditar que o ser humano pode errar e ser reinserido na sociedade. Com a palavra, para seu questionamento à Sra. Raquel, o Sr. Marcos Vinícius Ferreira; e posteriormente, a Sra. Ana Regina.

O Sr. Marcos Vinícius Ferreira - Há muito tempo, as comunidades terapêuticas tinham uma grande rejeição pelos profissionais da saúde, que também rejeitavam a contribuição que o dependente em recuperação, com sua experiência, poderia oferecer para o tratamento de outros dependentes. Como o Caps pode absorver essa experiência? O Caps deseja fazer isso? Ou ainda não atentaram para essa questão? Gostaria de lembrar que os Alcoolicos Anônimos não contam com profissionais, mas são a entidade que mais recuperou dependentes de álcool.

A Sra. Ana Regina - Boa tarde. Quero dirigir uma pergunta à Dra. Raquel. Estamos aqui discutindo políticas de atenção ao usuário, dependentes de álcool e outras drogas.

Em alguns momentos, os componentes dessa Mesa passam a percepção - que também é corrente na sociedade - de que os usuários de drogas, os dependentes, são iguais e portanto mereceriam os mesmos dispositivos de atenção. De fato, nós, que estamos no campo da saúde mental, discutimos políticas mais inclusivas no campo social. Preocupa-me ouvir que fato de o dependente estar na rua, necessariamente, oferece perigo, que é algo com que precisamos preocupar-nos. Hoje as políticas de saúde mental tentam incluir os loucos, os dependentes de álcool e de outras drogas na sociedade; é nessa perspectiva que temos trabalhado no Caps.

Gostaria que a senhora comentasse um pouco, primeiramente, das diferentes relações que as pessoas estabelecem com as drogas. A senhora acredita que essas relações são de fato diferentes e, sendo diferentes, merecem também dispositivos de atenção diferentes?

Isso precisa estar claro, quando pretendemos elaborar em Minas uma política para essa área de álcool e droga. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Dra. Raquel, devido ao adiantado da hora, o tempo está passando, e terei de compor outra mesa, vou apresentar-lhe uma pergunta do Fabiano Evangelista Dias: "Como a política de atenção ao tratamento e reinserção social do dependente químico poderá ser implantada nos Municípios de pequeno porte? Quais são os mecanismos e os profissionais?".

Peço-lhe que, ao responder a essas três questões, encerre sua participação.

A Sra. Raquel Martins Pinheiro - Acredito que às vezes, ao falarmos de política, fica parecendo que defendemos apenas uma posição. Digo que hoje, da forma como está desenhada a política, com atenção básica, com serviço de alta complexidade, que é o Caps, e com o de internação para desintoxicação, ela tem a pretensão de conseguir trabalhar essas questões aqui apresentadas.

Evidentemente se faz necessário diferenciar o usuário e o dependente. Quando se trabalha com o tipo de atenção que não separa o indivíduo do convívio social diário, ou seja, quando trabalhamos com permanência por dia, e não com internação, a política está correndo atrás de um prejuízo, o da exclusão por meio da internação nos hospitais psiquiátricos.

Quando não se trabalha com a idéia de internação, quer dizer que trabalhamos com a idéia da inclusão. Separar, levar para algum lugar, internar, é, no nosso entendimento, excluir.

O usuário de álcool e outras drogas precisa ser incluído. Ele faz parte do dia-a-dia de todas as pessoas. Não adianta separá-lo. O senhor tem razão. Todos os serviços que se abrirem para tratar o usuário e o dependente encherão. Por quê? Porque a maioria da população ou é usuária ou é dependente.

Se considerarmos que todos que fazem qualquer uso de droga necessitam ser atendidos, não conseguiremos atender ninguém. O AA, como ponto de ajuda mútua, tem grande eficácia, porque comprova para todos, seja profissional de público ou seja profissional da pessoa de comunidades terapêuticas, que o que importa na verdade, o que faz que um comportamento mude, é a própria pessoa querer mudar. Posso ter o melhor atendimento, no melhor lugar, mas, se a pessoa não estiver determinada a refletir, a pensar no tipo de alternativas que tem para sua vida que não o uso de drogas, ela não irá mudar.

A adesão ao AA é a comprovação e a eficácia de que é necessário a pessoa querer se tratar. Isso em qualquer lugar, no Caps e na comunidade.

Continuo defendendo a idéia de que, trabalhando a atenção básica, conseguimos alcançar os Municípios com poucas pessoas e onde não há serviço especializado, pois, até entre os profissionais, existe a dúvida e a discussão sobre se é necessário um serviço especializado para usuários de álcool ou outras drogas. Isso não seria excluí-lo? Temos essa preocupação também.

Se tivermos essa política a partir da atenção básica do PSF, o Município também terá. O Município pode não ter o Caps e o hospital, mas tem o PSF. E talvez, no PSF, exista a abordagem suficiente para determinada pessoa.

Obrigada. Mais uma vez, agradeço o convite do Deputado Fahim Sawan e a oportunidade de trocar idéias com todos os presentes. Concluo dizendo que o meu entendimento e a minha luta são para que o usuário de álcool ou de drogas seja bem atendido em qualquer lugar. Muito obrigada a todos.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra, como médico, para opinar sobre uma questão abordada pela Dra. Raquel.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - É bom termos este fórum de discussão, porque há situações especiais. Por exemplo, a pessoa que possui distúrbio psiquiátrico grave não tem livre arbítrio. A pessoa que quer se suicidar precisa ser tratada, senão ela pode morrer. Temos casos de tratamentos que salvaram pessoas que queriam se suicidar. Então, temos que analisar esse aspecto nos casos que necessitam de internação de urgência e de tratamento até mesmo agressivo. Quando possível, claro que é preferível o tratamento domiciliar ou em uma instituição de recuperação. Mas há casos, pois toda regra tem exceção, em que a internação e o tratamento agressivo são necessários; e temos salvado pessoas nessa situação.

Essa é uma reflexão necessária, pois não podemos generalizar e fazer o tratamento somente quando a pessoa quiser. Às vezes, o tratamento é necessário porque a pessoa está fora de si, com distúrbio psíquico grave e não tem livre arbítrio. Nesse período, precisa ser tratada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Passamos às últimas perguntas dirigidas ao Pastor Vânio, para que encerre a sua participação. Convido o Dr. Odair Volpi a fazer a sua pergunta. Antes, porém, lerei a pergunta do Moisés dos Anjos, da Comunidade Terapêutica Colônia Bom Samaritano, de João Monlevade, que quer saber como são preparados os profissionais que trabalham com os recuperandos e se há cursos específicos para tal.

O Sr. Odair Volpi - Pastor Vânio, como pastor e teólogo, gostaria de fazer algumas considerações sobre o filme apresentado pelo senhor. Queria trocar "loucura" por "fenômeno", porque fé não é loucura; fé é razão; crer é também pensar. Queria deixar isso bem claro, pois não concordei quando se referiu à loucura. Digo isso como pastor, com carinho.

Também gostaria de dizer que a maioria das comunidades terapêuticas do Brasil são evangélicas. Tenho visto isso nos cursos que tenho ministrado em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Mas observo que as comunidades não mudaram o paradigma, ainda adotam o velho paradigma: oração, trabalho e disciplina. Quero saber o que a Feteb fará para mudar isso. Se não houver mudança, não haverá continuidade dos trabalhos, porque isso está totalmente fora da resolução. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Pastor Vânio, para responder. Quero pedir-lhe que, nos 3 minutos de que dispõe, faça também as suas considerações finais. Muito obrigado.

O Pastor Vânio de Oliveira - Respondendo ao Moisés e ao companheiro, a Feteb oferece, há praticamente 10 anos, um curso de qualificação em dependência química para educadores sociais em comunidades terapêuticas. Esse curso de dois anos consta de 12 módulos e é ministrado em São Paulo. Estamos pensando em criar, com a aprovação do Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina e do meu Município, em outros Estados, para termos um referencial, um curso intensivo de qualificação de educador social, de sete dias, que atenderá às exigências da Anvisa. Para isso, tem de haver a participação do Conselho. Conversei com o Secretário Cloves Eduardo Benevides, que está disposto a ser parceiro nesse processo, para que, em Minas Gerais, esse curso intensivo possa ser feito, porque o mercado não oferece mão-de-obra qualificada para as comunidades terapêuticas no que diz respeito a educador social. Como diz a Anvisa, são os agentes comunitários ou os agentes de saúde com especialização em dependência química.

Pastor, o paradigma está sendo quebrado. Mas algo que se faz em 30 anos não pode ser quebrado em uma semana ou mesmo em um ano. Veja bem, eu era Deputado, dirigia uma comunidade, e não aceitavam um profissional na comunidade. Entendíamos que complicariam a nossa vida, em função do estilo. As coisas foram ocorrendo, e hoje temos um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social, como muitas outras comunidades têm. Portanto estamos quebrando o paradigma. Achamos importante a participação de profissionais da área da saúde nas comunidades terapêuticas, para nos ajudar nesse processo.

Sinceramente, quero agradecer ao Deputado Fahim Sawan a oportunidade de aqui estar, ao Secretário Cloves Eduardo Benevides e ao Pastor Wellington, que fez com que ocorresse nossa nova vinda a esta Casa. Agradeço a Deus a oportunidade e a todos vocês. Parabéns ao governo, que se preocupa com as comunidades terapêuticas em Belo Horizonte, em Minas Gerais, investe nelas e é parceiro delas. Em todo o Brasil,

vocês são os privilegiados. Parabéns e sucesso. Vamos transformar, recuperar vidas, por meio dos trabalhos realizados nas comunidades terapêuticas. Deus os abençoe. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Passo a palavra ao Sr. Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas. Quero, também, fazer-lhe uma pergunta, para ser respondida quando fizer as suas considerações finais. O que o senhor tem encontrado de novidade, principalmente em relação ao tratamento homeopático, para a dependência de álcool e outras drogas?

O Sr. Aloísio Andrade - Voltando rapidamente à questão do treinamento, foi firmado um convênio entre a Subsecretaria do Conselho e a Utramig. Serão oferecidas vagas para treinamento de coordenadores e monitores.

A Subsecretaria e o Conselho estão às ordens para esclarecer essa questão. Esqueci-me de dizer que o Fundo Estadual de Prevenção está prestes a ser regulamentado. Trata-se de um compromisso do Governador, uma proposta urgente da Frente. Quando regulamentarmos o Funpren, poderemos fazer como no sistema, ou seja, como acontece com o Fundo da Criança e do Adolescente, que conta com doações e descontos do Imposto de Renda. Costumamos repetir a frase: "O dinheiro não garante a felicidade, mas a falta de dinheiro garante a infelicidade". Ou seja, não basta ter dinheiro, mas é preciso dispor de algum recurso.

Quanto ao raciocínio da homeopatia e da medicina antroposófica, buscaram-se as medicações dinamizadas, chamadas de "medicações não materiais", porque o Número de Avogrado -  $6,02 \times 10^{23}$  moléculas - não é respeitado. São substâncias mais diluídas. Por meio da dinamização, que é um processo mecânico de agitação dessas substâncias, elas passam a ter um padrão vibracional, um tipo de ritmo. A partir do ritmo que cada substância da natureza tem, trataremos, por exemplo, com o ouro, um quadro depressivo; com o ferro, um quadro de falta de vontade, de ânimo; com a prata, um quadro ansiolítico; e com a sílica, quartzo, quadros psicóticos. Obviamente, muitas vezes, temos de associar medicamentos comuns.

Podemos dizer, Deputado, que várias pessoas se beneficiam muito com o uso temporário de medicações homeopáticas, sem precisar de remédios comuns. Essas medicações homeopáticas e antroposóficas ajudam a acelerar o processo. Quando misturamos chocolate ao leite, o calor leva-nos a soprá-lo, visto que já não precisamos dele. Da mesma forma, essas medicações devem vistas como situações transitórias, meramente coadjuvantes. No caso de patologias, é necessário um tratamento definitivo.

Parabenizo a Frente Parlamentar, a Assembléia Legislativa, todos os Deputados, pela iniciativa. Sabemos que, hoje, ao contrário do que ocorria antigamente, esse assunto envolve todas as pessoas. Temos de lembrar que se trata não de um desafio específico, mas amplo. Volto a lembrar que a função da política é pensar não só no aqui e no agora, mas também no futuro. Temos de pensar em uma atitude preventiva, na medida em que é no cotidiano que construímos nossa felicidade, como seres humanos conscientes de nossos princípios. Dessa forma, teremos menos necessidade de anestesia, ou seja, ficaremos menos dependentes de substâncias externas para anestesiarmos o vazio existencial ou para nos agitar, de maneira que não o perceberemos. Obrigado, Deputado.

O Sr. Presidente - Em nome da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, agradeço a presença de todos os representantes que aqui participaram da discussão acerca da política de atenção, tratamento e reinserção social do dependente químico. Agradeço às autoridades, aos representantes de comunidades, enfim, a todos os nominados e não nominados que contribuíram para que a segunda parte do evento obtivesse sucesso e brilhantismo. A Assembléia Legislativa e a Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas agradecem especialmente à Dra. Raquel Martins Pinheiro, Especialista em Drogodependência e Referência Técnica de Álcool e Droga na Coordenação Estadual de Saúde Mental. Obrigado, Dra. Raquel.

Agradeço ainda ao Dr. Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas, homeopata e psiquiatra, que muito abrilhantou este evento. Ademais, com seu trabalho, esforço, dedicação à busca de opções e tratamento para a luta contra as drogas, abrilhanta Minas Gerais.

De maneira carinhosa, agradeço ao Pastor Vânio de Oliveira, Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil. Desejo-lhe boas-vindas! O senhor sempre será bem recebido nesta terra. Leve nosso abraço ao povo de Santa Catarina.

Desfazendo esta Mesa, agradeço aos participantes. Vamos passar ao terceiro tema: "Combate ao Narcotráfico".

## 2º Painel

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Eustáquio Lucas Pereira, Juiz de Direito da 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte; Márcio Siqueira, Delegado-Chefe da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes de Minas Gerais; e Luiz Matias Flach, ex-Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes - Confen.

A Assembléia Legislativa manifesta os agradecimentos às autoridades que participaram e participam deste debate.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Agradecemos a presença dos nossos convidados. Com a palavra, o Dr. José Eustáquio Lucas Pereira, que disporá de 15 minutos para as suas considerações iniciais.

### Palavras do Juiz José Eustáquio Lucas Pereira

Excelentíssimo colega do Rio Grande do Sul, Dr. Luiz Matias, na pessoa do qual saúdo os demais componentes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores e autoridades, primeiramente peço vênia aos organizadores do evento para mudar o nome da minha apresentação para "combate à criminalidade", em face dos demais delitos praticados, na maioria das vezes, em decorrência do uso de entorpecentes - crimes contra o patrimônio, furto, roubo, extorsão, crimes contra a vida, homicídio, estupro e crimes contra a honra.

Daí, entendo que, combatendo o narcotráfico, o tráfico de drogas, automaticamente estaríamos combatendo os demais delitos. Fiz um pequeno cronograma para apresentar nestes 15 minutos. Primeiro, enfatizo que, com a máxima vênia, não temos uma política veemente, forte suficiente para combater o tráfico de drogas.

Na verdade, as apreensões de drogas em nossa Capital, em nosso Estado e em nosso País se dão com a ajuda da própria concorrência. O Dr. Márcio Siqueira, douto Delegado da Polícia Federal, responsável pela Divisão de Tóxicos, que se faz presente, pode dar seu testemunho em relação a minha afirmativa. Noventa por cento das apreensões de drogas e das prisões de traficantes ocorrem em razão da denúncia de outros traficantes, quer seja pela disputa do ponto de venda de droga, quer seja pelo acerto de contas.

Temos de combater o tráfico de forma mais eficiente. Temos de combater o tráfico nas fronteiras, pois o Brasil não é produtor de cocaína, ou seja, não produz a principal droga vendida em nosso país. Às vezes se planta coca, mas é sabido que o produto é ruim, de péssima qualidade e não contém as substâncias alucinógenas necessárias. Não é tão suficiente quanto a produção da Bolívia, do Peru e da Colômbia, países que fazem fronteiras com o Brasil, fronteiras longínquas e de difícil fiscalização. Combater o tráfico nesses países é difícil porque o uso e a liberação da cocaína está intrínseco em sua cultura e em sua religião. Muitas vezes, a cocaína é utilizada em fórmulas medicinais nesses países onde, em muitos lugares, o ar rarefeito. Outras vezes, usa-se a cocaína para satisfazer ou matar a fome. Combater o tráfico é difícil, mas é possível iniciarmos um combate nas nossas fronteiras.

Com o máximo respeito que tenho pelas Forças Armadas, creio que o Exército brasileiro, em vez de brincar de policial, deveria fiscalizar melhor nossas fronteiras. Não vejo, não vivencio essa fiscalização. Se a cocaína entra no Brasil vinda da Bolívia, do Peru e da Colômbia, temos o dever de iniciar ali seu combate e sua fiscalização. Drogas são muito usadas em nosso país, principalmente a maconha, altamente produzida no Nordeste do País. Temos de combatê-las porque faz um mal imensurável à saúde pública, à saúde do usuário. Também temos de combater as drogas sintéticas que chegam em nosso país, pois são maléficas. Para isso, precisamos de uma política mais forte, voltada para o combate ao narcotráfico.

Alguns poderiam perguntar-me: o que este Juiz está fazendo aqui? O que o Poder Judiciário pode fazer para ajudar no combate ao narcotráfico? Diria que o Judiciário, com o Ministério Público, poderia fazer muito. Creio que, em Belo Horizonte, faz muito. Se não o faz, o Dr. Márcio Siqueira, Delegado da Polícia Federal, responsável pela Divisão de Tóxicos de Belo Horizonte, poderá puxar minha orelha.

O Juiz deverá agilizar os processos, em especial os cautelares, de quebra de sigilo telefônico, ou seja, os monitoramentos telefônicos dos supostos traficantes. Esses processos cautelares permitem aos Delegados fazer acompanhamentos e levantar condutas, o "modus operandi" de cada traficante, fazendo com que tanto as drogas como as pessoas dos grandes traficantes sejam atingidas e presas, e, uma vez presas, retiradas do seio da sociedade. Esse trabalho do Judiciário é fundamental. Aliás, acho que deveria haver maior parceria entre esse Poder e as milícias, ou seja, as Polícias Federal, Militar e Civil, dando, na legalidade, toda a cobertura que o policial precisa para bem desempenhar o seu trabalho, livrando-o das acusações de arbitrariedade e dos processos por invasão de domicílio.

Sabemos que a Constituição garante a inviolabilidade de residências quando não houver crime. Se houver, é evidente que tal inviolabilidade será quebrada, ou seja, o policial poderá adentrar e apreender as drogas, armas ou objetos utilizados no crime. Portanto, entendo que essa parcela do Judiciário é muito importante e até ocorre na nossa Capital. Todavia deveria haver uma uniformização do procedimento na Justiça, para que os Juízes pudessem agilizar os processos e propiciar às polícias condições de desempenharem bem o seu trabalho. Não sei qual o procedimento dos nossos colegas do Rio Grande do Sul, Estado, diga-se de passagem, que tem uma Justiça avançadíssima. As grandes inovações do Judiciário normalmente partem dos Juízes sulistas. Deixo registrados os nossos votos de parabéns aos ilustres colegas daquela terra maravilhosa.

Fala-se muito em responsabilidade compartilhada. Aliás, participamos de um encontro recentemente, no Sesc, aqui em Belo Horizonte - não sei se o Prof. Aloísio estava presente. Na ocasião, teci algumas críticas ao nosso Estado - e, quando falo em Estado, refiro-me ao sentido amplo, ou seja, aos Municípios, aos Estados e à União -, que, quando chamado, na verdade, para participar do combate ao narcotráfico, às vezes, "maxima venia", deixa a desejar.

Tenho observado que, quando chamamos os nossos parceiros, como o Dr. Aloísio Andrade, o Credeq, as igrejas evangélicas, as entidades filantrópicas, as ONGs, as Polícias Militar, Civil e Federal, todos estão prontos a trabalhar em parceria no combate ao narcotráfico. Às vezes, essa boa vontade não existe por parte dos nossos Executivos. O que o Estado poderia fazer para melhorar o combate ao narcotráfico?

Na minha concepção, não estou usando de utopia, mas apenas falo sobre o que penso e tenho deparado no dia-a-dia como Juiz da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte. O Estado tem feito muito, mas poderia fazer mais, por exemplo, aparelhar melhor as nossas polícias com viaturas, armamentos e equipamento técnico, acompanhando a evolução tecnológica do crime. Ora, os traficantes estão evoluindo, utilizando aparelhos de última geração. Falarei sobre esse assunto daqui a pouco.

Dr. Márcio Siqueira, permita-me falar sobre um fato que acompanhei na Divisão de Tóxicos. Há ainda policial civil fazendo monitoramento telefônico, autorizado pelo Juiz - então, não era ilegal nem clandestino -, mas se utilizando de um celular no bolso e, ao mesmo tempo, participando de operação policial. O telefone tocava, chamando-o no Bina automaticamente. Havia aquele desvio das ligações do telefone monitorado para a polícia, e ele as atendia em plena campana, fiscalização e policiamento. Penso que não seja por aí. Devemos melhorar também as nossas polícias. Se o crime evoluiu e está mais tecnológico, a polícia também deve fazer o mesmo.

É fundamental ceifar e tirar da nossa Polícia Civil, em especial, a responsabilidade de acautelamento de presos provisórios, como ocorre atualmente na Divisão de Tóxicos. Por que cito a Divisão de Tóxicos? Porque tenho vivenciado algumas questões que ocorrem diuturnamente. Hoje temos uma Divisão composta por ótimos policiais, honestos, operosos, que se propõem a dar a vida e o sangue pelo combate ao narcotráfico. No entanto, não podem sair às ruas e exercer as suas funções porque precisam ficar acautelando, tomando conta de presos. "Maxima venia", preso deveria ser de responsabilidade do Estado. É preciso acabar com as expressões "presos da Justiça", "presos do Estado". Preso é preso. Deveria haver um órgão específico para tanto, e o Estado deveria orientar melhor os seus agentes, dando-lhes a incumbência de fiscalização do tráfico.

Ora, não temos fiscais de tributos nas barreiras? Não temos a Polícia Rodoviária e a Federal, os fiscais da Receita Federal? Por que esses agentes não poderiam auxiliar também o combate ao narcotráfico? Por que digo isso? A grande quantidade de drogas, como maconha, cocaína - as mais usadas na nossa Capital - e outras, é colocada no meio de mercadorias e transportada do Sul ao Norte, sem interrupção da polícia.

Citarei um exemplo que ocorreu recentemente. Veio uma carga de Foz do Iguaçu com 2.000kg de maconha puríssima, cujo receptor em Belo Horizonte estava sendo monitorado. A droga foi colocada numa carreta Scania, em Foz do Iguaçu, no meio de 540 sacas de farinha de trigo. Para descobrir essa droga, portanto, o policial deveria descarregar a carreta, caso contrário não apreenderia a carga. Essa carreta passou em barreiras fiscais. Será que não deveria haver um meio mais propício para que o nosso agente fiscal também fiscalizasse?

Houve outros casos de carregamento de drogas, por exemplo, em carregamento de madeira, em pranchões, em que o descarregamento torna-se mais difícil. A mercadoria em si, no caso as 540 sacas de farinha de trigo, tinha o valor de R\$27.000,00, e a droga estava orçada em R\$5.000.000,00. Essa mercadoria passou nas barreiras fiscais. Assim, acho que nossos governos deveriam dar mais instrumentos aos nossos agentes fiscais, para que pudessem auxiliar-nos no combate ao narcotráfico.

Quanto aos aglomerados, em Belo Horizonte há alguns. Cito a Pedreira Prado Lopes, o Cafezal, o Morro das Pedras. Há inúmeros outros. Por que tantas ruelas e becos? O terreno é de valor tão pequeno, têm um custo tão baixo para desapropriação! Se estamos desapropriando, "maxima venia", ao lado da Av. Antônio Carlos para fazer uma pista direta para o aeroporto, a Linha Verde, poderíamos, também, desapropriar ao lado das ruelas e becos, abrindo ruas, a fim de facilitar sobremaneira o trabalho das viaturas policiais, dando uma outra imagem a esses aglomerados. Temos que facilitar o trabalho desses policiais, e não, dificultá-lo.

Não sei se alguns de vocês já tiveram a oportunidade de adentrar em algum aglomerado, que são verdadeiras ruelas e becos. Logo na entrada

do beco, anunciam que os policiais estão chegando, e automaticamente há o desaparecimento de traficantes.

Mister se faz estruturar a Divisão de Tóxicos, possibilitando que o seu trabalho seja feito em todo o Estado. Ora, a nossa Divisão de Tóxicos, tão bem dirigida pelo Dr. Márcio Siqueira, tem competência jurisdicional em todo o Estado de Minas Gerais, mas, por falta de estrutura, de meios de locomoção, não exerce essa jurisdição, limitando-se a operar na Grande BH.

Mister se faz a instalação de companhias da Polícia Militar nos aglomerados. Salvo melhor juízo, há um projeto dessa natureza para a Pedreira Prado Lopes. Assim se fazendo, automaticamente haverá a inibição do tráfico nesses locais. Ele poderia até migrar para outra região, mas haveria uma dificuldade maior para o traficante.

Uma outra questão seria a criação, nos aglomerados, de centros de referência do cidadão, propiciando aos moradores acesso ao saneamento básico da Copasa, à Cemig, bem como à saúde pública e à mediação de conflitos.

Melhorar o ambiente visual de cada aglomerado para investimentos nos espaços de lazer. Tenho certeza de que pessoas que me antecederam já falaram sobre a necessidade de instalação, nos aglomerados, de câmeras blindadas, tal como no Projeto Olho Vivo, experiência realizada no hipercentro de Belo Horizonte e que deu certo. Quantos traficantes foram presos e condenados porque foram flagrados pela câmera denominada Olho Vivo! E os traficantes já conhecem a câmera, tanto que, de vez em quando, entram no banheiro de algum restaurante para trocar a camisa, colocar óculos, tirar ou pôr boné, tudo isso para dificultar sua identificação. Mas a câmera é perfeita, nítida e tem feito um trabalho maravilhoso. Então, a idéia é a instalação de câmeras em cada aglomerado onde o tráfico é constante.

Investimento no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. Tenho certeza de que outras pessoas falaram sobre isso. O Prof. Aloísio Andrade provavelmente falou acerca desses investimentos. Mister se faz investirmos no tratamento de dependentes químicos. Entendo que a nova Lei de Tóxicos esteja hoje descriminalizando o uso de entorpecentes, tratando o usuário como um doente. Tanto é verdade que, a partir do novo projeto que tramita no Congresso Nacional, não existirá mais a pena de detenção ou reclusão com relação ao usuário; haverá penas socioeducativas. Daí, mister se faz que Municípios, Estados e União instalem clínicas especializadas em tratamento gratuito de toxicômanos. Até agora, temos conseguido ajuda do Credeq, das entidades não governamentais e, em especial, dos religiosos.

Investir na preparação dos policiais com salários dignos, evitando a corrupção. Meus queridos colegas, tenho o maior apreço pelas nossas Polícias - Militar, Civil e Federal -, mas me permitam citar a história da maçã podre. Uma maçã contaminada contamina as demais. Existem alguns casos, e esses elementos devem ser ceifados dos quadros das nossas milícias, pois não existe bandido maior do que um policial corrupto. Tenho certeza de que todos os colegas da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil que aqui se fazem presentes comungam do meu entendimento. E é muito simples fiscalizar esses policiais. Na minha concepção, isso passaria pelo maior empenho das corregedorias. Primeiro, seria feito um levantamento do patrimônio de cada um, porque muito Detetive está ganhando mais que Juiz de Direito e tem um patrimônio 50 vezes maior do que o de um Deputado. Há bons comerciantes, bons administradores, mas, com certeza, eles também saberão dar uma explicação plausível para o patrimônio que adquiriram. É por aí que vamos combater o narcotráfico. Não conseguiremos combatê-lo se houver, nas pessoas que trabalham conosco, a prática dos atos de improbidade.

O tráfico, na verdade, é uma pirâmide em cuja base estão os elementos vulneráveis, as presas fáceis para a polícia. Ainda não conseguimos prender aqueles que estão no seu topo, muitas vezes, pessoas importantes, como grandes empresários. As vezes, convivem conosco, e não sabemos. Portanto é necessário fazer o aparelhamento das polícias para poderemos prendê-los.

Meu tempo se esgotou. Vou-me atrever a encerrar esta simples e humilde apresentação citando um provérbio chinês, propício para este momento em que estamos em uma Casa Legislativa e em que recebemos, pela mídia, notícias de Brasília - e não estou aqui criticando nenhum político, apenas repito as informações veiculadas pela mídia a respeito do "mensalão", do "mensalinho", de propinas aqui e ali. Agora há também o caso da propina das ambulâncias. Lembro ainda as propinas de alguns policiais não preparados para o cargo que deveriam ser extirpados das corporações. Acredito que esse provérbio chinês nos leve a uma melhor reflexão.

Ele diz, mais ou menos, isto: se queres colher em um ano, planta arroz - esse plantio é muito propício, pois, em face de suas grandes várzeas, sua colheita se dá em exatamente um ano -; se queres colher em 10 anos, planta madeira - a safra do eucalipto, que produz celulose, dá-se em 10 anos; mas o chinês conclui, com muita precisão: se queres colher em 50 anos, planta homens - talvez essa seja a maior carência do nosso país. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Delegado Márcio Siqueira

Boa tarde a todos os presentes e a meus colegas da Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Sr. Presidente. Parabênizo o Dr. José Eustáquio por sua fala.

Estamos aqui para fazer um breve diagnóstico do trabalho à frente da Divisão de Tóxicos, em 20 meses. Deixo claro que estamos ainda engatinhando. Tentamos, a todo custo, com a ajuda dos atores presentes, alcançar os nossos objetivos e, se conseguirmos colocar em prática apenas um décimo do que queremos, atingiremos bom resultado.

Assumimos a Divisão em 17/9/2004. Naquele momento, a mídia apresentava a unidade como a escória da polícia. Havia 25 policiais afastados. Foi um desafio.

No primeiro ato naquela Divisão, pedi a um colega de profissão que, dentro de uma viatura caracterizada, entregasse um documento na sede da Secretaria, e ele me disse: Doutor, pode me punir, mas não entro num carro da Divisão de Tóxicos, porque não serei mais execrado publicamente. Não consigo olhar nos olhos dos meus filhos.

Naquele momento, pensei muito e concluí que poderia fazer um bom trabalho, pois havia encontrado gente de valor. O policial me deu uma prova de caráter, de renúncia. Nesse clima, realizei reuniões com a chefia e com os Juizes de tóxicos. Primeiro, era preciso resgatar o policial; depois, a unidade. Fizemos contatos com outros órgãos e com a Academia, por meio do Centro Pedagógico. Durante três meses, realizamos trabalhos de dinâmica de grupo.

Nesse período, recebíamos as ocorrências, trabalhando internamente, e contamos com a benevolência do Judiciário, que soube entender o momento angustiante pelo qual passávamos.

Em 2000, a Divisão de Tóxicos tinha 94 policiais, entre Delegados, Escrivães, Detetives e outros. Em 2001, tinha 98; em 2002, 89; em 2003, 91; e em 2004, quando assumi, 84, com 25 afastados. Posteriormente, recebemos 13 policiais. Em 2005, chegaram 14 recém-formados da

Academia; em 2006, o número caiu para 76. Dessa vez, não houve afastamento. A maioria dos policiais foi transferida por não se adequar ao espírito combativo do primeiro colega que encontrei na Divisão de Tóxicos.

Em 2000, foram apreendidos: maconha, 1.888kg; cocaína, 8,71kg; lança-perfume, 12 frascos; e 128 armas de fogo.

Em 2001: maconha, 1.254kg; cocaína, 24,3kg; armas de fogo, 106 unidades. Vejam o decréscimo da droga popular, a maconha, e a ascensão da cocaína. Em 2002: maconha, 1.175kg; cocaína, 19kg; haxixe, 7kg; armas de fogo, 108 unidades. Evolução das drogas em 2003: maconha, 1.135kg; cocaína, 65kg; haxixe, 10kg; cocaína misturada com outras substâncias, 7,56kg; lança-perfume, 35 frascos; "ecstasy", 10 comprimidos; armas de fogo, 147 unidades. Em 2004, ano em que assumimos, vejam o decréscimo e o que representou a paralisação das atividades da Divisão de Tóxicos: maconha, 444kg; cocaína, 95kg; haxixe, 22kg; cocaína com outras substâncias, 6,84kg; lança-perfume, 1.517 frascos; LSD, 2ml; armas de fogo, 175 unidades. Em 2005, quando iniciamos o trabalho: maconha, 697kg; cocaína, 42kg; haxixe, 11kg; cocaína com outros derivados, 1kg; lança-perfume, 15 frascos; armas de fogo, 168 unidades. Em 2006, até o dia 5 de maio: maconha, 2.450kg; cocaína, 28kg; haxixe, 146g; cocaína com outras substâncias, 4kg; armas de fogo, 56 unidades.

Enumerarei novamente as dificuldades encontradas: deficiências física e estrutural; comprometimento muito grande do efetivo de policiais com o anexo carcerário, em função da superlotação; ausência de aparelhagem eletrônica de vigilância e escuta; ausência de equipamentos modernos para interceptação telefônica; necessidade de renovar a frota de viaturas caracterizadas e descaracterizadas, que se encontrava em processo de sucateamento; ausência de normas regulamentadoras da criação e manutenção das atividades de canil - um dos meios de prova mais transparentes que a Polícia Civil tem no combate ao tráfico de drogas -; e o moral e a auto-estima dos servidores abaixo de níveis críticos.

Em decorrência dos tópicos supra-apontados e dos poucos meios disponíveis, buscamos equacionar, com outros órgãos integrantes da Polícia Civil, fórmulas de melhoria dos índices apresentados. Enumerarei o trabalho desenvolvido.

Contando com o apoio da Acadepol, com a divisão psicopedagógica, foi desenvolvido um curso, em três meses, com módulos de dinâmica de grupo, para a recuperação da auto-estima de todos os policiais, sem distinção de cargo, classe ou função. De acordo com os Juizes, foram-nos dados quatro meses de tolerância para iniciarmos nossas atividades.

Esse período foi muito bom para mim. Tivemos a oportunidade de pesquisar, no banco de dados, um horizonte norteador. Era a primeira vez em que eu atuava no combate ao narcotráfico, e pude estudar a criminalidade. Um ponto me chamou a atenção: o crescimento da apreensão de pasta-base no Estado e a diminuição de apreensões de drogas em seu estado final, principalmente da cocaína e do "crack".

O que isso indicava? Que a droga começava a ser refinada no Estado. Vislumbramos a necessidade de fortalecer um dos principais meios de prova: a utilização do canil e de realizar gestões para recuperação do quadro de servidores.

No início dos trabalhos, elaboramos uma resolução de criação e normatização do canil, já em vigor, assinada pelo Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil.

Foi finalizado pela Acadepol o trabalho de resgate dos policiais. Elaboramos um cronograma de trabalho para identificação, colheita de provas e prisão dos responsáveis pelo refino da droga e para combate da proliferação dos laboratórios na Região Metropolitana. Foram designados para a Divisão 12 novos policiais, formados pela Acadepol.

Iniciamos os trabalhos com material didático focado na prevenção, por meio de palestras em escolas, entidades públicas e faculdades, principalmente nos cursos de Direito e Farmácia, este último, nosso novo público. Lá detectamos que o traficante estava se aproximando do estudante de Farmácia com o objetivo de obter benesses na aquisição dos produtos químicos utilizados na composição e no refino da cocaína. Hoje as palestras nas universidades são uma realidade para a Divisão de Tóxicos.

Os reflexos imediatos. Agora lhes contarei uma história. Por obra do Criador, veio um prêmio a esses abnegados policiais que ali encontrei. O primeiro trabalho que executaram foi o estouro do maior laboratório de refino de cocaína já encontrado no País.

Essa apreensão propiciou a vinda ao território nacional de jornalistas americanos que pegaram as informações em matéria da Globo News. Foram à Divisão de Tóxicos e fizeram uma matéria que foi veiculada no jornal "New York Times".

Vocês não imaginam a repercussão desse trabalho para esses policiais; funcionou como combustível. Foram várias as prisões que se seguiram: a de José Luiz de Freitas, o famoso Zé do Pó, dono de outro megalaboratório; a apreensão de 2t de maconha, camuflada em 25t de farinha; a identificação da estruturação dos principais grupos atuantes no tráfico em aglomerados da Região Metropolitana - grande parte deles já estão atrás das grades.

E agora citarei o principal aspecto do trabalho que desenvolvemos, em tempo hábil, evitando fato que fatalmente teria ocorrido se demorássemos mais. Não deu tempo para que grupos de outros Estados, tais como PCC e Comando Vermelho, acordassem para o que estava ocorrendo em Minas - a proliferação dos laboratórios - e se integrassem aqui, porque temos a maior malha viária do País para distribuir essa produção. Se não fosse essa ação oportuna, colheríamos um trágico resultado.

Não estou aqui para dizer o que fizemos nem ser pedante, porque é muito o que se tem para fazer. E tenho que enumerar os principais entraves à continuação do trabalho. Não foi resolvido, por fugir à nossa esfera de competência, o entrave do sucateamento das viaturas e dos mecanismos obsoletos para serem utilizados na polícia que queremos, uma polícia de inteligência e que trabalha no macrotráfico.

Ainda subsiste a defasagem do quadro de servidores. Mas já existe um projeto elaborado, que está nas mãos das nossas chefias, passando a Divisão de Tóxicos de três para seis delegacias. E aguardamos o aporte de recursos para colocar em prática esse trabalho.

Em que pese ao volume de bens arrecadados com os traficantes, devidamente confiscados pela Justiça, e aos leilões desses bens, nenhum recurso destinado e previsto para ser aplicado na Polícia Civil, no combate ao narcotráfico, foi repassado. Conclusão: como restou demonstrado, em apenas 20 meses, algumas questões de ordem técnica e prática foram devidamente adotadas para otimizar os trabalhos, sendo visíveis os resultados práticos obtidos, demonstrando que estamos no caminho correto.

Estamos certos de que o trabalho da polícia especializada deve ser dirigido cirurgicamente em ações de campo voltadas para o macrotraficante, fazendo jus, inclusive, à sua razão de existir. A nosso ver, deve ser o microtraficante atacado por todos os órgãos da Polícia Civil, incansavelmente - isso não é uma exclusividade minha. Todos os órgãos deveriam trabalhar com o microtraficante, liberando a Divisão de Tóxicos, por ser uma divisão especializada para trabalhar com o macrotraficante, exatamente por ser uma equipe pequena.

E o maior entrave aos trabalhos é que temos 28 vagas para receber presos, e, ontem - não sei quantos foram flagrados hoje -, 295 presos ocupavam esse espaço.

Encerrarei com algumas imagens tristes, não para chocar ninguém, mas apenas para mostrar uma realidade e buscar soluções. O primeiro laboratório, para avaliarem a extensão; os dois químicos presos; o patrimônio desse grupo; o segundo laboratório do mesmo grupo; o terceiro traficante e o terceiro químico; a apreensão das 2t - vejam a quantidade de tijolos na contagem -; 25kg de cocaína; as duas traficantes; 100kg de maconha; equipamentos da central clandestina que eles tinham; a nossa sala de aula, que fizemos para essas palestras; os utensílios usados pelos presos na tentativa de tomar a delegacia; o nosso canil; o reflexo na mídia das prisões feitas pela Divisão de Tóxicos; por fim, a nossa tragédia, o nosso gargalo e o nosso principal empecilho para continuarmos atuando no combate. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

Palavras do Sr. Luiz Matias Flach

Minha saudação inicial ao Dr. Márcio Siqueira, Delegado-Chefe da Divisão de Drogas. Fico muito à vontade, porque dediquei a minha juventude ao trabalho na Polícia Civil, especialmente na área de drogas. Homenageio o magistrado José Eustáquio Lucas Pereira, meu colega. Tenho uma afinidade imensa com os dois expositores. Agradeço a gentileza das referências feitas à Justiça do meu Estado pelo Dr. José Eustáquio. Minha saudação ao Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião.

Se entreguei a minha juventude à Polícia Civil e a minha vida adulta à atividade judicial, entrego a vocês o meu pensamento maduro em relação às drogas. "Agradando ou não, achamos que a situação atual dos toxicômanos é realmente um bom exemplo: na Idade Média, havia lepra; nos tempos modernos, a loucura; amanhã, a toxicomania. Se não tomarmos cuidado, iremos rejeitar, internar novamente todo um grupo social cujo crime consiste em não estar dentro da lei, no momento. Mas, ao fazê-lo, estaremos assassinando a nós mesmos, porque estamos falando de nossos filhos." Citação do meu grande mestre Claude Olievenstein, do livro "La Drogue", de 1970, quando já definia que se iria enfrentar a questão das drogas em termos de fiscalização, interdição, penalização, descurando-se completamente do aspecto sanitário, de saúde pública e de prevenção. Assim foi a Convenção Única de Entorpecentes, celebrada pelos países do mundo. Em 1971, o nosso hemisfério tratou dos psicotrópicos, principalmente e enfaticamente, sob os aspectos de fiscalização e repressão. A nossa convenção de 1978, de Viena, também se debruçou especialmente sobre interdições, penalizações, cooperações, enfrentamento dos delitos conexos, em termos absolutamente repressivos, perdendo-se de vista a amplitude, a complexidade do tema, que deve ter uma abordagem integral e equilibrada para não chegarmos a essas circunstâncias atuais. Podemos dizer que esforços de décadas foram perdidos por esse exagero em se preocupar apenas com as interdições.

Há uma lei, que remonta a 1976, de nº 6.368, que recebeu acréscimos, por meio da Lei nº 10.409, de 2002, que acabou introduzindo aspectos processuais novos. Permaneceu ainda, na definição de crimes e penas, a lei absolutamente superada de 1976.

Essa lei de 1976, que ainda é válida, trata do enfrentamento do problema das drogas. É o coração da lei, da atual legislação, porque estabelece crimes e penas, que é o substancial em uma legislação penal. Essa lei tem muito de emocional e moralista. É severa demais para pessoas que não mereceriam tanto rigor. Entretanto, em situações diversas, é até muito complacente, pois penaliza traficantes profissionais, integrantes de uma criminalidade organizada, com o mesmo rigor com que trata fatos banais, como o de um garoto introduzir um "fininho" de maconha em uma roda qualquer.

No sistema penal moderno, há de se levar isso em conta. Muitas vezes, perde-se essa noção. A intervenção punitiva só se legitima para assegurar a ordem externa. Não se admitem mais incriminações frutos de uma concepção moral de vida, de validade geral e incerta, pretendendo evitar o vício e o pecado.

A intervenção penal na área de drogas talvez não seja tão importante quanto as pessoas pensam. Muitos têm um pensamento mágico, segundo o qual é necessário conseguir novas formas processuais para facilitar a repressão, aumentar as interdições, as formas de embarçar as pessoas. Todavia, esse ponto de vista não tem sentido, porque, muitas vezes - e o Delegado foi muito feliz nessa questão -, perde-se a noção de que o esforço policial tem como finalidade substancial alcançar a traficância profissional e transnacional. Necessário é o confisco do produto do crime, cooperação e assistência policial-judicial entre as nações e a adoção de eficazes medidas contra a lavagem do dinheiro obtido do comércio das drogas e delitos conexos, que acabam se multiplicando em outras formas ilícitas e prejudiciais à humanidade.

Não só o Brasil tem leis inadequadas e repressoras às drogas. As nações, muitas vezes, não sabem demonstrar sua desaprovação às drogas, a não ser valendo-se de leis sempre mais repressivas e injustas, até por razões ideológicas, desinformação ou em uma concepção reiterada de Direto Penal autoritário.

Quase todos os nossos presos, reclusos rotulados como traficantes - embora a intenção do Delegado seja atingir patamares mais elevados -, são garotos desavisados, miseráveis, trocadores de baganas, mulheres das beiradas das favelas e cortiços, "mulas", que fazem o transporte de drogas para outros, assumindo os riscos representados pela repressão.

Cito um exemplo do Censo Penitenciário de 1997, que é o último. Das 3.985 mulheres presas, 1.667 cumprem penas como traficantes. Trata-se de mulheres com pouca ou nenhuma atuação relevante nos destinos das drogas, mas ficam afastadas de seus filhos e da vida social. Muitas vezes, os policiais não precisam sair da viatura, simplesmente chamam essas mulheres, que estão vendendo umas porcarias, umas baganas, uns pacotinhos de substâncias. Algumas vezes, estão com filhos no colo e não têm maridos; outras, encontram-se absolutamente desafortunadas e desprotegidas. Essa é a situação das nossas presas, que são tratadas como se tivessem atuação destacada no mundo das drogas.

Após a Convenção de Viena de 1998, o Brasil, como outros países, quis aperfeiçoar a legislação, porque era indispensável e necessária a atualização de suas leis. Trabalhou-se muito na nova lei a partir de um projeto de 1991. O Confen trabalhou bastante, mas acabou na Lei nº 10.409/2002, completamente desfigurada, não significando nenhum avanço legislativo, muito pelo contrário.

A Lei nº 10.409/2002 veio somar-se à Lei nº 6.368/76, que continua, conforme afirmamos, a dispor sobre delitos, penas e aspectos substanciais do tema. Ao mesmo tempo - e foi a única parte não vetada -, foram autorizadas novas formas de investigação e possibilidades processuais, eu diria, talvez invasoras do indivíduo e de conteúdo ético muito criticado pelos estudiosos de direito liberal.

Andei por este mundo e falei com muitos magistrados, Promotores, Delegados de Polícia e policiais que trabalharam com a delação premiada. Todos me disseram que se trata de um sistema falido em que todo policial que está envolvido em drogas alega a posição de agente infiltrado.

A mesma coisa ocorre ao que se refere à escuta telefônica, talvez uma das maneiras mais inteligentes de enfrentar o crime organizado, mas absolutamente abusada no Brasil. Tanto é que, no Brasil, em todos os escândalos oriundos de escutas, com repercussão política, o mandado judicial de autorização foi obtido a pretexto de enfrentamento de tráfico de drogas.

Também a penetração nos dados fiscais e bancários tem sido motivo para grandes abusos a merecer uma justa reprimenda e preocupação das pessoas que pensam em favor de um Estado de Direito, constitucionalmente organizado, respeitando o quanto necessário as prerrogativas individuais das pessoas.

Alguns dizem que a Lei nº 10.449/2002 é uma lei de exceção. Digo que muitas dessas formas processuais de investigação foram muito solicitadas por policiais, por Promotores de Justiça e até por alguns magistrados, mas os abusos são evidentes em relação a essas novas formas de investigação processual.

Ao mesmo tempo, chamo a atenção que tão-somente esses artigos que estabeleceram essas formas novas e extraordinárias de investigação não foram vetados pelo Presidente, quando da edição da Lei nº 10.409/2002. O resto foi vetado. Foi vetada até a possibilidade de o SUS atender dependente de drogas. Tão-somente essas formas extraordinárias de investigação é que permaneceram nessa nova lei.

É certo que a Lei nº 10.409/2002, em muitos aspectos, tinha imperfeições que determinaram e determinariam o veto presidencial, mas ficam os comentários a respeito de a que aludia.

A Lei nº 6.368/76 é demasiadamente rígida com pessoas que não mereceriam tanta rigidez e, ao mesmo tempo, não abrange condutas, hoje muito perigosas na avaliação moderna do enfrentamento dos crimes de drogas. O art. 12 tem 18 núcleos do tipo; ou seja, 18 verbos das condutas incriminadas. Por exemplo, procurar embaraçar as pessoas de maneiras as mais diversas, como se traficantes fossem. Tipo penal do art. 12 - tráfico de drogas: fornecer, ainda que gratuitamente, droga. Por exemplo, a polícia chega a um grupo de drogados ou de usuários de drogas que estão repartindo um cigarro de maconha...

De acordo com a lei, o policial deve perguntar quem introduziu o "fininho" na roda. O traficante, então, deve receber uma pena de 13 a 15 anos por se tratar de um crime hediondo, inafiançável, sem direito a indulto natalino e ser cumprido em regime fechado. Esses são os verbos do art. 12, que procura embaraçar as pessoas. Muitas vezes, os tipos penais estabelecem garantia e limite da atuação estatal. Aqui não, pois se verifica que há o propósito claro de embaraçar os traficantes e assemelhar condutas que nada têm a ver com o tráfico.

O legislador estabeleceu várias condutas como se fossem semelhantes ao tráfico de drogas. Em três parágrafos, estabeleceu quem semeia plantas. Pelo princípio da especialidade, se um garoto for encontrado semeando uma planta de maconha, será considerado traficante porque pratica uma conduta análoga à de tráfico de drogas.

Um aluno da escola da magistratura, jurisdicionando numa comarca do interior, foi procurado por uma senhora que estava desconfiada de seu filho, que cuidava muito bem de um vasinho muito bonito. O Delegado lhe disse que aquilo era maconha e que seria obrigado a autuá-lo em flagrante. Não poderia relaxar a prisão em flagrante porque constitui crime inafiançável e não poderia merecer a liberdade provisória. Pelo princípio da especialidade, autuou o garoto por tráfico de maconha. O Juiz me disse que não conseguiria condenar esse garoto a uma pena de 13 a 15 anos. Então, disse-lhe: "Colega, o princípio de especialidade determina que esse é o enquadramento legal devido, mas nenhum Juiz assume a responsabilidade moral de uma condenação, ainda mais uma condenação tão séria". Ai, o Juiz se atrapalhou, pois a lei fala em semear plantas, e era apenas uma planta. Dessa forma, o Juiz absolveu o garoto por falta de tipicidade, pois se tratava apenas de uma planta.

O zeloso Promotor recorreu, e os tribunais fizeram uma analogia em "bona parte" e remeteram para o art. 16, que diz respeito ao Conselho de Pessoal, mesmo assim, com pena de 3 meses e 2 anos de suspensão condicional da pena.

Como o legislador não sabia mais como definir condutas que seriam tráfico, introduziu esse tipo aberto, absolutamente censurável no direito penal, ou seja, contribuir de qualquer forma. O termo "contribuir de qualquer forma" é entendido de diferentes formas por uma autoridade. Pode ser alguém que esteja usando uma camiseta com uma flor de "marijuana", alguém que, num conclave estudantil, apresenta-se a favor de uma mudança no tratamento penal em relação às drogas. É o tipo aberto que não estabelece, com clareza, o que está a proibir. São 18 núcleos do tipo para tráfico, ao passo que, para o porte de drogas, há tão-somente três verbos: adquirir, guardar ou trazer consigo substâncias entorpecentes ou semelhantes. Enquanto são 18 verbos incriminadores de condutas que significariam tráfico de drogas, há apenas três verbos no art. 16.

É uma questão séria, pois se for uma pena de 6 meses a 2 anos e o pagamento de multa, caso condenado, o usuário de droga acabava recebendo a suspensão condicional da pena. Uma vez, estive no Ceará e disse: não há casos, no Rio Grande do Sul, de alguém que esteja preso por porte para uso pessoal de drogas, a não ser que exista confusão, face à amplitude do art. 12. O cearense, então, disse: isso ocorre na sua terra, porque aqui, se o acusado não pode pagar fiança, levará 4,5 meses para o Juiz apreciar o flagrante.

Fiz uma verificação na época, quando estava no Conselho Federal de Entorpecentes, e percebi que havia muitas pessoas presas por porte de drogas para uso próprio. Além disso, havia o problema de discernir o que era alcançado pelo art. 12 e o que seria relativo ao art. 16. Agora, de forma adequada, a maioria dos tribunais brasileiros está adotando os juizados especiais, ou seja, os usuários de droga apenas estão sujeitos aos termos circunstanciados feitos na polícia, e depois são levados aos juizados especiais, recebendo penas alternativas ou transações penais. Esses novos meios processuais, reforçando a repressão, não significam melhor controle do problema.

Deixo essa reflexão da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes. Foi apontada a distorção mundial de que as polícias e os órgãos judiciais muitas vezes apenas alcançam os vendedores de rua e os toxicômanos, medida que deixa intacta a verdadeira estrutura e a cadeia de produção e distribuição do tráfico. Isso cria uma pressão no sistema penal e aumenta a população penitenciária e as despesas, estabelecendo toda a amplitude de gastos na repressão a essas pequenas circunstâncias do tráfico de drogas. É um dinheiro que poderia ser aplicado na prevenção e no tratamento do nosso maior problema de drogas psicoativas, que é o abuso das drogas legais, o tabaco, os medicamentos, etc.

Infelizmente, existem aspectos ideológicos muito fortes. Essas práticas ponderadas e de apreço à soberania nacional são substituíveis pela mensagem autoritária e ideológica de guerra às drogas. Até no nosso simpósio falamos de luta contra as drogas. São modelos belicosos trazidos dos Estados Unidos, onde se estabeleceu substancialmente a substituição da guerra aos comunistas por guerra às drogas, luta contra as drogas, flagelo das drogas. Com isso, perpetuam-se os assaltos ao meio ambiente e desprezam-se estratégias como a de redução de danos. As prisões são inundadas com violadores da lei de pouca ou nenhuma importância no tráfico de drogas.

Não vim aqui para falar o contrário. Há toda uma criminalidade violenta e ameaçadora que permeia a questão das drogas ilícitas, mas os principais problemas de saúde pública são provocados pelo consumo de drogas psicoativas legais - álcool, tabaco e medicamentos.

Gostaria de apresentar vários "slides", mas concluo minha fala dizendo que propugno por uma visão integral e equilibrada do tema. A repressão tem sua finalidade e seu sentido, mas somente se justifica se enfrentarmos verdadeiramente o tráfico organizado, os crimes conexos, os altos lucros auferidos por pessoas ligadas a esse fenômeno econômico extraordinário que é o tráfico de drogas e todos os delitos conexos. Se não houver essa dimensão, se continuarmos acreditando que a única coisa concreta existente no mundo é polícia, Promotor, Justiça e cadeia, continuaremos com esse insucesso que tem caracterizado a nossa atuação nas últimas décadas. Muito obrigado.



- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Daremos início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizarmos o debate, solicitamos aos senhores participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo aos expositores, para a sua resposta.

Esta Presidência avisa a todos e informa que as palestras proferidas até agora já estão disponíveis na página da TV Assembléia: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br). Quem quiser poderá acessá-la. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, porque haverá reprise do evento pela TV Assembléia, o que ocorrerá nos seguintes dias e horários: no dia 27 de maio, sábado, às 8 horas, passará a reunião da parte da manhã; e, no dia 28 de maio, domingo, às 8 horas, a parte da tarde, em que se incluem essas três conferências. Quem quiser poderá gravar a reprise.

#### Debates

O Sr. Aloísio Andrade - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Gostaria de dar um testemunho pessoal e rápido em relação ao trabalho do Dr. Márcio Siqueira na Divisão de Tóxicos, do nosso querido Juiz e do Dr. José Eustáquio, com quem temos realizado um trabalho muito bom, de alta qualidade, na Codac, na comissão dos leilões. Tivemos oportunidade de conviver, durante muitos anos, com o Dr. Matias Flach, no Conselho Federal de Entorpecentes, inicialmente representando a Associação Médica Brasileira e depois como Presidente do Colegiado de Presidentes. Sou testemunha de que o Dr. Matias fez um grande avanço na percepção da questão e conduziu os trabalhos, durante o período em que foi Presidente do Confen, de maneira séria, adequada e avançada, não ficando preso à conceitualização antiga. Lamento a forma como foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas, sem nenhuma consulta ao Confen, que, apesar de todas as dificuldades, já existia há 18 anos e tinha a sua capilaridade.

A minha pergunta diz respeito ao que considero hoje o ponto nevrálgico da questão de como lidar com os bens apreendidos. A maior parte das sentenças demoram um período prolongado para serem definidas. O trânsito em julgado é e deve ser lento. Não há como ser rápido, pois não se podem fazer condenações sumárias. Há 12 anos, realizamos o primeiro leilão dos bens. O Dr. Matias era Presidente na época. Conseguimos realizar o segundo no final do ano passado, depois de aproximadamente onze anos. Até agora, todos os três leilões realizados não se reverteram em dinheiro para o Estado em razão de uma série de empecilhos.

Na tentativa que a Senad desenvolveu na tal tutela cautelar, que seria para pôr preço nos bens, e então terminado o processo, se aquele suposto traficante fosse julgado inocente, esses bens ser-lhe-iam devolvidos dentro dos valores corrigidos por determinados critérios estabelecidos.

A minha pergunta é dirigida aos Srs. José Eustáquio e Matias Flach. Na visão dos senhores, o que pode ser feito para agilizar essa questão dos leilões? Os Juizes entendem que essa tutela cautelar não é adequada. O que fazer, de prático, para que imediatamente seja feita a apreensão numa situação clássica, como, por exemplo, no caso citado pelo Dr. Márcio sobre os 2.000kg de maconha? Não há dúvidas de que aquilo não era para uso próprio. O que se pode fazer para agilizar esse processo judiciário?

O Sr. Luiz Matias Flach - Primeiro a minha homenagem ao Dr. Aloísio Andrade. Realmente ele fez uma remissão de justiça aos bons momentos que tivemos no Confen, com sua participação e colaboração. Ele sempre foi uma pessoa de absoluta dedicação nas questões relativas a esse Conselho, absolutamente prestativo, educado e colaborador. A perseverança que tem no tema só pode engrandecer a sua pessoa e o Estado de Minas Gerais.

Essa questão dos bens é realmente assombrosa.

Foi uma boa previsão essa de estabelecer por lei uma forma de criar esse fundo nacional de combate às drogas na época - o nome é um pouco maior. Tínhamos naquele momento, por falta de servidores, de funcionários, dificuldades de conseguir desenvolver esses leilões em toda a sua plenitude. Havia embaraços diversos, mesmo assim estabelecemos convênios com o Estado e conseguimos realizar alguns leilões e distribuir valores.

Tenho a impressão de que, quando o tema passou para a Presidência da República, imaginou-se que haveria muito mais disponibilidades de recursos materiais e humanos para agilizar essa questão. Essa era a impressão que tínhamos.

Mas já se fizeram alterações na lei do Funcab muito nocivas. A regra era que os bens apreendidos seriam destinados a leilões, cujo produto - reservada a parte pactuada, avençada com os Estados ou realizadores do leilão - deveria ser distribuído para projetos bem apresentados perante o Confen. Esses poderiam ser de prevenção, relativos às comunidades terapêuticas, ou projetos aprovados pelos conselhos estaduais, sendo exceção o uso do bem apreendido "in natura". A regra é tão-somente, numa petição arazoada, articulada e justificada de algum órgão policial ou judicial, especialmente o policial, reivindicar a permanência do bem para utilização do órgão policial por circunstâncias muito especiais. Isso somente poderia ser deliberado por decisão articulada do plenário do Confen.

Mudou-se a lei. Agora, esses recursos podem servir para delegações brasileiras que vão ao exterior. Vejam, tiraram esses poucos recursos a serem empregados nos diversos setores de combate às drogas para custear delegações brasileiras que vão em representação ao exterior. Estabelece-se como possibilidade concreta as autoridades policiais permanecerem com os bens, apenas levando para o leilão aqueles bens tornados desinteressantes para a polícia, obviamente carimbados dentro do que acontece e das necessidades policiais conhecidas. Não desconheço isso, porque, em grande parte da minha vida, fui policial.

Então, já se perdeu um pouco do espírito. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que, quando assumiu a Senad, o Dr. Wálter Maierovitch teve uma idéia interessante de estabelecer uma possibilidade judicial de venda antecipada dos bens, mediante caução. Se o Estado, depois, não conseguisse demonstrar a culpabilidade do agente, de quem se expropriou o bem, caberia a indenização. Providência muito interessante.

Vamos convir. Se não conseguimos fazer o leilão ao natural, se há uma dificuldade imensa de fazer um leilão com os bens localizados e estabelecidos, pensar que se possa, com facilidade, criar isso nas varas da Justiça, por mais esforçados, diligentes, qualificados que sejam os magistrados, é muito difícil. Estabelecer um procedimento civil de caucionamento, com venda antecipada e, ao mesmo tempo, estabelecer títulos que podem ser resgatados, se posteriormente houver a absolvição do agente, é muito sofisticado. Não acredito que isso tenha sido feito no Brasil até agora. Essa idéia remonta a 1998. Fui Presidente do Conselho, de 1994 a 1998. Foi, então, criada a Senad, passando-se as

atribuições para a Casa Militar, criando-se essa forma.

Não acredito que, de 1998 a 2006, tenha-se conseguido executar essa forma difícil, embora intelectualmente de valor, percebendo o problema de aguardar a sentença final, o que muitas vezes significa a deterioração do bem por circunstâncias as mais diversas. Então, meu estimado amigo Aloísio, acho que se perdeu um pouco o espírito do Funcab. Em termos materiais e em termos de pessoal, se poderia esperar que a Senad fizesse muito melhor, mas essa possibilidade de os bens melhores serem imediatamente utilizados na repressão - e se esgotam na própria repressão -, acredito, foi a melhor decisão. Não que não se pudesse fazer isso. Volto a dizer que a destinação "in natura" poderia ser permitida extraordinariamente por decisão fundamentada do plenário do Confen, mas não se tornar uma prática comum, o que levou à perda das idéias mais ricas do Funcab, quando se poderia imaginar que agora seria feito muito melhor.

O Juiz José Eustáquio Lucas Pereira - Aproveitando as palavras do ilustre colega, Dr. Luiz Matias, e a abordagem feita pelo ilustre Dr. Aloísio Andrade, inteligente e oportuna, creio que mister se faz que todos os bens dos traficantes, adquiridos ou utilizados para o tráfico, devam ser expropriados o mais rápido possível. Nós, Juizes, temos procurado, durante a formação da culpa, que é o prazo da tramitação do processo, para não colocar o réu ou o acusado em liberdade por excesso de prazo, proferir a sentença de mérito no prazo máximo de 122 dias. Hoje o nosso Tribunal de Justiça tem entendido que esse prazo deva ser de apenas 122 dias, para não se incorrer no excesso de prazo. Ao fazer a instrução processual, já perquirimos, também, em relação à origem dos bens adquiridos pelo traficante, as finalidades dos bens também apreendidos; e todas as vezes que fica cabalmente comprovada, dando a ele a ampla defesa, decretamos seus perdimentos, como é feito da condenação. Isso é plenamente previsível no parágrafo único do art. 143 da Constituição Federal, artigo sugerido à época pelos nossos legisladores constituintes, por um filho de Minas Gerais, salvo engano pelo Dr. Elias Murad, previsto no art. 91, inciso II do Código Penal; e é previsto na lei citada pelo colega sulista, de nº 10.409, em seu art. 48, §§ 3º e 4º. Então, mister se faz que o Juiz decrete esse perdimento de bens, como é feita a condenação. Daí peço aos nobres Delegados aqui presentes que, ao presidirem os inquéritos, façam prova não somente acerca da conduta do acusado em relação ao tráfico de drogas, mas também em relação aos seus bens, em relação aos bens utilizados ou provenientes do tráfico de drogas, para que, na própria sentença, possamos decretar esse perdimento.

Em primeiro grau, o processo tramita com muita rapidez. O nosso Tribunal de Justiça também tem decidido rapidamente.

Atualmente, Dr. Luiz Matias, ex-Presidente do Confen, remetemos, tão logo transitada em julgado a sentença, os numerários apreendidos para a Senad, ou seja, o perdimento é aplicado em favor da União, com o objetivo de combater o narcotráfico. Entretanto, segundo informação que temos, Dr. Luiz Matias, o governo federal está usando esse dinheiro como superávit primário. Só neste ano, não sei se apenas em Minas Gerais ou em todo o País - esse dado poderá ser confirmado pelo Subsecretário Estadual Antidrogas -, foram recolhidos cerca de R\$40.000.000,00, e todo esse dinheiro foi destinado à Senad, quando deveria ter sido aplicado no combate ao narcotráfico.

Foram realizadas três reuniões, e, recentemente, foi celebrado um convênio entre a Subsecretaria e a Senad. De acordo com ele, o Judiciário teria 10% dessa verba resultante do leilão dos bens móveis e semoventes; o Ministério Público, mais 10%; a Subsecretaria, 20%; nossas milícias, 30%; ficando os outros 20% com a própria Senad. Entretanto o repasse não ocorreu até hoje. O Cloves está presente e poderá confirmar minhas informações. Com relação à Senad, nas oportunidades que tive de falar com o Gen. Uchôa e com o Dr. Ramon, pessoas maravilhosas, as minhas indagações foram veementes, mas o dinheiro para o combate ao narcotráfico até agora não apareceu.

O Sr. Luiz Matias Flach - Ouvi com atenção a manifestação clara do colega e quero dizer que trouxe um dado de legislação. Não sei se esse dinheiro está sendo usado para financiar as delegações brasileiras. Não posso fazer essa afirmativa; posso apenas dizer que houve uma alteração legislativa autorizando isso.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Subsecretário Antidrogas do Estado de Minas Gerais, Dr. Cloves Eduardo Benevides.

O Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Dr. Luiz Matias Flach, companheiro José Eustáquio, Delegado Márcio Siqueira, mesmo considerando-se o adiantado da hora, justifica somar minhas palavras às de nossos palestrantes.

Primeiro, quero confirmar que o dado oferecido pelo Dr. José Eustáquio é verdadeiro: a Secretaria Nacional Antidrogas, com toda a sua arrecadação, que se origina dos leilões, das taxas para a movimentação e produção de insumos químicos e dos valores apreendidos nas instruções criminais, tem obtido volumes consideráveis, mas está sendo impedida de usá-los.

A primeira razão para isso é o fato de o governo federal arrecadar, mas não prever no orçamento o investimento. Trabalhamos, no ano passado, com uma arrecadação de cerca de R\$38.000.000,00 no Fundo Nacional Antidrogas, mas com um orçamento provisionado no Senad de cerca de R\$7.000.000,00. Isso acontece graças ao Dispositivo Constitucional nº 243, do Prof. Murad, que determina que o valor apurado com os leilões e alienações devem ser destinados integralmente para as ações de prevenção, tratamento e repressão. O governo coloca esse recurso na conta do superávit, porque, de acordo com o dispositivo constitucional, não pode ser usado em outra área. Como não há provisão orçamentária, mesmo havendo arrecadação, é impossível fazer a aplicação dos recursos nos programas

Só recebemos delegação de competência da Senad para organizar os leilões em 1993, mas não recebemos cadastros de localização dos bens e situação processual. Tudo foi feito a partir de uma cooperação com o Juiz da Vara de Tóxicos, a Polícia Federal e os órgãos estaduais para resgatar as peças processuais.

Hoje a lógica é diferente. Quando o processo encerra, as varas especializadas remetem às secretarias as peças necessárias para orientar o leilão. Reafirmo que esse trabalho foi feito a partir da iniciativa dos órgãos do Estado. Os recursos - R\$800.000,00 nas duas empreitadas - vão ao Senad, e há todo um processo de prestação de contas. Ainda não recebemos nenhum repasse da verba auferida nos leilões. O processo é complicado e envolve alienação fiduciária, localização e situação em que os bens se encontram.

O discurso do governo federal é que essa é a fonte de recursos. As fontes de recurso devem ser os orçamentos; é preciso dinheiro da arrecadação formal do Estado destinado a essas práticas, e não apenas o que se pode produzir, colocando, nós, gestores, na posição de produtores. É preciso se preocupar com a real destinação do que é arrecadado.

Deputado, deixo a sugestão para que a Assembléia remeta ao governo federal, ao Senad, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, que o Fundo Nacional Antidrogas seja direcionado de modo que as ações possam ser estruturadas não apenas com os recursos do Estado, o que tem ocorrido em Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Já votamos o Funprem, que ainda não foi regulamentado.

O Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Na última semana, apresentamos uma discussão ao Deputado Fahim Sawan, debatida com o conselho, para a regulamentação do Funprem. Minas Gerais é o único Estado do Brasil a ter esse fundo, criado, há 12 anos, na gestão do Dr. Aloísio Andrade. Assim, poderá haver uma unidade orçamentária em condições de captar as ações nos vários segmentos em que ocorrem.

O Sr. Presidente - Isso é importante. Cobraremos mais rapidez ao Governador, sensível às questões sociais. Obrigado. Pergunto aos palestrantes o seguinte: percebo que, de dentro das prisões, os bandidos, por telefone, continuam fazendo assaltos e seqüestros. Por que não há condições de a Justiça ou a polícia bloquear as ligações, uma vez que é quase impossível impedir que os aparelhos de celular cheguem até eles?

O Juiz José Eustáquio Lucas Pereira - É possível bloquear essas chamadas de telefones celulares dentro dos presídios. É fácil e deve ser feito. Por isso disse que o Estado deve melhorar a nossa milícia. O que ocorre dentro dos presídios é corrupção: o carcereiro ou o policial dá o celular ao preso a troco de R\$100,00 ou R\$200,00. Isso é uma vergonha e deve ser mudado e observado pelas nossas Corregedorias e polícias, principalmente pelos responsáveis pelas casas de acatamento, as prisões. O Secretário de Defesa Social e a superintendência das organizações penitenciárias deveriam olhar esses presídios com mais afinco. Isso ocorre não em face da deficiência da localidade, mas em face da deficiência humana. São atos de improbidade de policiais que vendem e passam drogas e celulares para presos. Essa é uma realidade nos nossos presídios. Assim como é uma realidade o fato de os maus policiais, não preparados para o cargo, cobrarem por uma vaga nas penitenciárias. Isso não vem acontecendo atualmente porque houve uma alteração, mas vinha ocorrendo em alguns presídios da Capital e do Estado. Isso é uma vergonha. Talvez o Sr. Márcio Siqueira tenha algumas informações. Sempre digo que o policial deve ser bem pago, e o policial despreparado deve ser estirpado das corporações. Tenho certeza de que, assim, todos os policiais de bem, de bom caráter e responsáveis comungam da minha posição.

O Delegado Márcio Siqueira - Tivemos problemas dentro da Divisão de Tóxicos também, e não necessariamente é o policial que passa o celular. Em duas oportunidades, o advogado levou o celular, pois goza do benefício de não passar pela revista antes de se encontrar com seu cliente, e, nesse momento, houve esse problema. O nosso sonho é que seja feito esse bloqueio, porque, dentro da Divisão de Tóxicos, o celular é usado para planejar. Já desbaratamos várias tentativas de invasão da Divisão de Tóxicos comandadas de dentro do presídio. Volto a afirmar que, na minha administração, vários policiais foram afastados, não necessariamente por envolvimento com qualquer tipo de atividade de desvio de conduta, mas, mesmo que tenha fingido não ver o advogado passar, ele é afastado. O senhor conhece o meu perfil e sabe que vários policiais foram presos em trabalho conjunto nesse sentido.

O Sr. Luiz Matias Flach - Nos anos 70, quando era Delegado de Polícia, não havia celular nem as condições técnicas atuais, extraordinárias. Naquele tempo, o que acontecia fora do presídio, o presidiário ficava sabendo imediatamente. Naquele tempo, o crime já vinha de dentro para fora do presídio. Agora, com o celular, há problemas com a vizinhança, que é prejudicada; eles criam estações de telefone com qualificação técnica extraordinária. E as autoridades acabam prejudicadas, não podendo usar seus equipamentos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Tarcísio Cordeiro, da Federação das Associações, Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais - Fapaemg - , que deseja fazer uma pergunta. Agradeço-lhe a presença.

O Sr. Tarcísio Cordeiro - A minha pergunta é dirigida ao Dr. Luiz Martins. O assunto das drogas é muito grave e está centrado na nossa infância e juventude - os índices apontam que são eles os maiores consumidores. Praticamente não encontramos literatura sobre o assunto, a não ser que seja com finalidade científica ou jurídica.

O Confen, nas suas normas, na sua estrutura e na aplicação das leis, possui alguma regulamentação que impeça ou dificulte a divulgação dessas informações direcionadas aos adolescentes? O senhor entendeu a pergunta?

O Sr. Luiz Matias Flach - Sobre o seu comentário, a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad - tem proporcionado boas cartilhas relativas à questão das drogas. Uma ou outra merece alguma controvérsia no meio científico, mas estabelece disposições interessantes.

Portanto, acredito que o senhor deveria dirigir-se à Secretaria Nacional Antidrogas - Senad - e solicitar o conjunto bibliográfico que a Senad tem. Recomendo-lhe que entre em contato com a DST-Aids, outro órgão do Ministério da Saúde, que poderá oferecer-lhe boa literatura, bons folhetos, boas informações. Prioritariamente peça o material do Senad e da DST-Aids, cuja literatura é boa.

O Sr. Tarcísio Cordeiro - Conheço esses trabalhos a que o senhor se referiu, mas não encontro esse tipo de livro nas livrarias. Entro nos colégios e não encontro os adolescentes lendo sobre esse assunto. Pergunto-lhe: o Confen tem alguma regulamentação que impeça que isso seja feito, a não ser por intermédio do governo?

O Sr. Luiz Matias Flach - Não. O Confen não pode impedir nada, porque já não existe desde 1998. Ele foi extinto e substituído por outros mecanismos, e foi em relação a eles que me manifestei.

Obviamente, antes de 1998, o Confen via com boa-vontade e interesse qualquer obra, trabalho e informação que pudessem servir de auxílio a nossos jovens e nossas escolas.

O Sr. Tarcísio Cordeiro - Obrigado.

O Sr. Presidente - Sr. José Eustáquio, vou permitir-lhe que faça uso da palavra, e aproveito para fazer-lhe mais uma pergunta: O que fazer para expandir a competência das varas especializadas? Às vezes um Juiz dá uma sentença que atinge um delito em outra cidade. Já o Juiz da outra cidade não permite essa sentença ou demora para expedi-la, o que dá tempo aos bandidos de se organizarem, e, quando a polícia chega, pouca coisa encontra.

O Sr. José Eustáquio Lucas Pereira - Entendi a preocupação do Professor, mas só gostaria de enfatizar que, quando o tabaco era usado de maneira indiscriminada em nosso país e as propagandas de cigarro eram exibidas na mídia sem nenhuma regulamentação, fumava-se mais. Depois que a mídia começou a transmitir propaganda negativa do tabaco, dizendo que cigarro provoca câncer, mau hálito, etc., o consumo de tabaco caiu, porque houve uma maior informação ao usuário e à sociedade. Está aí a preocupação do professor.

Nosso jovem deve ser orientado sobre as conseqüências do uso de entorpecentes. A nossa divulgação, nesse aspecto, é muito pouca ou quase nenhuma. O Prof. Aloísio, "expert" no assunto, faz palestras educativas maravilhosas, mas não vejo a mídia dar ênfase especial a elas. Os nossos governantes deveriam fazer a mídia mostrar para a sociedade as conseqüências negativas do uso da droga.

Com relação à indagação feita pelo Deputado, gostaria de esclarecer que a competência de cada Juiz é estabelecida em razão do lugar e da matéria. Quando um Juiz profere decisão na Comarca de Belo Horizonte, evidentemente que essa decisão será cumprida em outras comarcas, em comarcas vizinhas ou contíguas. Por consideração ao colega, pedimos que apresente o mandado de busca ou o documento ao Juiz, dando a ele ciência, e ele exará o "Cumpra-se". Nesse aspecto, a decisão é uma só. O Juiz competente é o Juiz natural da causa, estabelecido em razão da matéria e da localidade do delito.

Quando disse sobre uniformização do procedimento dos Juizes, foi no sentido de que pedidos de uma cautelar feitos em Betim ou em Contagem não tivessem entendimentos diferenciados de uma cautelar decidida pelo Juiz de Belo Horizonte. As decisões deveriam ser mais eqüitativas ou

iguais, para se evitar que existam decisões tão diferenciadas.

É óbvio que o Juiz, ao analisar uma cautelar de monitoramento de busca e apreensão - não obstante o ilustre colega do Rio Grande do Sul, com muita propriedade, ter dito que, às vezes, esse instrumento é usado de maneira arbitrária por parte daquelas pessoas que detêm essa autorização - cerca-se de cautela, de modo a não deferir tais pedidos sem desobedecer a um certo rigor. Solicitamos aos Delegados que, quando pedirem monitoramentos, que expliquem os motivos e digam se há indícios de que aquele elemento esteja cometendo um delito.

No que tange à busca e apreensão, é a mesma coisa, ou seja, o Delegado junta peças e informes de que aquele elemento já tenha sido fiscalizado pela Polícia, que foi feito um levantamento na região e constatado, inequivocamente, que ele está traficando drogas. Daí, o Juiz autoriza a busca e apreensão, ou seja, a quebra do seu domicílio, de modo que essa busca possa ser feita em sua residência.

O Delegado Márcio Siqueira - Há poucos dias, vivenciamos esse problema. Há vários meses, estávamos envolvidos em uma investigação, que era do conhecimento do nobre Juiz. Aliás, houve confronto e troca de tiros, e conseguimos prender o traficante. O imóvel em que possivelmente estaria a droga se localizava em uma cidade contígua. Existia um mandado de busca, expedido pelo combativo Juiz, e o magistrado de lá se recusou a expedir o "Cumpra-se". Infelizmente, a droga não foi apreendida. Havia outros meios de prova. O meliante foi preso pela associação, mas foi frustrada a nossa ação legítima, acompanhada, há vários meses, pelo Juiz. A nossa pergunta é: esse poder dado às Varas Especiais de Belo Horizonte não poderia se estender, sem a devida necessidade do "Cumpra-se", na outra comarca, em razão da especialidade e do conhecimento prévio de V. Exa. em relação à matéria?

O Juiz José Eustáquio Lucas Pereira - Entendi a ponderação do Dr. Márcio, por sinal, muito precisa e oportuna. Realmente, o fato ocorreu. Concedi a ele um mandado de busca. Havia provas suficientes que autorizassem o Delegado a quebrar o domicílio do suposto traficante, onde provavelmente, havia drogas. Por questão de consideração, pedi que passasse na comarca, no fórum, e colhesse o "cumpra-se" do colega da cidade vizinha. Mas, infelizmente, segundo o Márcio Siqueira, ele se recusou, alegando que estava de plantão, e não era Juiz de Vara Criminal, muito menos de Tóxicos.

Mister se faz universalizar esses procedimentos. Márcio, tenho que o "cumpra-se" do Juiz é obrigatório. O Juiz autorizou, e o Delegado da Polícia estava com respaldo do Judiciário para proceder àquela busca. A Polícia não o fez por levar em consideração que aquele magistrado teria outros conhecimentos, outras decisões, e constantemente estaria com ele ali. Creio que tenha sido isso.

No que tange à prorrogação da nossa competência, das Varas de Tóxicos, creio que mister se faz a instalação, em todo o Estado ou nas maiores cidades, das Varas Especializadas de Tóxicos. Poderia a nossa jurisdição ser ampliada. Para tanto, bastaria uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A nossa Constituição é muito clara nesse aspecto: cada Estado administra a sua justiça. Temos, por exemplo, a Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, com competência territorial em todo o Estado. Nada impede que a competência dos Juizes das Varas Especiais de Tóxicos também se amplie, pelo menos na chamada circunscrição judiciária de Belo Horizonte, ou seja, a Grande BH e as cidades limítrofes, de fácil acesso, como Betim, Contagem, Santa Luzia, Nova Lima e outras.

O Sr. Presidente - Agradecemos aos três palestrantes e colocamos o microfone à disposição, para as considerações finais de cada um. Com a palavra, o Dr. José Eustáquio, para as suas considerações finais.

O Juiz José Eustáquio Lucas Pereira - Agradeço ao Deputado o convite e o parabenizo por esta iniciativa.

Quando falamos em responsabilidade compartilhada, vimos que a sociedade realmente está preocupada em combater o narcotráfico, está preocupada com o usuário. Isso nos alegra muito e faz com que tenhamos mais esperança no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

Agradeço o convite que me foi feito e coloco-me à disposição para participar de outros eventos. Ademais, quero tranquilizar a sociedade belo-horizontina. Em Belo Horizonte, o tráfico existe, mas está controlado. O Dr. Márcio Siqueira é testemunha disso.

Algumas pessoas entendem que o combate está sendo feito de forma tão veemente que traficantes estão saindo de Belo Horizonte para se instalarem na periferia, onde não temos competência; por isso, como bem expôs o Deputado, vislumbra-se a possibilidade de aumentar a competência das Varas de Tóxicos, enfim, a competência das Polícias Civil e Federal para combater, com veemência, o tráfico de drogas. Sr. Deputado, estou à disposição para participar de outros debates. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. José Eustáquio, para o qual peço uma salva de palmas. Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Márcio, a quem já agradecemos.

O Delegado Márcio Siqueira - Mais uma vez, agradeço-lhes a oportunidade. Quando fui convidado a participar de outros eventos, coloquei-me à disposição. Sempre que for convidado para falar de qualquer questão ligada à minha atividade, comparecerei.

Preciso deixar uma mensagem. Existe uma grande preocupação acerca da nossa administração. Quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido, falo em nome da cúpula da Polícia Civil. Tenho de afiançar-lhes que se trata de um trabalho sério e comprometido. Ressalto que, em todos os setores, existem problemas e desvios de conduta; entretanto, na Divisão de Tóxicos, eles são acompanhados, de forma que a maçã podre não contamine as demais. Novamente, colocamo-nos à disposição para participar de outros eventos. Agradeço a todos os presentes. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Márcio Siqueira a efetiva e importante participação. Com a palavra, o Dr. Luiz Matias.

O Sr. Luiz Matias Flach - Deputado Doutor Viana, minhas palavras são as mesmas proferidas pelos meus colegas. Agradeço-lhe a oportunidade. Estarei em meu Estado, o Rio Grande do Sul, à disposição para participar sempre que for conveniente.

Vir a Belo Horizonte é algo que nos enriquece o coração. Sinto-me muito feliz. Os componentes da Mesa, embora atuem em atividades diversas e possuam experiências diferentes, mostraram-se delicados. Tive a especial oportunidade de transitar nas duas áreas: a policial e a judiciária.

Agradeço aos que ainda estão acompanhando nossos trabalhos a atenção. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos-lhe, pois se deslocou de tão longe, para nos prestigiar com essa bela exposição. Desde já, desejamos-lhe um tranqüilo retorno ao lar.

Agradeço à Polícia Federal - representada aqui pelo Dr. Alexandre, a quem agradecemos a presença e o grande trabalho que vem realizando, no País, para moralizar e cumprir o seu dever, o que muito nos orgulha; às Polícias Militar e Civil, que hoje estão integradas no Estado,

produzindo um retorno muito melhor de segurança para a cidadania - isso já se vê nos resultados obtidos na diminuição da criminalidade no Estado -; às entidades e às instituições que se fizeram presentes; aos palestrantes daqui e de fora; ao Poder Judiciário, que também presta grande colaboração; à Assembléia Legislativa; a todos os Deputados que participam da Frente Parlamentar; à nossa competente assessoria e consultoria; à TV Assembléia; e a todos que nos acompanharam neste ciclo de debates tão importante.

Para realmente obtermos êxito em tudo isso, precisamos principalmente da educação, da prevenção e do tratamento dos dependentes. Se atendermos a todos esses parâmetros de maneira correta, teremos de combater muito pouco a criminalidade e o tráfico de drogas. Em vez das palavras de luta, combate ou guerra contra as drogas, que, aliás, foram muito bem ditas por V. Exa., passaremos a falar em conquistas e vitórias. Para que isso ocorra, é preciso que cada um de nós faça a sua parte.

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 18/5/2006

Presidência do Deputado Doutor Ronaldo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Cesar - Palavras do Sr. Gustavo Faria do Amaral - Exibição de "slides" - Palavras do Sr. Elton Batista de Oliveira - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Apresentação Musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Doutor Ronaldo - Maria Olívia - Paulo Cesar - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Ronaldo) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Elton Batista de Oliveira, Presidente do Lions Clube de Nova Serrana; Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Leo Clube Fas de Nova Serrana; João Duarte Nunes, Governador da Associação Internacional de Lions Clubes - Distrito LC 4; a Exma. Sra. Maria José Pedral Couto, esposa do Sr. João Duarte Nunes; e os Exmos. Srs. Jorge Massuha Curi, Vice-Governador da Associação de Lions Clubes - Distrito LC 4; e Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Lions Clube de Nova Serrana, pelo transcurso de seus 30 anos de fundação, e o Leo Clube Fas de Nova Serrana, pelo transcurso de seus 10 anos de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Grupo Vida Nova, da Renovação Carismática de Nova Serrana.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Paulo Cesar

Exmos. Srs. Deputado Doutor Ronaldo, amigo, companheiro, colega do PDT, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Elton Batista de Oliveira, Presidente do Lions Clube de Nova Serrana; Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Leo Clube Fas de Nova Serrana; João Duarte Nunes, Governador da Associação Internacional de Lions Clubes - Distrito LC4, 2005-2006; Maria José Pedral Couto; Jorge Massuha Cury, Vice-Governador da Associação Internacional de Lions Cubes - Distrito LC4, 2005-2006; meus senhores, minhas senhoras, caros amigos, conterrâneos de Nova Serrana, telespectadores da TV Assembléia; meus companheiros de gabinete; cumprimento todos, na pessoa da Núbia, que foi muito importante para a realização desta solenidade aqui hoje.

Quando me tornei sócio-fundador do Lions Clube de Nova Serrana, não poderia imaginar que algum dia teria a oportunidade de homenageá-lo aqui, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 30 anos depois. Lembro-me de que foi numa terça-feira, 20/4/76. Aquele dia foi de grande emoção, entusiasmo e alegria. Podem vocês imaginar a emoção que sinto hoje, ao prestar esta homenagem na presença de velhos e novos amigos Leões. Alguns, inclusive, presentes naquele dia. Não poderia, portanto, deixar passar em branco esta data, pois sempre tive o Lions Clube de Nova Serrana como referência no esforço humanitário e, como tal, digno de ser homenageado. Formado por homens e mulheres que trabalham como voluntários, de forma incansável, sob o magnífico lema "Nós servimos" - e como servem!

Companheiros e domadoras, esta noite é de festa e alegria. Estamos felizes e orgulhosos.

Nesta oportunidade, em que exaltamos nossa organização, julgo oportuno situá-la historicamente, para que esta esteja sempre viva na memória de todos. A Associação Internacional de Lions Clubes nasceu do sonho de Melvin Jones, um empresário abnegado do Arizona, nos Estados Unidos. Aos 20 anos de idade, Melvin Jones mudou-se para Chicago, onde se associou a uma companhia de seguros e, em 1913, fundou sua própria agência. Como membro do Círculo de Negócios de Chicago, uma espécie de associação comercial, um grupo de empresários que se reunia na hora do almoço, logo foi eleito secretário.

Porém Melvin Jones acreditava que os clubes comerciais deveriam não só se ater às preocupações profissionais, mas também ao bem-estar das comunidades e do mundo como um todo. Com essa inquietação, Melvin Jones resolveu criar uma fundação que se empenhasse em levar melhor qualidade de vida aos que dela necessitassem. Sob essa ótica, ele foi um dos precursores das organizações do terceiro setor. Foi sob sua liderança dinâmica que os Lions Clubes conseguiram o prestígio necessário para atrair homens com mentalidade cívica. Melvin Jones, o homem cujo lema pessoal era: 'Você não pode ir muito longe enquanto não começar a fazer algo pelo próximo', tornou-se o principal condutor de pessoas com espírito de serviço humanitário em todas as partes do mundo, falecendo em 1º/6/1961, aos 82 anos de idade, e deixando um legado que perdura até nossos dias, praticamente em todo o planeta.

A mensagem do nosso fundador Melvin Jones ensinou-nos que, com generosidade e compreensão, é possível conseguir muito mais e com melhores resultados. O valor dessa mensagem foi tão grande que assegurou o êxito do Lions em todo o mundo. Começando com 30 clubes, temos agora, no limiar do séc. XXI, aproximadamente 45 mil clubes em todo o planeta. Estamos presentes em 186 países e contamos com aproximadamente um milhão e meio de pessoas vivendo na família do Lions. Todos os dias, essas pessoas servem suas comunidades inspiradas pelos valores de nossos objetivos e ética.

Esses valores são universais. Representam o legado real que temos herdado de nossos fundadores e um sólido marco em que podemos respaldar a todo momento, particularmente quando enfrentamos dificuldades.

O Leonismo exige um trabalho contínuo, ferrenho, que não lisonjeia os que nele ingressam, não ameniza suas durezas, não condescende com suas debilidades. É um trabalho que deve ser encarado com serenidade, transformando lutas em vitórias, cumprindo o dever de estar sempre digno a si mesmo.

Nesses 30 anos de existência do Lions de Nova Serrana, muita coisa aconteceu. As campanhas e ações beneficentes realizadas pelos Leoninos marcaram, com certeza, a vida de milhares de pessoas: crianças, jovens, idosos. A dedicação dos Leões na construção da Creche Sebastião Batista Lago, no Bairro Planalto, é um exemplo a ser seguido. Hoje temos dezenas de crianças matriculadas, que levarão para sempre a gratidão e o reconhecimento dos esforços dos companheiros e domadoras do Lions. Devo lembrar as inúmeras campanhas do agasalho, as campanhas para aquisição de equipamentos escolares e a criação do Araguaia Campestre Clube, entre tantas outras ações sociais que se torna impossível descrevê-las neste momento.

Abro um parêntese para fazer um agradecimento a dois companheiros, amigos Leões aqui presentes, que participaram do início e do término da construção daquele clube importantíssimo para Nova Serrana. São eles o Dr. José Maria Scaldini e Antônio de Souza Pinto. Nosso muito obrigado em nome do povo de Nova Serrana.

Esta solenidade também tem o objetivo de homenagear os 10 anos de fundação do Leo Clube de Nova Serrana, fundado no dia 19/6/1996. Esses jovens dedicados e atuantes simbolizam a esperança de que os ideais de Melvin Jones serão perpetuados. Tenho certeza que esta é a primeira homenagem de muitas que virão.

Nossos jovens do Leo Clube participam de Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, do Codema e Bolsa-Escola, além do já conhecido e reconhecido Sopão Leo, oferecido, há mais de oito anos para as pessoas necessitadas.

Portanto, minhas senhoras e meus senhores, companheiros e domadoras do Lions, como um homem que sempre lutou pelas causas sociais, seja como Prefeito de Nova Serrana, seja como Deputado Estadual, seja como cidadão, não poderia deixar de prestar esta homenagem ao Lions Clube de Nova Serrana e ao Leo Clube, por ocasião do seu 30º e do seu 10º aniversário, respectivamente.

Parabéns, meus amigos e amigas do Lions Clube de Nova Serrana. Parabéns aos novos amigos e amigas do Leo Clube. Desejo a vocês saúde e alegria para que as atividades do Lions prossigam cada vez mais. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Gustavo Faria do Amaral

Boa-noite a todos. Exmo. Sr. Deputado Doutor Ronaldo, representando o Presidente Mauri Torres; nosso amigo Elton, Presidente do Lions Clube de Nova Serrana; João Nunes, Governador do Distrito LC4; Jorge Cury, Vice-Governador da próxima gestão; e Deputado Paulo Cesar, nosso conterrâneo, companheiros Leo, é uma grande satisfação estar aqui, hoje, recebendo uma homenagem em nome do nosso clube. Lá se vão 10 anos.

Falar de Leo Clube para mim é uma emoção muito grande, tendo em vista o trabalho que ali desenvolvo há oito anos. Costumo dizer que não sou fundador por um erro de percurso. Trabalho ali, juntamente com os outros 27 companheiros. Todos nós desenvolvemos, há muito tempo, um trabalho que é reconhecido. Exemplo disso é esta homenagem prestada por nosso amigo, Deputado Paulo Cesar. É uma grande satisfação. Quem me conhece sabe dos valores religiosos que temos. Vejo uma passagem bíblica dizendo: "Mesmo que eu falasse a língua dos homens e de todos os anjos, sem amor eu nada seria". É justamente esse amor e essa dedicação que cada companheiro Leo tem com o movimento. Há oito anos, desenvolvemos o Sopão Leo no Bairro Novo Horizonte, que atende semanalmente em torno de 100 pessoas, direta e indiretamente. É com esse mesmo amor que os fundadores, ainda em 1996, participaram da primeira Gimprensa, sendo que o prêmio foi revertido para a compra de material pedagógico para a Apae de Nova Serrana. Desde os tempos da fundação, os companheiros Leo têm o ensejo de trabalhar em prol da comunidade. E esse trabalho é reconhecido. Exemplo disso é que, na gestão 1996-1997, ganhamos o primeiro Prêmio Nacional de Educação e Saúde com nossa campanha; e na gestão 2003-2004 ganhamos o Prêmio Internacional de Excelência. Agora temos, mais uma vez, a honra de sermos homenageados pelo Deputado Paulo Cesar. Diante de tudo isso, diante de todo esse nosso trabalho, diante de toda essa nossa dedicação, não só eu, na condição de representante do Leo Clube, como também todos os nossos companheiros - assim chamamos aqueles que têm essa causa encravada em seu coração -, estamos aqui para trabalhar pelo bem da comunidade. Ao Lions Clube e ao Leo Clube eu só tenho de desejar vida longa. Muito obrigado.

Exibição de "Slides"

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a uma exibição de "slides".

- Procede-se à projeção dos "slides".

Palavras do Sr. Elton Batista de Oliveira

Exmos. Srs. Deputado Doutor Ronaldo, Deputado Paulo Cesar, João Duarte Nunes e sua companheira, Sra. Maria José, Jorge Massuha Cury, Gustavo Faria do Amaral, demais Deputados, companheiros, jovens Leos, convidados e autoridades presentes, boa-noite a todos.

Companheiros, estamos aqui, com felicidade, atendendo ao gentil convite desta Assembléia Legislativa e do companheiro Deputado Paulo

Cesar, para dizer umas palavras. Aceitamos o convite e, refletindo sobre qual assunto deveríamos abordar, comecei a pensar o que falar sobre Lions, quando me vieram à memória lembranças das campanhas realizadas por nosso clube. Passei a observar os lemas de cada Presidente e, por conseguinte, as metas almejadas para o ano. Cada presidente empossado sempre quer dar o melhor de si na direção do Clube e pede a colaboração de todos os seus companheiros para o ano em que foi eleito.

Os trabalhos desenvolvidos em cada gestão são frutos de anos de experiência e dedicação de companheiros que nos antecederam e que, com espírito de iniciativa, presteza e companheirismo, construíram a base sólida em que está alicerçado nosso Clube. Com a renovação que vem acontecendo, eles garantem e nos dão a certeza de que o futuro nos reserva muito sucesso e conquistas.

As transformações por que passa o mundo atual, a velocidade da informação e a necessidade de acompanhar essa evolução colocam o Lions Clube como a melhor forma de alcançarmos e acompanharmos o progresso e desenvolvimento humano. As inúmeras formas de servir desinteressadamente o movimento leonístico são o caminho seguro e real para conseguirmos diminuir as desigualdades sociais, não só em nosso Município, Estado ou País, mas também no mundo como um todo.

Os companheiros e a comunidade são os maiores responsáveis para que isso aconteça. São todos capazes de se dedicar incansavelmente nessa conquista. Entregamo-nos de corpo e alma a essa maravilhosa causa para construirmos uma sociedade mais justa, companheira e fraterna.

E, para encerrar, gostaria de deixar uma linda mensagem a todos. Assim dizia Fernando Pessoa: "O importante não é o tempo que as coisas duram, mas a intensidade com que elas acontecem. Por isso é que existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis". Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem ao vídeo do Lions Clube de Nova Serrana.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Entrega de Placas

O locutor - Senhoras e senhores, o Deputado Doutor Ronaldo, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, em exercício, o Deputado Rêmolo Aloise, fará a entrega aos Srs. Elton Batista de Oliveira e Gustavo Faria do Amaral de placas alusivas a esta homenagem. Solicitamos a estes e ao Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, que se posicionem no local indicado pela equipe do Cerimonial.

A placa do Lions Clube traz os seguintes dizeres: "O Lions Clube de Nova Serrana foi criado com o objetivo de promover uma vida mais digna e justa, integrando os excluídos à sociedade. Para cumprir sua missão, o Lions cria e fomenta um espírito de compreensão entre as pessoas, promove os princípios de bom governo e boa cidadania e implementa o bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade. A homenagem da Assembléia de Minas a tão valorosa entidade, pelos seus 30 anos de solidariedade e compromisso social".

A placa do Leo Clube FAS de Nova Serrana traz os seguintes dizeres: "Formado por jovens, o Leo Clube FAS de Nova Serrana foi fundado, em 1996, visando ao bem comum e ao trabalho em equipe. Desde então, presta magnífico serviço nas áreas social, educacional e assistencial, sendo um competente aliado do poder público na garantia dos direitos e na formação do cidadão. A homenagem e os aplausos do Parlamento mineiro a essa valorosa entidade pelos seus 10 anos de atuação, na certeza de que seus trabalhos prosseguirão com absoluto sucesso".

- Procede-se à entrega das placas.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o grupo Vida Nova, da Renovação Carismática de Nova Serrana, que apresentará a canção "Quero Ser Instrumento", de Frei Fabrete.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Elton Batista de Oliveira, Presidente do Lions Clube de Nova Serrana; Sr. Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Leo Clube Fas de Nova Serrana; Sr. João Duarte Nunes, Governador da Associação Internacional de Lions Clubes - Distrito LC 4, 2005-2006, e sua companheira, Sra. Maria José Pedral Couto; Sr. Jorge Massuha Cury, Vice-Governador da Associação Internacional de Lions Clubes - Distrito LC 4, 2005-2006; Sr. Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores; meus jovens; a prestação de serviços humanitários por empresários e líderes profissionais constitui um digno exemplo de solidariedade, voltada para os indivíduos menos favorecidos.

Os Lions Clubes, em todo o mundo, representam uma associação altamente democrática, professando religiões e crenças políticas diversas, mas respondendo à mesma e aprimorada postura ética. Seus membros esforçam-se pelo bem-estar das populações, valendo-se da amizade, do companheirismo e da compreensão mútua, sem nenhum benefício financeiro.

A comunidade de Nova Serrana tem-se beneficiado de numerosas ações nas áreas social, educacional e assistencial, desde a fundação, em abril de 1976, do seu Lions Clube.

Tem sido um importante parceiro do Estado na luta pela formação de autênticos cidadãos, bem como pelo reconhecimento de direitos e deveres da comunidade.

São notáveis, pela ampla repercussão, suas campanhas do agasalho, proporcionando um inverno mais suportável aos mais carentes, ao lado da aquisição de material escolar para os estudantes necessitados.

O combate às drogas e a conscientização sobre a Aids têm sido a bandeira empunhada, nestes 10 anos, pelo Leo Clube, formado, em geral, por filhos dos associados do Lions.

O Leo Clube tem como objetivo promover o voluntariado e atividades de serviços junto à juventude, tendo em vista o desenvolvimento das qualidades da liderança, da experiência e da oportunidade.

É a juventude que planta para o futuro as sementes da harmonia e da boa-vontade no mundo. Que o exemplo dos jovens de Nova Serrana seja, então, seguido por toda a parte!

Os representantes do povo de Minas Gerais reconhecem, por esta homenagem, a dedicação desses líderes em suas atividades aos elementos mais carentes da sociedade.

Recebam, portanto, dirigentes e associados do Lions Clube de Nova Serrana e do Leo Clube Fas, os nossos mais profundos agradecimentos. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20/12/2005

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide contratar a empresa Melo e Soares Actualis Consultoria Atuarial para a prestação de assessoria técnica especializada em perícias relativas a processos judiciais em curso em varas da Fazenda Pública Estadual. Isso posto, a Mesa, através da Deliberação nº 2.364/2005, acrescenta o § 3º ao art. 37 da Deliberação da Mesa nº 2.348/2004, que regulamenta o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembléia Legislativa. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista a contratação, pelo período de doze meses, de empresa especializada, para fornecimento de assistência à saúde, através de plano privado de assistência à saúde, na modalidade de contratação coletiva empresarial, custo *per capita* (faixa etária única), na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com cobertura assistencial conforme o rol de procedimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para atendimentos em caráter eletivo, urgência ou emergência, destinados aos usuários (beneficiários e agregados) indicados pela Assembléia Legislativa, com cobertura assistencial no Estado de Minas Gerais e, em casos de urgência e emergência, em todo o território nacional, através de rede própria, credenciada, contratada ou referenciada ou através de reembolso, conforme solicitação da Coordenação de Saúde e Assistência. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Chubb do Brasil Companhia de Seguros, tendo como objeto a prestação de serviços de seguro para a aeronave Xingu PP-EMN - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, tendo como objeto a prestação de serviços de informática - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Mauri Torres - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Casa das Peças e Serviços Automotivos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota da Assembléia Legislativa - parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 070/2005 - Pregão Presencial nº 60/2005, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transporte e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: tornando sem efeito o ato nº 3.048, publicado no "Minas Gerais - Diário do Legislativo", edição de 14/12/2005, que nomeou Alessandra Marquez Anselmo para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, acatando manifestação de desistência de posse apresentada pela candidata; nomeando Anderson Netto Vieira para o cargo de Analista Legislativo - Comunicador Social - Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 17º lugar em concurso público; concedendo, à vista do Parecer da Mesa de 13/12/2005, ao servidor Caio Duílio de Oliveira Borelli, a partir de 1º/1/2005, progressão do padrão de vencimento AL-40, classe III, para o padrão de vencimento AL-41, classe III, nos termos do art. 10 da Resolução 5.214/2003, alterado pela Resolução 5.215/2004, e do art. 48, § 3º, I, da Deliberação da Mesa nº 2.348/2004; concedendo ao servidor Ricardo Nascimento Hastenreiter, a partir de 1º/1/2005, à vista do Parecer do Conselho de Administração de Pessoal de 11/8/2005, ratificado pelo Conselho de Diretores, em 6/1/2005, progressão para o padrão de vencimento AL-8, classe I, nos termos da Resolução nº 5.215/2004, e do art. 48, § 3º, I, da Deliberação da Mesa 2.348/2004; dispensando o servidor Marcelo de Almeida e Silva, membro da Comissão Permanente de Licitação, designando, para substituí-lo, o servidor Flórida Dutra de Araújo, e designando, como membro suplente da referida Comissão, o servidor Júlio César dos Santos Esteves; aposentando, por invalidez permanente, a partir de 11/11/2005, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887/2004, o servidor Marco Aurélio Lanham da Silva, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014/2004; aposentando, por invalidez permanente, a partir de 14/6/2005, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887/2004, o servidor Miguel Resende Almeida, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014/2004; exonerando, a pedido, a partir de 1º/1/2006, João Franco Filho, do cargo em comissão de Diretor-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 2/1/2006, Luís Antônio Prazeres Lopes do cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando, a partir de 2/1/2006, Luís Antônio Prazeres Lopes para o cargo em comissão de Diretor-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de dezembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 29/12/2005

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide estabelecer critérios para aplicação do disposto na Deliberação da Mesa nº 2.331/2003. A seguir, através da Deliberação nº 2.365/2005, a Mesa acrescenta o § 2º ao art. 8º da Deliberação nº 1.541/98, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o controle de frequência do servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão, para a contratação, pelo período de doze meses, de locação de duas copiadoras impressoras a laser, alta produção, sendo cada uma composta com *scanner* e sistema de editoração, conforme solicitação da



Gerência-Geral de Manutenção e Serviços. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para correção da razão social da contratada, do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Instituto Hermes Pardini Ltda., tendo como objeto a prestação de assistência médica, na especialidade de análise e patologia clínica, aos Deputados Estaduais, ex-Deputados contribuintes do IPLEMG, servidores da contratante, ativos e inativos e respectivos dependentes - parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Coordenação de Saúde e Assistência, aprovado; processo contendo termo de cessão a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa, denominada Interveniente Anuente, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, denominada Cedente e a CEMIG Distribuição S.A. - CEMIG D, denominada Cessionária, tendo como objeto a transferência da Cedente à Cessionária, em caráter irrevogável e irretroatável, de todos os direitos e obrigações decorrentes dos instrumentos descritos nos considerando celebrados com a Interveniente Anuente - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de São Francisco de Paula, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, por invalidez permanente, a partir de 2/10/05, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887/2004, o servidor Silas Veloso, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014/04; prorrogando a disposição da servidora Ione da Costa Pereira Gama, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, para continuar a prestar serviços no Cartório da 102ª Zona Eleitoral, de Divinópolis, no período de 1º/1/2006 a 31/12/2006, com ônus para esta Casa; exonerando Maurício da Cunha Peixoto do cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando André Moura Moreira para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Maurício da Cunha Peixoto para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 14/12/2005, que nomeou Marina Carneiro Prates para o cargo de Analista Legislativo - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando Márcia Milton Vianna para o cargo de Analista Legislativo - Bibliotecário, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 14º lugar em concurso público; nomeando Mário Pimenta Schettini Pacheco para o cargo de Analista Legislativo - Analista de Sistemas - Área II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público; nomeando Thais Maria Siqueira de Carvalho para o cargo de Analista Legislativo - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 18º lugar em concurso público. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 10 de janeiro de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 10/1/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a HS Jardinagem Ltda., tendo como objeto a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica para o sistema de irrigação automatizada para as áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência e prestação de serviços de jardinagem nas dependências da Assembléia Legislativa e seus anexos - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Sant'ana, tendo como objeto a doação de um microcomputador Compaq-Prolinea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Coromandel, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico da Assembléia Legislativa à implantação e ao funcionamento de Câmara-Escola junto à segunda conveniente - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Destacamento de Córrego Danta, 7º Batalhão de Polícia Militar, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador Zenith, inservível para esta Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Almeida e Galvão Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de confecção de "clipping" para elaboração de boletim e de página na internet, com noticiário - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações da polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Net Belo Horizonte Ltda., tendo como objeto a operação de TV por assinatura, a cabo, para a captação, instalação e distribuição de pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos - parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 55/2005 - Pregão Eletrônico nº 47/2005, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Adservis Multiperfil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, nas dependências da Contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Melo & Soares Actualis Consultores Associados S/C., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência atuarial e acompanhamento de ações judiciais, com emissão de laudo técnico - parecer favorável à contratação, com inexistência de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Finanças e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Brisa Locadora Ltda., tendo como objeto a locação de veículos a gasolina, pelo sistema de diárias, sem motorista e com seguro total - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo como objeto a prestação de serviços e venda de produtos postais - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa, a Ariba Táxi Aéreo Ltda., e a ABC Táxi Aéreo, tendo

como objeto a contratação de serviços de transporte aéreo - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Chapada do Norte, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith e uma impressora Epson-570, inservíveis para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de Lagoa Grande, tendo como objeto a doação de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Dando continuidade à reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de janeiro de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26/1/2006

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a ABC Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na aeronave Xingu - parecer favorável à prorrogação extraordinária, com vigência de 2/2/2006 a 2/4/2006, ou até o término do procedimento licitatório, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o município de São Francisco de Paula, tendo como objeto a instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia - parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Hospital Divinense, tendo como objeto a doação de um microcomputador Compaq-Prolínea, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG, tendo como objeto a locação do Edifício Tiradentes - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria-Geral Adjunta e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Mega Power Energia e Informática Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e assistência técnica, incluindo reposição de componentes defeituosos, em *no-break* senoidal inteligente - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Padrão IX - Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto o serviço de atualização de versões e de suporte a programas já licenciados - parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25, caput e inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Portal Jurídico Comercial de Livros Ltda., - ME, tendo como objeto o fornecimento de livros para a Biblioteca Deputado Camilo Prates - parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 73/2005, Pregão Eletrônico 64/2005, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Reformalar Ltda. ME, tendo como objeto a manutenção corretiva e reforma de mobiliário - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de afetação a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Escola Estadual Paulo Carvalho, tendo como objeto a afetação patrimonial de um microcomputador Zenith, inservível para a Casa - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para manutenção do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Xerox Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto a locação de duas publicadoras digitais, e manutenção preventiva e corretiva - parecer favorável à manutenção do contrato, com vigência de 15/2/2006 a 4/7/2006, ou quando finalizar o processo licitatório nº 79/2005, Pregão Eletrônico nº 70/2005, o que ocorrer primeiro - aprovado; processo contendo termo de aditamento para ampliação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Xerox Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto a locação de duas publicadoras digitais, e manutenção preventiva e corretiva - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para ampliação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Heliotecminas Comércio e Representações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços reprográficos, incluindo a locação dos equipamentos necessários, a instalação, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 15 de fevereiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 15 de fevereiro de 2006.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto, em 9/5/2006

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Ficou acordado entre os membros presentes que as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 9 horas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo e da Deputada Elbe Brandão (5) solicitando seja ouvido na reunião o Sr. Antônio Tarcizo de Andrade Silva, Gerente de Relações Institucionais do Grupo Plantar; seja adotada a proposta de estrutura temática que apresenta, como roteiro para os trabalhos da Comissão; sejam convidados para participarem das reuniões, de forma permanente, representantes de entidades ligadas ao tema; seja realizada audiência pública para se discutir o tema "Mudanças climáticas e o MDL"; seja realizada audiência pública para se discutir o tema "Situação institucional de Minas Gerais em relação ao Protocolo de Quioto". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 11/5/2006

Às 11h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Ronaldo (substituindo o Deputado José Milton, por indicação da Liderança do BPSB) e Weliton Prado (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Eleonora Santa Rosa, Secretária de Cultura, e do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG (21/4/2006); Sra. Jomara Alves da Silva, Assessora-Chefe de Políticas e de Desenvolvimento de Recursos Humanos (4/5/2006). A seguir, a Presidente informa que foram enviados a Prefeitos de 184 Municípios mineiros, ofícios com pedido de informação sobre o Plano Diretor Participativo, em atenção a requerimento da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Rogério Correia. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: da Deputada Maria Tereza Lara com a Emenda nº 1 apresentada pelo Deputado Weliton Prado, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão no Município de Betim para, em audiência pública, discutir a implantação do trecho do trem regional entre os Municípios de Betim e Sete Lagoas; e do Deputado Weliton Prado, em que pede seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, debater o tema "Políticas Públicas de Juventude e Participação dos Jovens". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial do Protocolo de Quioto, a realizar-se às 9 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial dos Resíduos Sólidos, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação dos resíduos sólidos nos Municípios mineiros no que se refere a normas reguladoras, assistência técnica, licenciamento ambiental, ação municipal e recuperação socioambiental dos lixões e aterros sanitários.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 24/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.586/2006, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, a situação de cinco cubanos encarcerados nos Estados Unidos desde 1998.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 22/5/2006, destinada à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Henrique Bertholino Mendes dos Santos.

Palácio da Inconfidência, 19 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2006, às 14 horas, em Unai, com a finalidade de se discutir o Biodiesel, com diversos convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 129/2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Doutor Ronaldo, Dimas Fabiano e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2006, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o tema "Mudanças Climáticas e o MDL" e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, Jésus Lima e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2006, às 9 horas, no Clube Social de Nanuque, com a finalidade de se discutir a paralisação do serviço de moto-táxi no Município de Nanuque, ocorrida no dia 17/4/2006, com a presença de diversos convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2006.

Leonardo Quintão, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2006, às 8h30min, no Plenário, para participar de debate público com a finalidade de se discutir o tema "Participação popular no Legislativo"

Sala das Comissões, 19 de maio de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.185/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Andrade, o Projeto de Lei nº 3.185/2006 visa declarar de utilidade pública o Asilo Sant'Ana da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de João Pinheiro.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, em funcionamento desde 2003, tem como finalidade essencial prestar atendimento aos idosos carentes residentes no Município de João Pinheiro. Envida esforços na busca de soluções práticas para o seu bem-estar e cria estabelecimentos destinados a abrigá-los, nos quais presta-lhes assistência médica e material, além de apoio moral e espiritual.

Dessa maneira, procura propiciar aos seus assistidos uma vida mais digna, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.185/2006, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.196/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Vanessa Lucas, o Projeto de Lei nº 3.196/2006 visa declarar de utilidade pública o Centro Comunitário do Bairro Morada Nova - CBMN -, com sede no Município de Manhumirim.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Centro Comunitário do Bairro Morada Nova, com sede no Município de Manhumirim, é uma referência de compromisso desinteressado firmado com a comunidade para o desenvolvimento de projetos de seu interesse. Atua junto aos órgãos públicos na busca de respostas às demandas dos moradores; promove debates sobre desenvolvimento urbano; estabelece parcerias com outras instituições afins; trabalha com divulgação cultural; promove competições esportivas.

A implantação de uma pequena unidade de produção de alimentos e serviços objetivando a manutenção de uma creche para crianças de até seis anos completa o seu propósito estatutário.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.196/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2006.

Jô Moraes, relatora.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 18/5/2006, a seguinte comunicação:

Do Deputado Alencar da Silveira Jr., notificando o falecimento da Sra. Maria de Lourdes Simões, ocorrido em 15/5/2006, em Serro. (- Ciente. Oficie-se.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/5/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

nomeando Benedito Moreira Borges para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Leonídio Bouças

nomeando Ondina Maria de Andrada Couto e Andrada para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Paulo Piau

nomeando Kristiene Monezzi Taveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Mario de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Domingos Carellos. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Câmara Municipal de Lavras. Objeto: cessão de tempo de programação da TVA à Câmara Municipal de Lavras. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 18/3/2006 a 18/3/2007.